1996

Boris Fausto

Edusp

HISTÓRIA DO BRASIL

História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Esta História do Brasil se dirige aos estudantes do Ensino 2º grau e das universidades e tem a esperança de atingir também o público letrado em geral. A ambição de abrangência parte do princípio de que, sem ignorar a complexidade do processo histórico, a História é uma disciplina acessível a pessoas com diferentes graus de conhecimento. Mais do que isso, é uma disciplina vital para a formação da cidadania. Não chega a ser cidadão quem não consegue se orientar no mundo em que vive, a partir do conhecimento da vivência das gerações passadas.

Qualquer estudo histórico, mesmo uma monografia sobre um assunto bastante delimitado, pressupõe um recorte do passado, feito pelo historiador, a partir de suas concepções e da interpretação de dados que conseguiu reunir. A própria seleção de dados tem muito a ver com as concepções do pesquisador. Esse pressuposto revela-se por inteiro quando se trata de dar conta de uma seqüência histórica de quase quinhentos anos, em algumas centenas de páginas. Por isso mesmo, o que o leitor tem em mão não é a História do Brasil - tarefa pretensiosa e aliás impossível - mas uma História do Brasil, narrada e interpretada sinteticamente, na óptica de quem a escreveu.

O recorte do passado, seja ele qual for, obedece a um critério de relevância e implica o abandono ou o tratamento superficial de muitos processos e episódios. Como todo historiador, faço também um recorte, deixando de lado temas que por si sós mereceriam monografias. Entre tentar "incluir tudo", com o risco da incongruência, e limitar-me a estabelecer algumas conexões de sentido básicas, preferi a segunda opção. Com esse objetivo, procurei integrar os aspectos econômicos, político-sociais e, em certa medida, ideológicos da formação social brasileira, deixando de lado as manifestações da cultura, tomada a expressão em sentido estrito. Essa exclusão não se baseou em um critério de relevância, mas de outra natureza que é necessário esclarecer. Parti da constatação de que o inter-relacionamento entre a estrutura sócio-econômica e as manifestações da cultura é por si só um problema específico, que demanda seguir outros e difíceis caminhos. Como não poderia percorrê-los, preferi deixar de lado os fatos da cultura, em vez de simplesmente enumerá-los, em um esforço de mera catalogação. Por exemplo: ao falar das Minas Gerais dos últimos decênios do século XVIII, deixei de lado o arcadismo literário, a arquitetura e a música barroca; ao lidar com os anos 20 deste século, deliberadamente, não cogitei do movimento modernista.

Cabe ainda lembrar uma razão adicional para esse procedimento: um outro volume da coleção versará sobre a literatura.

O leitor poderá perceber, no correr da leitura, os pressupostos deste trabalho, mas há alguns que convém explicitar. Rejeitei duas tendências opostas, na exposição do processo histórico brasileiro. De um lado, aquela que vê a História do Brasil como uma evolução, caracterizada pelo progresso permanente - perspectiva simplista que os anos mais recentes se encarregaram de desmentir. De outro lado, aquela que acentua na História do Brasil os traços de imobilismo, como, por exemplo, o clientelismo, a corrupção, a imposição do Estado sobre a sociedade, tanto na Colônia como nos dias de hoje. A última tendência está geralmente associada ao pensamento conservador. Por meio dela, é fácil introduzir a idéia da inutilidade dos esforços de mudança, pois o Brasil é e será sempre o mesmo; conviria assim adaptar-se à

realidade, tecida pelos males citados e onde se inclui, não por acaso, a imensa desigualdade social.

Na minha exposição, está implícita uma posição oposta a esse tipo de pensamento. A cada passo, na passagem do Brasil Colônia para o Brasil independente, na passagem da Monarquia para a República etc. procurei mostrar que, em meio a continuidades e acomodações, o país muda, conforme o caso no plano socioeconômico ou no plano político e, às vezes, em ambos.

No equilíbrio entre as várias partes do livro, dei maior peso à fase que se inicia em fins do século XIX e vai até os dias de hoje. Deliberadamente, à medida que me aproximei da época atual, tratei de abrir maior espaço à narrativa, enfatizando os acontecimentos políticos. Essa opção não indica que considere menos significativo o período colonial ou a época de construção do Brasil independente. Pelo contrário, aí devem ser buscadas as "raízes do Brasil", na feliz expressão de Sérgio Buarque de Holanda. Se dei maior ênfase ao período mais próximo de nossos dias, foi porque ele se encontra em parte presente na nossa memória e porque incide diretamente nas opções da atualidade. Não há como negar, por exemplo, que estamos mais interessados na significação do regime militar do que nas capitanias hereditárias.

Tratei de tornar explícita a controvérsia entre historiadores sobre ques¬tões relevantes da história brasileira, por duas razões. Em primeiro lugar, porque esta é uma boa maneira de se demonstrar a inexistência de uma verdade histórica imutável, que o historiador vai descobrindo e sobre a qual põe seu selo. O passado histórico é um dado objetivo e não pura fantasia, criada por quem escreve. Mas essa objetividade, composta de relações materiais, de produtos da imaginação social e da cultura, passa pelo trabalho de construção do historiador. Como disse antes, ele seleciona fatos, processos sociais etc., e os interpreta, de acordo com suas concepções e as informações obtidas. Por isso, ao mesmo tempo que não é arbitrária, a História - tanto ou mais do que outras disciplinas - se encontra em constante elaboração. Em segundo lugar, procurei destacar as controvérsias por uma razão mais simples - a de colocar o leitor a par do debate mais recente em torno de questões centrais. Em alguns casos, expus apenas as opiniões em confronto; em outros, achei necessário tomar partido, o que não significa que o leitor deva concordar com o meu ponto de vista.

Considerando-se os fins deste livro, não pude incluir notas contendo observações marginais e referências às obras utilizadas. Se isso tornou o livro mais leve, criou ao mesmo tempo um problema para o autor. Muito do texto se deve a trabalhos de outros autores que incorporei e selecionei para os meus fins. Como não citá-los, sem fazer injustiças e correr o risco de ser acusado de plágio? Procurei resolver o problema através das referências bibliográficas finais. As referências não abrangem todas as fontes consultadas e não contêm necessariamente a bibliografia essencial. Elas abrangem apenas aqueles textos diretamente utilizados na redação. Obviamente, por utilizá-los, considero-os importantes.

Por último, desejo agradecer a todas as pessoas que me ajudaram na elaboração do livro. Fernando Antônio Novais e Luís Felipe de Alencastro leram, respectivamente, os capítulos sobre a Colônia e o Império, fazendo várias sugestões, incorporadas em grande medida no texto final. Pedro Paulo Poppovic leu os originais, fez observações e colaborou bastante para o livro. Lourdes Sola, Carlos e Sérgio Fausto, Amaury G. Bier, Albertina de Oliveira Costa, entre outros, fizeram sugestões sobre partes do texto ou esclareceram dúvidas sobre questões

específicas. Devo agradecer também a instituições e pessoas que, com sua gentileza e conhecimento, possibilitaram o uso das imagens constantes do livro. Com o risco de incorrer em omissões, lembro Mônica Kornis, do Setor de Documentação do CPDOC da FGV (RI);Jlosé Ênio Casalecchi, Diretor do Arquivo do Estado de São Paulo; Cláudia Vada Souza Ferreira, coordenadora do acervo da Fundação Maria Luisa-Oscar Americano (SP); Ângela Araújo, Diretora do Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP); Miyoko Makino, historiógrafa do Museu Paulista. Wânia Tavares da Silva digitou, com muito cuidado, os originais. Como se costuma dizer, o mérito da ajuda é deles; as eventuais falhas do produto final são minhas.

1

AS CAUSAS DA EXPANSÃO MARÍTIMA E A CHEGADA DOS PORTUGUESES AO BRASIL

Desde cedo, aprendemos em casa ou na escola que o Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral em abril de 1500. Esse fato constitui um dos episódios de expansão marítima portuguesa, iniciada em princípios do século XV. Para entendê-la, devemos começar pelas transformações ocorridas na Europa Ocidental, a partir de uma data situada em torno de 1150. Foi nessa época que a Europa, nascida das ruínas do Império Romano e da presença dos chamados povos bárbaros, começou pouco a pouco a se modificar, pela expansão da agricultura e do comércio.

Que Europa era essa?

Uma região esmagadoramente rural, onde as cidades haviam regredido e as trocas econômicas diminuído muito, embora sem desaparecerem completamente. Ao mesmo tempo, o poder político se fragmentara e se descentralizara, não obstante o mito do Império ainda proporcionar certa coerência cultural e mesmo legal a toda a área.

A expansão agrícola foi possível graças à abertura de novas regiões cultivadas, com a derrubada de florestas, a secagem de pântanos e o incentivo da expansão comercial. Esta resultou de vários fatores. Dentre eles, a crescente existência de produtos agrícolas não consumidos nos grandes domínios rurais que constituíam excedentes econômicos passíveis de troca. Outros fatores foram a especialização de funções, demandando a compra de bens não produzidos em cada domínio rural, e a busca de produtos destinados ao consumo de luxo da aristocracia. As cidades começaram a crescer e a se transformar em ilhas de relativa liberdade, reunindo artesãos, comerciantes e mesmo antigos servos que tentavam encontrar aí uma alternativa de vida, fugindo dos campos.

A partir do século XIII, foram-se definindo por uma série de batalhas algumas fronteiras da Europa que, no caso da França, da Inglaterra e da Espanha, permanecem aproximadamente as mesmas até hoje. Dentro das fronteiras foi nascendo o Estado como uma organização política centralizada, cuja figura dominante - o príncipe - e a burocracia em que se apoiava tomaram contornos próprios que não se confundiam com os grupos sociais mesmo os mais privilegiados, como a nobreza. Esse processo durou séculos e alcançou seu ponto decisivo entre 1450 e 1550.

Também ocorreu uma expansão geográfica da Europa cristã, antecessora cm outras condições da expansão marítima iniciada no século XV, pela reconquista de territórios ou a ocupação de novos espaços. A Península Ibérica foi sendo retomada dos mouros; o Mediterrâneo deixou de ser um "lago árabe", onde os europeus não conseguiam sequer colocar um barquinho; os cruzados ocuparam Chipre, a Palestina, a Síria, Creta e as ilhas do Mar Egeu; no noroeste da Europa, houve expansão inglesa na direção do País de Gales, da Escócia e da Irlanda; no leste europeu, alemães e escandinavos conquistaram as terras do Báltico e as habitadas pelos eslavos.

Mas todo esse avanço não foi, como se poderia pensar, um impulso irresistível, sem marchas e contramarchas, rumo aos tempos modernos. Pelo contrário, perdeu o ímpeto e uma crise profunda se instalou, aí pelo início do século XIV. Nessa época, uma exploração mais intensa dos camponeses pro¬vocou várias rebeliões ao longo dos anos, em lugares tão diversos como o norte da Itália na virada do século XIV, a Dinamarca (1340) e a França (1358). A nobreza dividiu-se internamente em uma série de guerras. Houve declínio da população, escassez de alimentos, epidemias, das quais a mais famosa foi a Peste Negra, que grassou

entre 1347 e 1351. Grandes extensões de terra ocupadas por camponeses foram abandonadas e aldeias inteiras desapareceram. Esse processo ocorreu, tanto em conseqüência da crise como do reagrupamento de terras por parte de grandes senhores que visaram à sua exploração comercial, em novos moldes. Houve também um retrocesso da expansão territorial: os mouros permaneceram em Granada, os cruzados foram expulsos do Oriente Médio, os mongóis invadiram a planície russa etc.

As discussões mais significativas sobre as causas da crise têm salientado o impacto das epidemias e as características do meio físico, como as variações do clima e as condições do solo, mas integram esses fatores em uma explicação maior. Há historiadores que sustentam que, dadas as limitações inerentes à organização social feudal, não havia suficiente reinvestimento de lucros na agricultura de modo a aumentar significativamente a produtividade; com isso, os bens disponíveis se restringiram, levando às guerras entre senhores e camponeses e, em uma seqüência de fatos, à estagnação. Essa explicação, na aparência distante do nosso tema, é importante porque, segundo ela, a única saída para se tirar a Europa Ocidental da crise seria expandir novamente a base geográfica e de população a ser explorada. Mas isso não quer dizer que fatalmente, em meio à crise, um pequeno país do sudoeste da Europa deveria lançar-se no que viria a ser uma grande aventura marítima.

Por que Portugal iniciou pioneiramente a expansão, no começo do século XV, quase cem anos antes que Colombo, enviado pelos espanhóis, chegasse às terras da América?

A resposta não é simples, pois uma série de fatores devem ser considerados. O próprio peso atribuído a cada um deles pelos historiadores tem variado, seja pela aquisição de novos conhecimentos dos fatos da época, seja pela contínua mudança de concepções sobre o que é mais ou menos importante para se explicar o processo histórico. Por exemplo, sem ignorar o papel do Infante Dom Henrique (1394-1460) e de sua lendária Escola de Sagres no incentivo à expansão, hoje não se acredita que esses fatos tenham sido tão relevantes quanto se pensava até alguns anos atrás.

Para começar, Portugal se afirmava no conjunto da Europa como um país autônomo, com tendência a voltar-se para fora. Os portugueses já tinham experiência, acumulada ao longo dos séculos XIII e XIV, no comércio de longa distância, embora não se comparassem ainda a venezianos e genoveses, a quem iriam ultrapassar. Aliás, antes de os portugueses assumirem o controle de seu comércio internacional, os genoveses investiram na sua expansão, transformando Lisboa em um grande centro mercantil sob sua hegemonia. A experiência comercial foi facilitada também pelo envolvimento econômico de Portugal com o mundo islâmico do Mediterrâneo, onde o avanço das trocas pode ser medido pela crescente utilização da moeda como meio de pagamento. Sem dúvida, a atração para o mar foi incentivada pela posição geográfica do país, próximo às ilhas do Atlântico e à costa da África. Dada a tecnologia da época, era importante contar com correntes marítimas favoráveis, e elas começavam exatamente nos portos portugueses ou nos situados no sudoeste da Espanha.

Mas há outros fatores da história política portuguesa tão ou mais importantes do que os já citados. Portugal não escapou à crise geral do ocidente da Europa. Entretanto, enfrentou-a em condições políticas melhores do que a de outros reinos. Durante todo o século XV, Portugal foi um reino unificado e menos sujeito a convulsões e disputas, contrastando com a França, a Inglaterra, a Espanha e a Itália, todas envolvidas em guerras e complicações dinásticas. A

monarquia portuguesa consolidou-se através de uma história que teve um dos seus pontos mais significativos na revolução de 1383-1385. A partir de uma disputa cm torno da sucessão ao trono português, a burguesia comercial de Lisboa se revoltou. Seguiu-se uma grande sublevação popular, a "revolta do povo miúdo", no dizer do cronista Fernão Lopes. A revolução era semelhante a outros acontecimentos que agitaram o ocidente europeu na mesma época, mas teve um desfecho diferente das revoltas camponesas esmagadas em outros países pelos grandes senhores. O problema da sucessão dinástica confundiu-se com uma guerra de independência, quando o rei de Castela, apoiado pela grande nobreza lusa, entrou em Portugal para assumir a regência do trono. No confronto, firmaram-se ao mesmo tempo a independência portuguesa e a ascensão ao poder da figura central da revolução, Dom João, conhecido como Mestre de Avis, filho bastardo do Rei Pedro I.

Embora alguns historiadores considerem a revolução de 1383 uma revolução burguesa, o fato importante está em que ela reforçou e centralizou o poder monárquico, a partir da política posta em prática pelo Mestre de Avis. Em torno dele, foram se reagrupando os vários setores sociais influentes da sociedade portuguesa: a nobreza, os comerciantes, a burocracia nascente. Esse é um ponto fundamental na discussão sobre as razões da expansão portuguesa. Isso porque, nas condições da época, era o Estado, ou mais propriamente a Coroa, quem podia se transformar em um grande empreendedor, se alcançasse as condições de força e estabilidade para tanto.

Por último, lembremos que, no início do século XV, a expansão correspondia aos interesses diversos das classes, grupos sociais e instituições que compunham a sociedade portuguesa. Para os comerciantes era a perspectiva de um bom negócio; para o rei era a oportunidade de criar novas fontes de receita em uma época em que os rendimentos da Coroa tinham diminuído muito, além de ser uma boa forma de ocupar os nobres e motivo de prestígio; para os nobres e os membros da Igreja, servir ao rei ou servir a Deus cristianizando "povos bárbaros" resultava em recompensas e em cargos cada vez mais difíceis de conseguir, nos estreitos quadros da Metrópole; para o povo, lançar-se ao mar significava sobretudo emigrar, tentar uma vida melhor, fugir de um sistema de opressões. Dessa convergência de interesses só ficavam de fora os empresários agrícolas, para quem a saída de braços do país provocava o encarecimento da mão-de-obra. Daí a expansão ter-se convertido em uma espécie de grande projeto nacional, ao qual todos, ou quase todos, aderiram e que atravessou os séculos.

1.1. O GOSTO PELA AVENTURA

Pela menção dos grupos interessados, podemos perceber que os impulsos para a aventura marítima não eram apenas comerciais. Não é possível tentar entendê-la com os olhos de hoje, e vale a pena, por isso, pensar um pouco no sentido da palavra aventura. Há cinco séculos, estávamos muito distantes de um mundo inteiramente conhecido, fotografado por satélites, oferecido ao desfrute por pacotes de turismo. Havia continentes mal ou inteiramente desconhecidos, oceanos inteiros ainda não atravessados. As chamadas regiões ignotas concentravam a imaginação dos povos europeus, que aí vislumbravam, conforme o caso, reinos fantásticos, habitantes monstruosos, a sede do paraíso terrestre.

Por exemplo, Colombo pensava que, mais para o interior da terra por ele descoberta, encontraria homens de um só olho e outros com focinho de cachorro. Ele dizia ter visto três sereias pularem para fora do mar, decepcionando-se com seu rosto: não eram tão belas quanto imaginara. Em uma de suas cartas, referia-se às pessoas que, na direção do poente, nasciam com rabo.

1. Conquistas e colonização na América, Theodore de Bry, gravurista belga do século XVI que se dedicou principalmente a ilustração de viagens

Em 1487, quando deixaram Portugal encarregados de descobrir o caminho terrestre para as Índias, Afonso de Paiva e Pero da Covilhã levavam instruções de Dom João II para localizar o reino do Preste João. A lenda do Preste João, descendente dos Reis Magos e inimigo ferrenho dos muçulmanos, fazia parte do imaginário europeu desde pelo menos meados do século XII. Ela se construiu a partir de um dado real - a existência da Etiópia, no leste da África, onde vivia uma população negra que adotara um ramo do cristianismo.

Não devemos tomar como fantasias desprezíveis, encobrindo a verdade representada pelo interesse material, os sonhos associados à aventura marítima. Mas não há dúvida de que o interesse material prevaleceu, sobretudo quando os contornos do mundo foram sendo cada vez mais conhecidos e questões práticas de colonização entraram na ordem do dia.

1.2. O DESENVOLVIMENTO DAS TÉCNICAS DE NAVEGAÇÃO. A NOVA MENTALIDADE

Dois últimos pontos devem ser notados ao falarmos em termos gerais da expansão marítima portuguesa. De um lado, ela representou uma importante renovação das chamadas "técnicas de marear". Quando principiaram as viagens lusitanas rumo à Guiné, as cartas de navegação não indicavam ainda latitudes ou longitudes, mas apenas rumos e distâncias. O aperfeiçoamento de instrumentos como o quadrante e o astrolábio, que permitiam conhecer a localização de um navio pela posição dos astros, representou uma importante inovação. Os portugueses desenvolveram também um tipo de arquitetura naval mais apropriada, com a

construção da caravela, utilizada a partir de 1441. Era uma embarcação leve e veloz para as condições da época, de pequeno calado, permitindo por isso aproximar-se bastante da terra firme e evitar, até certo ponto, o perigo de encalhar. A caravela foi a menina dos olhos dos portugueses, que a empregaram bastante nos séculos XVI e XVII, nas viagens para o Brasil.

2. Mapa da América em 1596, de Theodote de Bry

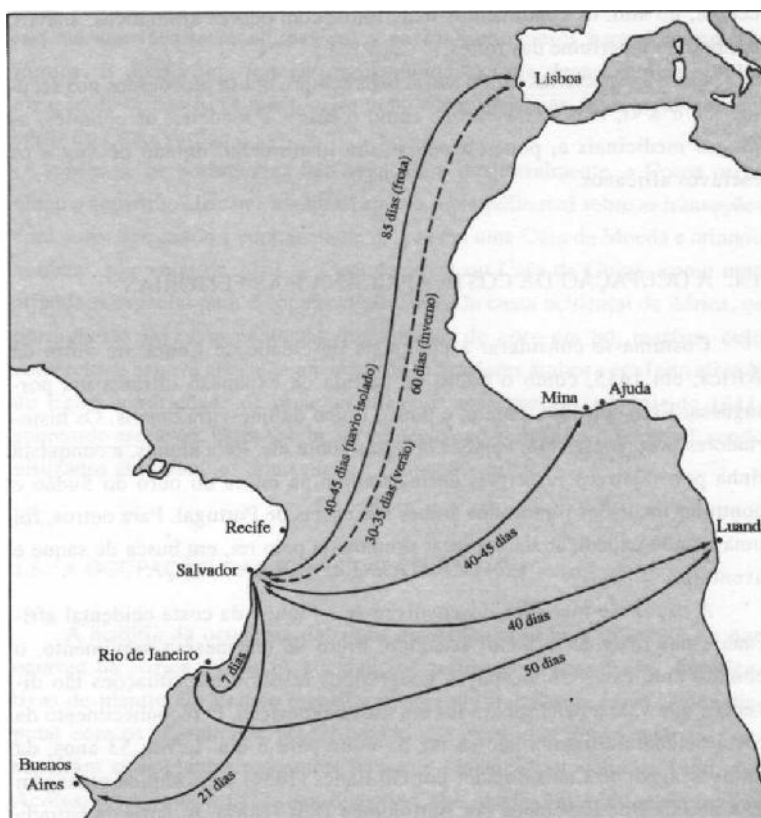
O outro ponto importante da expansão portuguesa diz respeito a uma gradual mudança de mentalidade, notável em humanistas portugueses como Duarte Pacheco Pereira, Diogo Gomes e Dom João de Castro. No plano coletivo, as mentalidades não mudam rapidamente, e o imaginário fantástico continuou a existir, mas a expansão marítima foi mostrando cada vez mais como antigas concepções eram equivocadas - por exemplo, a descrição do mundo na Geografia de Ptolomeu - e como era necessário valorizar o conhecimento baseado na experiência. Com isso, o critério de autoridade, ou seja, a aceitação de uma afirmativa como verdadeira só por ter sido feita por alguém que se supõe entender do assunto, começou a ser posto em dúvida.

1.3. A ATRAÇÃO PELO OURO E PELAS ESPECIARIAS

Quais os bens mais buscados no curso da expansão portuguesa?

A dupla formada pelo ouro e pelas especiarias. E fácil perceber o interesse pelo ouro. Ele era utilizado como moeda confiável e empregado pelos aristocratas asiáticos na decoração de templos e palácios e na confecção de roupas. Mas por que as especiarias? Primeiro é preciso esclarecer o sentido da palavra. Ela provém do latim especia, termo usado pelos médicos para designar "substância". O termo ganhou depois o sentido de substância muito ativa, muito cara, utilizada para vários fins, como condimento - isto é, tempero de comida -, remédio ou

perfumaria. Especiaria se associa também à idéia de produto raro, utilizado em pequenas quantidades. Houve produtos, como o açúcar, que foram especiarias mas, com a introdução de seu consumo em massa, deixaram de ser. São condimentos, entre outros, a noz-moscada, o gengibre, a canela, o cravo e, naqueles tempos, sobretudo a pimenta, a ponto de se usar a expressão "caro como pimenta".

Duração aproximada das viagens marítimas, a partir de Salvador, nos séculos XVII e XVIII.

O alto valor das especiarias se explica pelos limites das técnicas de conservação existentes na época e também por hábitos alimentares. A Europa Ocidental da Idade Média foi "uma civilização carnívora". Grandes quantidades de gado eram abatidas no início do verão, quando as forragens acabavam no campo. A carne era armazenada e precariamente conservada pelo sal, pela defumação ou simplesmente pelo sol. Esses processos, usados também para conservar o peixe, deixavam os alimentos intragáveis, e a pimenta servia para disfarçar o que tinham de desagradável. Os condimentos representavam também um gosto alimentar da época, como o café, que bem mais tarde passou a ser consumido em grande escala em todo o mundo. Havia mesmo uma espécie de hierarquia no seu consumo: na base, os de cheiro acre, como o alho e a cebola; no alto, os condimentos mais finos, com odores aromáticos, suaves, lembrando o perfume das flores.

Ouro e especiarias foram assim bens sempre muito procurados nos séculos XV e XVI, mas havia outros, como o peixe, a madeira, os corantes, as drogas medicinais e, pouco a pouco, um instrumento dotado de voz - os escravos africanos.

1.4. A OCUPAÇÃO DA COSTA AFRICANA E AS FEITORIAS

Costuma-se considerar a conquista da cidade de Ceuta, no norte da África, em 1415, como o ponto de partida da expansão ultramarina portuguesa. Esse episódio, porém, é pouco típico do que viria depois. Os historiadores portugueses têm versões diversas sobre ele. Para alguns, a conquista tinha por objetivos principais abrir caminho na busca do ouro do Sudão e controlar incursões piratas dos árabes nas costas de Portugal. Para outros, foi uma grande expedição da nobreza, promovida pelo rei, em busca de saque e aventura.

A expansão metódica desenvolveu-se ao longo da costa ocidental africana e nas ilhas do Oceano Atlântico. Fruto de um mesmo movimento, o contato com esses dois espaços geográficos resultou em situações tão diversas, que vale a pena separá-los em nossa exposição. O reconhecimento da costa ocidental africana não se fez da noite para o dia. Levou 53 anos, da ultrapassagem do Cabo Bojador por Gil Eanes (1434) até a temida passagem do Cabo da Boa Esperança por Bartolomeu Dias (1487). A partir da entrada no Oceano Indico, foi possível a chegada de Vasco da Gama à índia, a sonhada e ilusória índia das especiarias. Depois, os portugueses alcançaram a China e o Japão, onde sua influência foi considerável, a ponto de os historiadores japoneses chamarem de "século cristão" o período compreendido entre 1540 e 1630.

Sem penetrar profundamente no território africano, os portugueses foram estabelecendo na costa uma série de feitorias, que eram postos fortificados de comércio; isso indica a existência de uma situação em que as trocas comerciais eram precárias, exigindo a garantia das armas. A parte comercial do núcleo era dirigida por um agente chamado feitor. Cabia a ele fazer compras de mercadorias dos chefes ou mercadores nativos c estocá-las, até que fossem recolhidas pelos navios portugueses para a entrega na Europa. A opção pela feitoria praticamente tornava desnecessária a colonização do território ocupado pelas populações africanas, bem organizadas a partir do Cabo Verde.

Mas se os portugueses não avançaram territorialmente, a Coroa organizou o comércio africano, estabelecendo o monopólio real sobre as transações com ouro, obrigando a cunhagem de moeda em uma Casa da Moeda e criando também, por volta de 1481, a Casa da Mina ou Casa da Guiné, como uma alfândega especial para o comércio africano. Da costa ocidental da África, os portugueses levavam pequenas quantidades de ouro em pó, marfim, cujo comércio se achava até então em mãos de mercadores árabes e era feito através do Egito, a variedade de pimenta chamada malagueta e, a partir de 1441, sobretudo escravos. Estes foram, no começo, encaminhados a Portugal, sendo utilizados em trabalhos domésticos e ocupações urbanas.

1.5. A OCUPAÇÃO DAS ILHAS DO ATLÂNTICO

A história da ocupação das ilhas do Atlântico é bem diferente do que ocorreu na África. Nelas os portugueses realizaram experiências significativas de plantio em grande escala, empregando trabalho escravo. Após disputar com os espanhóis e perder para eles a posse das Ilhas Canárias, conseguiram se implantar nas outras ilhas: na Madeira, por volta de 1420, nos Açores, em torno de 1427, nas Ilhas de Cabo Verde, em 1460, e na de São Tome, em 1471. Na

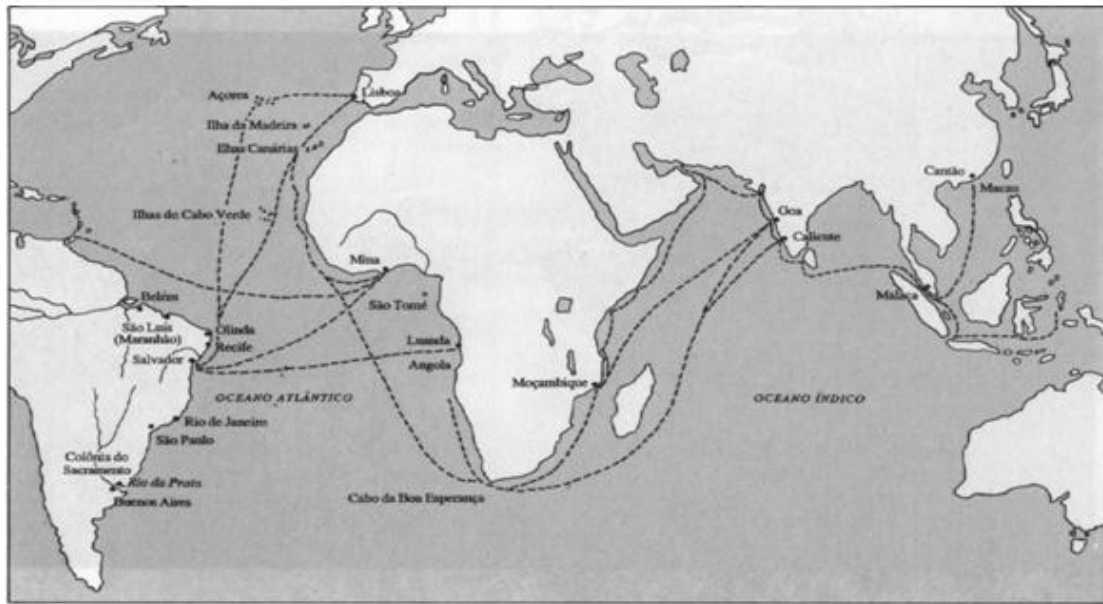
Ilha da Madeira, dois sistemas agrícolas paralelos competiram pela predominância econômica. O cultivo tradicional do trigo atraiu um número considerável de modestos camponeses portugueses, que tinham a posse de suas terras. Ao mesmo tempo, surgiram as plantações de cana-de-açúcar, incentivadas por mercadores e agentes comerciais genoveses e judeus, baseadas no trabalho escravo. A economia açucareira acabou por triunfar, mas seu êxito foi breve. O rápido declínio deveu-se tanto a fatores internos como à concorrência do açúcar do Brasil e de São Tomé. De fato, nessa ilha, situada no Golfo da Guiné, os portugueses implantaram um sistema de grande lavoura da cana-de-açúcar, com muitas semelhanças ao criado no Brasil. Próxima da costa africana, especialmente das feitorias de São Jorge da Mina e Axim, a ilha contou com um abundante suprimento de es¬cravos. Nela existiram engenhos que, segundo uma descrição de 1554, chegavam a ter de 150 a 300 cativos. São Tome foi sempre um entreposto de escravos vindos do continente para serem distribuídos na América e na Europa, e esta acabou sendo a atividade principal da ilha, quando no século XVII a indústria açucareira atravessou tempos difíceis.

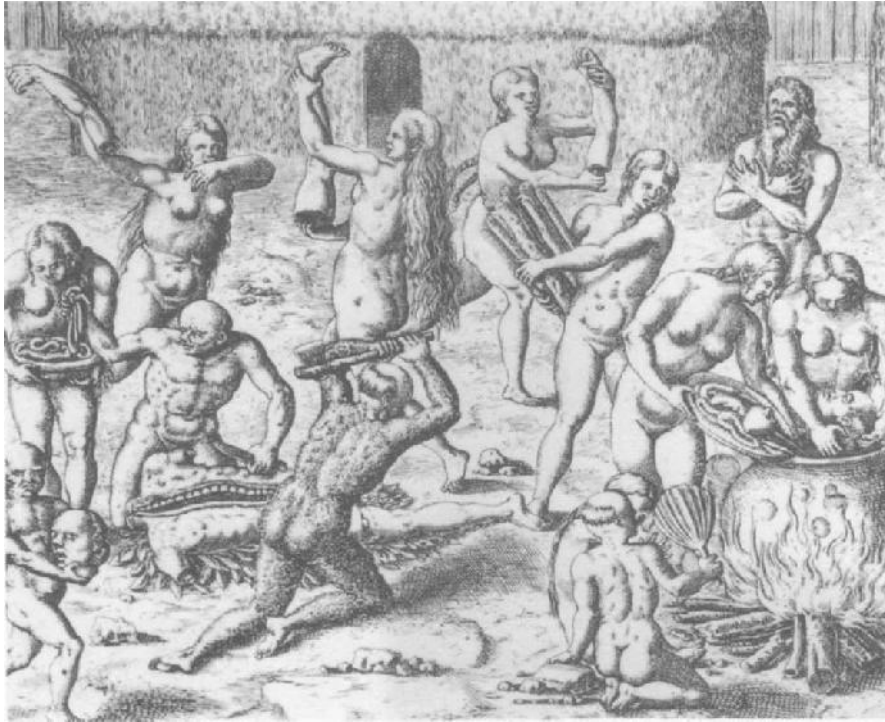
1.6. A CHEGADA AO BRASIL

Não sabemos se o nascimento do Brasil se deu por acaso, mas não há dúvida de que foi cercado de grande pompa. A primeira nau de regresso da viagem de Vasco da Gama chegou a Portugal, produzindo grande entusiasmo, em julho de 1499. Meses depois, a 9 de março de 1500, partia do Rio Tejo em Lisboa uma frota de treze navios, a mais aparatosa que até então tinha deixado o reino, aparentemente com destino às índias, sob o comando de um fidalgo de pouco mais de trinta anos, Pedro Álvares Cabral. A frota, após passar as Ilhas de Cabo Verde, tomou rumo oeste, afastando-se da costa africana até avistar o que seria terra brasileira a 21 de abril. Nessa data, houve apenas uma breve descida à terra e só no dia seguinte a frota ancoraria no litoral da Bahia, em Porto Seguro.

Desde o século XIX, discute-se se a chegada dos portugueses ao Brasil foi obra do acaso, sendo produzida pelas correntes marítimas, ou se já havia conhecimento anterior do Novo Mundo e Cabral estava incumbido de uma espécie de missão secreta que o levasse a tomar o rumo do ocidente. Tudo indica que a expedição de Cabral se destinava efetivamente às índias. Isso não elimina a probabilidade de navegantes europeus, sobretudo portugueses, terem freqüentado a costa do Brasil antes de 1500. De qualquer forma, trata-se de uma controvérsia que hoje interessa pouco, pertencendo mais ao campo da curiosidade histórica do que à compreensão dos processos históricos.

No começo deste livro, falamos em nascimento e descobrimento do Brasil. Chegou a hora de dizer que essas expressões se prestam a engano, pois podem dar idéia de que não havia presença humana anterior à chegada dos portugueses ao Novo Mundo. Estamos nos referindo obviamente à existência da população indígena.

Principais Rotas Comerciais Portuguesas dos Séculos XVI ao XVIII

Fonte: CHLA. Vol. I, p. 451.

Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro, de Oscar Pereira da Silva

4. Cena de Canibalismo, Theodoro Bry. Exemplo imaginário europeu sobre o canibalismo, visto como típica expressão da barbárie indígena.

2

O BRASIL COLONIAL

1500-1822

2.1. OS ÍNDIOS

Quando os europeus chegaram à terra que viria a ser o Brasil, encontraram uma população ameríndia bastante homogênea em termos culturais e lingüísticos, distribuída ao longo da costa e na bacia dos Rios Paraná-Paraguai.

Podemos distinguir dois grandes blocos que subdividem essa população: os tupis-guaranis c os tapuias. Os tupis-guaranis estendiam-se por quase toda a costa brasileira, desde pelo menos o Ceará até a Lagoa dos Patos, no extremo Sul. Os tupis, também denominados tupinambás, dominavam a faixa litorânea, do Norte até Cananéia, no sul do atual Estado de São Paulo; os guaranis localizavam-se na bacia Paraná-Paraguai e no trecho do litoral entre Cananéia e o extremo sul do que viria a ser o Brasil. Apesar dessa localização geográfica diversa dos tupis e dos guaranis, falamos em conjunto tupi-guarani, dada a semelhança de cultura e de língua.

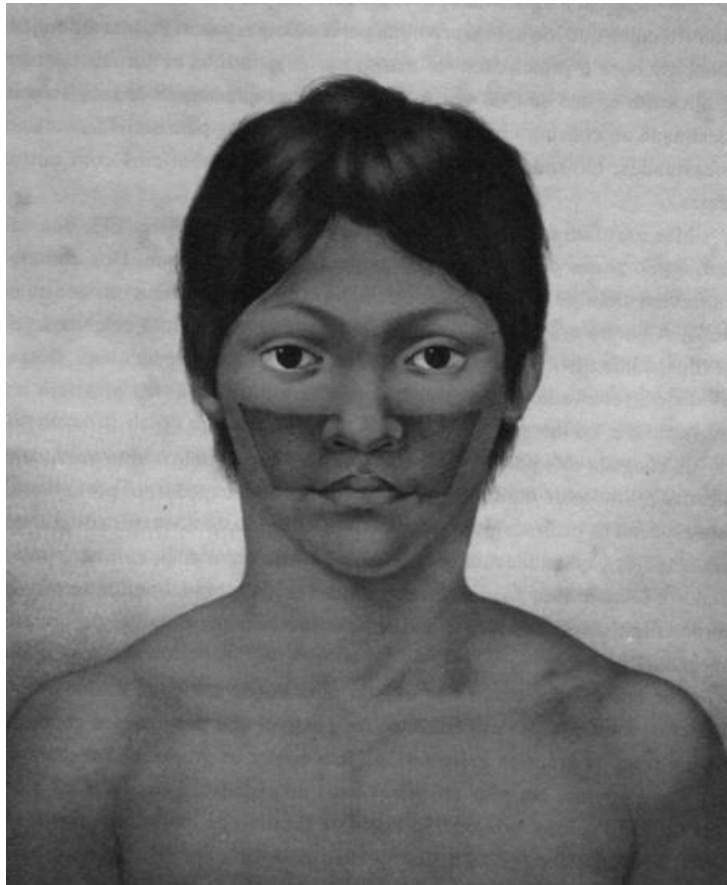
Em alguns pontos do litoral, a presença tupi-guarani era interrompida por outros grupos, como os goitacases na foz do Rio Paraíba, pelos aimorés no sul da Bahia e no norte do Espírito Santo, pelos tremembés na faixa entre o Ceará e o Maranhão. Essas populações eram chamadas tapuias, uma palavra genérica usada pelos tupis-guaranis para designar índios que falavam outra língua.

Devemos lembrar que a classificação descrita resulta de estudos recentes dos antropólogos, baseando-se, como dissemos, em afinidades culturais e lingüísticas. Os portugueses identificaram de forma impressionista muitas "nações" indígenas, como os carijós, os tupiniquins, os tamoios etc.

É difícil analisar a sociedade e os costumes indígenas, porque se lida com povos de cultura muito diferente da nossa e sobre a qual existiram e ainda existem fortes preconceitos. Isso se reflete, em maior ou menor grau, nos relatos escritos por cronistas, viajantes e padres, especialmente jesuítas. Existe nesses relatos uma diferenciação entre índios com qualidades positivas e índios com qualidades negativas, de acordo com o maior ou menor grau de resistência oposto aos portugueses. Por exemplo, os aimorés, que se destacaram pela eficiência militar e pela rebeldia, foram sempre apresentados de forma desfavorável. De acordo com os mesmos relatos, em geral, os índios viviam em casas, mas os aimorés viviam como animais na floresta. Os tupinambás comiam os inimigos por vingança; os aimorés, porque apreciavam carne humana. Quando a Coroa publicou a primeira lei em que se proibia a escravização dos índios (1570), só os aimorés foram especificamente excluídos da proibição.

Há também uma falta de dados que não decorre nem da incompreensão nem do preconceito, mas da dificuldade de sua obtenção. Não se sabe, por exemplo, quantos índios existiam no território abrangido pelo que é hoje o Brasil e o Paraguai, quando os portugueses chegaram ao Novo Mundo. Os cálculos oscilam entre números tão variados como 2 milhões para todo o território e cerca de 5 milhões só para a Amazônia brasileira.

Os grupos tupis praticavam a caça, a pesca, a coleta de frutas e a agricultura, mas seria engano pensar que estivessem intuitivamente preocupados em preservar ou restabelecer o equilíbrio ecológico das áreas por eles ocupadas. Quando ocorria uma relativa exaustão de alimentos nessas áreas, migravam temporária ou definitivamente para outras. De qualquer

forma, não há dúvida de que, pelo alcance limitado de suas atividades e pela tecnologia rudimentar de que dispunham, estavam longe de produzir os efeitos devastadores da poluição de rios com mercúrio, ou da derrubada de florestas com motosserras, características das atividades dos brancos nos dias de hoje.

5. Figura de índio, segundo o naturalista Spix

Para praticar a agricultura, os tupis derrubavam árvores e faziam a queimada - técnica que iria ser incorporada pelos colonizadores. Plantavam feijão, milho, abóbora e principalmente mandioca, cuja farinha se tornou também um alimento básico da Colônia. A economia era basicamente de subsistência e destinada ao consumo próprio. Cada aldeia produzia para satisfazer a suas necessidades, havendo poucas trocas de gêneros alimentícios com outras aldeias.

Mas existiam contatos entre elas para a troca de mulheres e de bens de luxo, como penas de tucano e pedras para se fazer botoque. Dos contatos resultavam alianças em que grupos de aldeias se posicionavam uns contra os outros. A guerra e a captura de inimigos - mortos em meio à celebração de um ritual canibalístico - eram elementos integrantes da sociedade tupi. Dessas atividades, reservadas aos homens, dependiam a obtenção de prestígio e a renovação das mulheres.

A chegada dos portugueses representou para os índios uma verdadeira catástrofe. Vindos de muito longe, com enormes embarcações, os portugueses, e em especial os padres, foram

associados na imaginação dos tupis aos grandes xamãs (pajés), que andavam pela terra, de aldeia em aldeia, curando, profetizando e falando-lhes de uma terra de abundância. Os brancos eram ao mesmo tempo respeitados, temidos e odiados, como homens dotados de poderes especiais.

Por outro lado, como não existia uma nação indígena e sim grupos dispersos, muitas vezes em conflito, foi possível aos portugueses encontrar aliados entre os próprios indígenas, na luta contra os grupos que resistiam a eles. Por exemplo, em seus primeiros anos de existência, sem o auxílio dos tupis de São Paulo, a Vila de São Paulo de Piratininga muito provavelmente teria sido conquistada pelos tamoios. Tudo isso não quer dizer que os índios não tenham resistido fortemente aos colonizadores, sobretudo quando se tratou de escravizá-los.

Os índios que se submeteram ou foram submetidos sofreram a violência cultural, as epidemias e mortes. Do contato com o europeu resultou uma população mestiça, que mostra, até hoje, sua presença silenciosa na formação da sociedade brasileira.

Uma forma excepcional de resistência dos índios consistiu no isolamento, alcançado através de contínuos deslocamentos para regiões cada vez mais pobres. Em limites muito estreitos, esse recurso permitiu a preservação de uma herança biológica, social e cultural. Mas, no conjunto, a palavra "catástrofe" é mesmo a mais adequada para designar o destino da população ameríndia. Milhões de índios viviam no Brasil na época da conquista e apenas cerca de 250 mil existem nos dias de hoje.

2.2. OS PERÍODOS DO BRASIL COLONIAL

Podemos dividir a história do Brasil colonial em três períodos muito desiguais em termos cronológicos: o primeiro vai da chegada de Cabral à instalação do governo geral, em 1549; o segundo é um longo lapso de tempo entre a instalação do governo geral e as ultimas décadas do século XVIII; o terceiro vai dessa época à Independência, em 1822. O que justifica essa periodização não são os fatos apontados em si mesmos, mas sim aquilo que expressam. O primeiro período se caracteriza pelo reconhecimento e posse da nova terra e um escasso comércio. Com a criação do governo geral inicia-se a montagem da colonização que irá se consolidar ao longo de mais de dois séculos, com marchas e contramarchas. As últimas décadas do século XVIII são uma referência para indicar um conjunto de transformações na ordem mundial e nas colônias, que dão origem à crise do sistema colonial e aos movimentos pela independência.

2.3. TENTATIVAS INICIAIS DE EXPLORAÇÃO

O descobrimento do Brasil não provocou, nem de longe, o entusiasmo despertado pela chegada de Vasco da Gama à índia. O Brasil aparece como uma terra cujas possibilidades de exploração e contornos geográficos eram desconhecidos. Por vários anos, pensou-se que não passava de uma grande ilha. As atrações exóticas - índios, papagaios, araras - prevaleceram, a ponto de alguns informantes, particularmente italianos, darem-lhe o nome de terra dos

papagaios. O Rei Dom Manuel preferiu chamá-la de Vera Cruz e logo de Santa Cruz. O nome "Brasil" começou a aparecer em 1503. Ele tem sido associado à principal riqueza da terra em seus primeiros tempos, o pau-brasil. Seu cerne, muito vermelho, era usado como corante, e a madeira, de grande resistência, era utilizada na construção de móveis e de navios. E curioso lembrar que as "ilhas Brasil" ou coisa parecida são uma referência fantasiosa na Europa medieval. Em uma carta geográfica de 1367, aparecem três ilhas com esse nome, espalhadas no grupo dos Açores, na latitude da Bretanha (França) e na costa da Irlanda.

As primeiras tentativas de exploração do litoral brasileiro se basearam no sistema de feitorias, adotado na costa africana. O Brasil foi arrendado por três anos a um consórcio de comerciantes de Lisboa, liderado pelo cristão-novo Fernão de Loronha ou Noronha, que recebeu o monopólio comercial, obrigando-se em troca, ao que parece, a enviar seis navios a cada ano para explorar trezentas léguas (cerca de 2 mil quilômetros) da costa e a construir uma feitoria. O consórcio realizou algumas viagens mas, aparentemente, quando em 1505 o arrendamento terminou, a Coroa portuguesa tomou a exploração da nova terra em suas mãos.

Nesses anos iniciais, entre 1500 e 1535, a principal atividade econômica foi a extração do pau-brasil, obtida principalmente mediante troca com os índios. As árvores não cresciam juntas, em grandes áreas, mas encontravam-se dispersas. À medida que a madeira foi-se esgotando no litoral, os europeus passaram a recorrer aos índios para obtê-la. O trabalho coletivo, especialmente a derrubada de árvores, era uma tarefa comum na sociedade tupinambá. Assim, o corte do pau-brasil podia integrar-se com relativa facilidade aos padrões tradicionais da vida indígena. Os índios forneciam a madeira e, em menor escala, farinha de mandioca, trocadas por peças de tecido, facas, canivetes e quinquilharias, objetos de pouco valor para os portugueses.

O Brasil foi, inicialmente, muito associado à índia, seja como ponto de descanso na rota já conhecida para esse país, seja como possível passagem de um novo caminho, buscado principalmente pelos espanhóis. Ao descobrir a América em 1492 chegando às Antilhas, Colombo pensara ter alcançado o Mar da China. A posse da nova terra foi contestada por Portugal, daí resultando uma série de negociações que desembocaram no Tratado de Tordesilhas (1494), nome de uma cidade espanhola onde se deu sua assinatura. O mundo foi dividido em dois hemisférios, separados por uma linha que imaginariamente passava a 370 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde. As terras descobertas a oeste da linha pertenceriam à Espanha; as que se situassem a leste caberiam a Portugal.

A divisão se prestava a controvérsias, pois nunca foi possível estabelecer com exatidão por onde passava a linha de Tordesilhas. Só em fins do século XVII os holandeses conseguiram desenvolver uma técnica precisa de medição de longitudes. Por exemplo, a foz do Amazonas no norte ou a do Rio da Prata no sul, vistas como possíveis rotas no rumo das índias pela via do Ocidente, estariam em território português ou espanhol? Várias expedições dos dois países se sucederam ao longo da costa brasileira na direção sul até que um português a serviço da Espanha, Fernão de Magalhães, atravessou o estreito que hoje tem seu nome e, navegando pelo Oceano Pacífico, chegou às Filipinas (1521). Esse feito espetacular de navegação foi ao mesmo tempo uma decepção para os espanhóis. O caminho das índias pelo Ocidente fora encontrado, mas era demasiado longo e difícil para ser economicamente vantajoso. Os olhos

espanhóis se fixaram nas riquezas em ouro e prata que iam sendo encontradas nas terras americanas sob seu domínio.

Mas a maior ameaça à posse do Brasil por Portugal não veio dos espanhóis e sim dos franceses. A França não reconhecia os tratados de partilha do mundo, sustentando o princípio de que era possuidor de uma área quem efetivamente a ocupasse. Os franceses entraram no comércio do pau-brasil e praticaram a pirataria, ao longo de uma costa demasiado extensa para que pudesse ser guarnecida pelas patrulhas portuguesas. Em momentos diversos, iriam mais tarde estabelecer-se no Rio de Janeiro (1555-1560) e no Maranhão (1612-1615).

2.4. INÍCIO DE COLONIZAÇÃO - AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

Considerações políticas levaram a Coroa Portuguesa à convicção de que era necessário colonizar a nova terra. A expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1533) representou um momento de transição entre o velho e o novo período. Tinha por objetivo patrulhar a costa, estabelecer uma colônia através da concessão não-hereditária de terras aos povoadores que trazia (São Vicente, 1532) e explorar a terra, tendo em vista a necessidade de sua efetiva ocupação.

Há indícios de que Martim Afonso ainda se encontrava no Brasil quando Dom João III decidiu-se pela criação das capitanias hereditárias. O Brasil foi dividido em quinze quinhões, por uma série de linhas paralelas ao equador que iam do litoral ao meridiano de Tordesilhas, sendo os quinhões entregues aos chamados capitães-donatários. Eles constituíam um grupo diversificado, no qual havia gente da pequena nobreza, burocratas e comerciantes, tendo em comum suas ligações com a Coroa.

Estavam entre os donatários o experiente navegador Martim Afonso; Duarte Coelho, militar de destaque no Oriente, sem grandes recursos, cuja história no Brasil seria ressaltada pelo êxito em Pernambuco; Jorge Figueiredo Correia, escrivão da Fazenda Real e grande negociante, associado a Mem de Sá e a Lucas Giraldes, da família dos Giraldi, negociantes e banqueiros de origem florentina; e Pero do Campo Tourinho, que vendeu suas propriedades em Portugal e seguiu para o Brasil com seiscentos colonos. Posteriormente, Tourinho veio a ser denunciado à Inquisição, após conflitos com os colonos, e embarcou de volta a Portugal. Antes de 1532, Fernão de Noronha recebeu do rei a primeira capitania do Brasil - a Ilha de São João, que hoje tem seu nome.

Nenhum representante da grande nobreza se incluía na lista dos donatários, pois os negócios na índia, em Portugal e nas ilhas atlânticas eram por essa época bem mais atrativos.

Os donatários receberam uma doação da Coroa, pela qual se tornavam possuidores mas não proprietários da terra. Isso significava, entre outras coisas, que não podiam vender ou dividir a capitania, cabendo ao rei o direito de modificá-la ou mesmo extingui-la. A posse dava aos donatários extensos poderes tanto na esfera econômica (arrecadação de tributos) como na esfera administrativa. A instalação de engenhos de açúcar e de moinhos de água e o uso de depósitos de sal dependiam do pagamento de direitos; parte dos tributos devidos à Coroa pela exploração de pau-brasil, de metais preciosos e de derivados da pesca cabiam também aos capitães-donatários. Do ponto de vista administrativo, eles tinham o monopólio da justiça,

autorização para fundar vilas, doar sesmarias, alistar colonos para fins militares e formar milícias sob seu comando.

A atribuição de doar sesmarias é importante, pois deu origem à formação de vastos latifúndios. A sesmaria foi conceituada no Brasil como uma extensão de terra virgem cuja propriedade era doada a um sesmeiro, com a obrigação - raramente cumprida - de cultivá-la no prazo de cinco anos e de pagar o tributo devido à Coroa. Houve em toda a Colônia imensas sesmarias, de limites mal-definidos, como a de Brás Cubas, que abrangia parte dos atuais municípios de Santos, Cubatão e São Bernardo.

Os direitos reservados pela Coroa, ao instituir as capitanias hereditárias, não se limitaram a uma espécie de vigilância quanto à manutenção de sua forma. O rei manteve o monopólio das drogas e especiarias, assim como a percepção de uma parte dos tributos. Assegurou ainda o direito de aplicar a justiça, quando se tratasse de morte ou retalhamento de partes do corpo de pessoas de condição nobre. Nomeou, além disso, uma série de funcionários para garantir que as rendas da Coroa fossem recolhidas.

As capitanias hereditárias são uma instituição a que freqüentemente se referem os historiadores, sobretudo portugueses, defensores da tese da natureza feudal da colonização. Essa tese e a própria discussão perderam hoje a importância que já tiveram, cedendo lugar à tendência historiográfica mais recente, que não considera indispensável rotular com etiquetas rígidas formações sociais complexas que não reproduzem o modelo europeu. Sem avançar neste assunto, lembremos que ao instituir as capitanias a Coroa lançou mão de algumas fórmulas cuja origem se encontra na sociedade medieval européia. E o caso, por exemplo, do direito concedido aos donatários de obter pagamento para licenciar a instalação de engenhos de açúcar; esse direito é análogo às "banalidades" pagas pelos lavradores aos senhores feudais. Mas, em essência, mesmo na sua forma original, as capitanias representaram uma tentativa transitória c ainda tateante de colonização, com o objetivo de integrar a Colônia à economia mercantil européia.

Sabemos que, com exceção das Capitanias de São Vicente e Pernambuco, as outras fracassaram em maior ou menor grau, por falta de recursos, desentendimentos internos, inexperiência, ataques de índios. Não por acaso, as mais prósperas combinaram a atividade açucareira e um relacionamento menos agressivo com as tribos indígenas.

As capitanias foram sendo retomadas pela Coroa, ao longo dos anos, através de compra e subsistiram como unidade administrativa, mas mudaram de caráter, por passarem a pertencer ao Estado. Entre 1752 e 1754, o Marquês de Pombal completou praticamente o processo de passagem das capitanias do domínio privado para o público.

2.5. O GOVERNO GERAL

A decisão tomada por Dom João III de estabelecer o governo geral do Brasil ocorreu em um momento em que alguns fatos significativos aconteciam com relação à Coroa portuguesa, na esfera internacional. Surgiam os primeiros sinais de crise nos negócios da índia, sugeridos no uso da expressão "fumos da índia" - ou seja, fumaça da índia, pondo em dúvida a solidez do comércio com o Oriente. Portugal sofrerá várias derrotas militares no Marrocos, mas o sonho de um império africano ainda não estava extinto. No mesmo ano em que Tome de Sousa foi

enviado ao Brasil como primeiro governador geral (1549), fechou-se o entreposto comercial português de Flandres, por ser deficitário. Por último, em contraste com as terras do Brasil, os espanhóis tinham crescente êxito na exploração de metais preciosos, em sua colônia americana, e, em 1545, haviam descoberto a grande mina de prata de Potosí.

Se todos esses fatores podem ter pesado na decisão da Coroa, devemos lembrar que, internamente, o fracasso das capitanias tornou mais claros os problemas da precária administração da América lusitana. Assim, a instituição do governo geral representou, de fato, um passo importante na organização administrativa da Colônia.

Segundo as crônicas da época, Tome de Sousa era um fidalgo sisudo, com experiência na África e na índia. Chegou à Bahia acompanhado de mais de mil pessoas, inclusive quatrocentos degredados, trazendo consigo longas instruções por escrito conhecidas como Regimento de Tome de Sousa. As instruções revelam o propósito de garantir a posse territorial da nova terra, colonizá-la e organizar as rendas da Coroa. Foram criados alguns cargos para o cumprimento dessas finalidades, sendo os mais importantes o de ouvidor, a quem cabia administrar a justiça, o de capitão-mor, responsável pela vigilância da costa, e o de provedor-mor, encarregado do controle e crescimento da arrecadação.

Não devemos imaginar porém que, no século XVI, o Brasil proporcionasse riquezas consideráveis aos cofres reais. Pelo contrário, segundo cálculos do historiador Vitorino Magalhães Godinho, em 1558 a arrecadação proveniente do Brasil representava apenas algo em torno de 2,5% das rendas da Coroa, enquanto ao comércio com a índia correspondiam 26%.

Vinham com o governador-geral os primeiros jesuítas - Manuel da Nóbrega e seus cinco companheiros -, com o objetivo de catequizar os índios e disciplinar o ralo clero de má fama existente na Colônia. Posteriormente (1532) criou-se o bispado de São Salvador, sujeito ao arcebispado de Lisboa, caminhando-se assim para a organização do Estado e da Igreja, estreitamente aproximados. O início dos governos gerais representou também a fixação de um pólo administrativo na organização da Colônia. Obedecendo às instruções recebidas, Tome de Sousa empreendeu o longo trabalho de construção de São Salvador, capital do Brasil até 1763.

A instituição de um governo geral representou um esforço de centralização administrativa, mas isso não significa que o governador geral detivesse todos os poderes, nem que em seus primeiros tempos pudesse exercer uma atividade muito abrangente. A ligação entre as capitanias era bastante precária, limitando o raio de ação dos governadores. A correspondência dos jesuítas dá claras indicações desse isolamento. Em 1552, escrevendo da Bahia aos irmãos de Coimbra, o Padre Francisco Pires queixa-se de só poder tratar de assuntos locais, porque "às vezes passa um ano e não sabemos uns dos outros, por causa dos tempos e dos poucos navios que andam pela costa e às vezes se vêem mais cedo navios de Portugal que das capitanias". Um ano depois, metido no sertão de São Vicente, Nóbrega diz praticamente a mesma coisa: "Mais fácil é vir de Lisboa recado a esta capitania que da Bahia".

2.6. A COLONIZAÇÃO SE CONSOLIDA

Após as três primeiras décadas, marcadas pelo esforço de garantir a posse da nova terra, a colonização começou a tomar forma. Como aconteceu em toda a América Latina, o Brasil

viria a ser uma colônia cujo sentido básico seria o de fornecer ao comércio europeu gêneros alimentícios ou minérios de grande importância. A política da Metrópole portuguesa consistirá no incentivo à empresa comercial, com base em uns poucos produtos exportáveis em grande escala e assentada na grande propriedade. Essa diretriz deveria atender aos interesses de acumulação de riqueza na Metrópole lusa, em mãos dos grandes comerciantes, da Coroa e seus afilhados. Como Portugal não tinha o controle dos circuitos comerciais na Europa, controlados, ao longo dos anos, principalmente por espanhóis, holandeses e ingleses, a mencionada diretriz acabou por atender também ao conjunto da economia européia.

A opção pela grande propriedade ligou-se ao pressuposto da conveniência da produção em larga escala. Além disso, pequenos proprietários autônomos tenderiam a produzir para a sua subsistência, vendendo no mercado apenas um reduzido excedente, o que contrariaria os objetivos da Coroa e dos grandes comerciantes.

2.7. O TRABALHO COMPULSÓRIO

Ao lado da empresa comercial e do regime de grande propriedade, acrescentemos um terceiro elemento: o trabalho compulsório. Também nesse aspecto, a regra será comum a toda a América Latina, ainda que com variações. Diferentes formas de trabalho compulsório predominaram na América espanhola, enquanto uma delas - a escravidão - foi dominante no Brasil.

Por que se apelou para uma relação de trabalho odiosa a nossos olhos, que parecia semimorta, exatamente na época chamada pomposamente de aurora dos tempos modernos? Uma resposta sintética consiste em dizer que nem havia grande oferta de trabalhadores em condições de emigrar como semi-dependentes ou assalariados, nem o trabalho assalariado era conveniente para os fins da colonização. Dada a disponibilidade de terras, pois uma coisa era a concessão de sesmarias, outra sua efetiva ocupação, não seria fácil manter trabalhadores assalariados nas grandes propriedades. Eles poderiam tentar a vida de outra forma, criando problemas para o fluxo de mão-de-obra para a empresa mercantil.

Dando um salto de vários séculos no tempo, lembremos que, nas primeiras décadas do século XX, a disponibilidade de terras no Estado de São Paulo representou uma alternativa para que imigrantes europeus e asiáticos se transformassem de colonos em pequenos proprietários.

Mas se a introdução do trabalho escravo se explica resumidamente dessa forma, por que se optou preferencialmente pelo negro e não pelo índio? Em primeiro lugar, lembremos que houve uma passagem da escravidão do índio para a do negro, que variou no tempo e no espaço. Essa passagem foi menos demorada no núcleo central e mais rentável da empresa mercantil, ou seja, na economia açucareira, em condições de absorver o preço da compra do escravo negro, bem mais elevado do que o do índio. Custou a ser feita nas regiões periféricas, como é o caso de São Paulo, que só no início do século XVIII, com a descoberta das minas de ouro, passou a receber escravos negros em número regular e considerável.

2.8. A ESCRAVIDÃO - ÍNDIOS E NEGROS

As razões da opção pelo escravo africano foram muitas. É melhor não falar em causas, mas em um conjunto de fatores. A escravização do índio chocou-se com uma série de inconvenientes, tendo em vista os fins da colonização. Os índios tinham uma cultura incompatível com o trabalho intensivo e regular e mais ainda compulsório, como pretendido pelos europeus. Não eram vadios ou preguiçosos. Apenas faziam o necessário para garantir sua subsistência, o que não era difícil em uma época de peixes abundantes, frutas e animais. Muito de sua energia e imaginação era empregada nos rituais, nas celebrações e nas guerras. As noções de trabalho contínuo ou do que hoje chamaríamos de produtividade eram totalmente estranhas a eles.

Podemos distinguir duas tentativas básicas de sujeição dos índios por parte dos portugueses. Uma delas, realizada pelos colonos segundo um frio cálculo econômico, consistiu na escravização pura e simples. A outra foi tentada pelas ordens religiosas, principalmente pelos jesuítas, por motivos que tinham muito a ver com suas concepções missionárias. Ela consistiu no esforço em transformar os índios, através do ensino, em "bons cristãos", reunindo-os em pequenos povoados ou aldeias. Ser "bom cristão" significava também adquirir os hábitos de trabalho dos europeus, com o que se criaria um grupo de cultivadores indígenas flexível às necessidades da Colônia.

As duas políticas não se equivaliam. As ordens religiosas tiveram o mérito de tentar proteger os índios da escravidão imposta pelos colonos, nascendo daí inúmeros atritos entre colonos e padres. Mas estes não tinham também qualquer respeito pela cultura indígena. Ao contrário, para eles chegava a ser duvidoso que os índios fossem pessoas. Padre Manuel da Nóbrega, por exemplo, dizia que "índios são cães em se comerem e matarem, e são porcos nos vícios e na maneira de se tratarem".

Os índios resistiram às várias formas de sujeição, pela guerra, pela fuga, pela recusa ao trabalho compulsório. Em termos comparativos, as populações indígenas tinham melhores condições de resistir do que os escravos africanos. Enquanto estes se viam diante de um território desconhecido onde eram implantados à força, os índios se encontravam em sua casa.

Outro fator importante que colocou em segundo plano a escravização dos índios foi a catástrofe demográfica. Esse é um eufemismo erudito para dizer que as epidemias produzidas pelo contato com os brancos liquidaram milhares de índios. Eles foram vítimas de doenças como sarampo, varíola, gripe, para as quais não tinham defesa biológica. Duas ondas epidêmicas se destacaram por sua violência entre 1562 e 1563, matando mais de 60 mil índios, ao que parece, sem contar as vítimas do sertão. A morte da população indígena, que em parte se dedicava a plantar gêneros alimentícios, resultou em uma terrível fome no Nordeste e em perda de braços.

Não por acaso, a partir da década de 1570 incentivou-se a importação de africanos, e a Coroa começou a tomar medidas através de várias leis, para tentar impedir o morticínio e a escravização desenfreada dos índios. As leis continham ressalvas e eram burladas com facilidade. Escravizavam-se índios em decorrência de "guerras justas", isto é, guerras consideradas defensivas, ou como punição pela prática de antropofagia. Escravizava-se também pelo resgaste, isto é, a compra de indígenas prisioneiros de outras tribos, que

estavam para ser devorados em ritual antropofágico. Só em 1758 a Coroa determinou a libertação definitiva dos indígenas. Mas, no essencial, a escravidão indígena fora abandonada muito antes pelas dificuldades apontadas e pela existência de uma solução alternativa.

Como vimos, ao percorrer a costa africana no século XV, os portugueses haviam começado o tráfico de africanos, facilitado pelo contato com sociedades que, em sua maioria, já conheciam o valor mercantil do escravo. Nas últimas décadas do século XVI, não só o comércio negreiro estava razoavelmente montado como vinha demonstrando sua lucratividade.

Os colonizadores tinham conhecimento das habilidades dos negros, sobretudo por sua rentável utilização na atividade açucareira das ilhas do

Atlântico. Muitos escravos provinham de culturas em que trabalhos com ferro e a criação de gado eram usuais. Sua capacidade produtiva era assim bem superior à do indígena. O historiador americano Stuart Schwartz calcula que, durante a primeira metade do século XVII, nos anos de apogeu da economia do açúcar, o custo de aquisição de um escravo negro era amortizado entre treze e dezesseis meses de trabalho e, mesmo depois de uma forte alta nos preços de compra de cativos após 1700, um escravo se pagava em trinta meses.

Os africanos foram trazidos do chamado "continente negro" para o Brasil em um fluxo de intensidade variável. Os cálculos sobre o número de pessoas transportadas como escravos variam muito. Estima-se que entre 1550 e 1855 entraram pelos portos brasileiros 4 milhões de escravos, na sua grande maioria jovens do sexo masculino.

A região de proveniência dependeu da organização do tráfico, das condições locais na África e, em menor grau, das preferências dos senhores brasileiros. No século XVI, a Guiné (Bissau e Cacheu) e a Costa da Mina, ou seja, quatro portos ao longo do litoral do Daomé, forneceram o maior número de escravos. Do século XVII em diante, as regiões mais ao sul da costa africana - Congo e Angola - tornaram-se os centros exportadores mais importantes, a partir dos portos de Luanda, Benguela e Cabinda. Os angolanos foram trazidos em maior número no século XVIII, correspondendo, ao que parece, a 70% da massa de escravos trazidos para o Brasil naquele século.

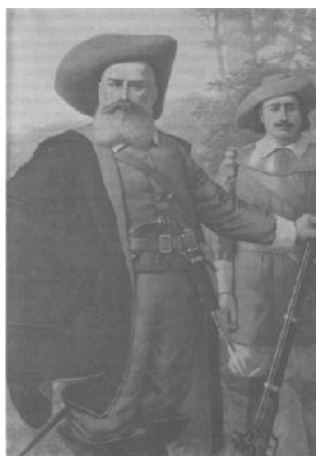
Costuma-se dividir os povos africanos em dois grandes ramos étnicos: os sudaneses, predominantes na África ocidental, Sudão egípcio e na costa norte do Golfo da Guiné, e os bantos, da África equatorial e tropical, de parte do Golfo da Guiné, do Congo, Angola e Moçambique. Essa grande divisão não nos deve levar a esquecer que os negros escravizados no Brasil provinham de muitas tribos ou reinos, com suas culturas próprias. Por exemplo: os iorubas, jejes, tapas, hauçás, entre os sudaneses; e os angolas, bengalas, monjolos, moçambiques, entre os bantos.

Os grandes centros importadores de escravos foram Salvador e depois o Rio de Janeiro, cada qual com sua organização própria e fortemente concorrentes. Os traficantes baianos utilizaram-se de uma valiosa moeda de troca no litoral africano, o fumo produzido no Recôncavo. Estiveram sempre mais ligados à Costa da Mina, à Guiné e ao Golfo de Benin, neste último caso após meados de 1770, quando o tráfico da Mina declinou. O Rio de Janeiro recebeu sobretudo escravos de Angola, superando a Bahia com a descoberta das minas de

ouro, o avanço da economia açucareira e o grande crescimento urbano da capital, a partir do início do século XIX.

Seria errôneo pensar que, enquanto os índios se opuseram à escravidão, os negros a aceitaram passivamente. Fugas individuais ou em massa, agressões contra senhores, resistência cotidiana fizeram parte das relações entre senhores e escravos, desde os primeiros tempos. Os quilombos, ou seja, estabelecimentos de negros que escapavam à escravidão pela fuga e recompunham no Brasil formas de organização social semelhantes às africanas, existiram às centenas no Brasil colonial. Palmares - uma rede de povoados situada em uma região que hoje corresponde em parte ao Estado de Alagoas, com vários milhares de habitantes - foi um desses quilombos e certamente o mais importante. Formado no início do século XVII, resistiu aos ataques de portugueses e holandeses por quase cem anos, vindo a sucumbir, em 1695, às tropas sob o comando do bandeirante Domingos Jorge Velho.

Admitidas as várias formas de resistência, não podemos deixar de reconhecer que, pelo menos até as últimas décadas do século XIX, os escravos africanos ou afro-brasileiros não tiveram condições de desorganizar o trabalho compulsório. Bem ou mal, viram-se obrigados a se adaptar a ele. Dentre os vários fatores que limitaram as possibilidades de rebeldia coletiva, lembremos que, ao contrário dos índios, os negros eram desenraizados de seu meio, separados arbitrariamente, lançados em levas sucessivas em território estranho.

Por outro lado, nem a Igreja nem a Coroa se opuseram à escravização do negro. Ordens religiosas como a dos beneditinos estiveram mesmo entre os grandes proprietários de cativos. Vários argumentos foram utilizados para justificar a escravidão africana. Dizia-se que se tratava de uma instituição já existente na África e assim apenas transportavam-se cativos para o mundo cristão, onde seriam civilizados e salvos pelo conhecimento da verdadeira religião. Além disso, o negro era considerado um ser racialmente inferior. No decorrer do século XIX, teorias pretensamente científicas reforçaram o preconceito: o tamanho e a forma do crânio dos negros, o peso de seu cérebro etc. "demonstravam" que se estava diante de uma raça de baixa inteligência e emocionalmente instável, destinada biologicamente à sujeição.

6. Domingos Jorge Velho e Seu Lugar-tenente Antônio Fernandes, de Benedito Calixto (1853-1927), que nasceu em São Paulo e decorou muitos teatros e igrejas.

Lembremos também o tratamento dado ao negro na legislação. O contraste com os indígenas é nesse aspecto evidente. Estes contavam com leis protetoras contra a escravidão, embora, como vimos, fossem pouco aplicadas e contivessem muitas ressalvas. O negro escravizado não tinha direitos, mesmo porque era considerado juridicamente uma coisa e não uma pessoa.

Vejamos alguns aspectos da questão demográfica. Embora os números apurados variem, há dados sobre a alta taxa de mortalidade dos escravos negros do Brasil, especialmente das crianças e dos recém-chegados, quando comparada, por exemplo, à da população escrava nos Estados Unidos. Observadores de princípios do século XIX calculavam que a população escrava declinava a uma taxa entre 5 e 8% ao ano. Dados recentes revelam que a expectativa de vida de um escravo do sexo masculino, ao nascer, em 1872, era de 18,3 anos, enquanto a da população como um todo era de 27,4 anos. Por sua vez, um cativo homem nascido nos Estados Unidos em torno de 1850 tinha uma expectativa de vida de 35,5 anos.

Apesar desses números gritantes, não se pode dizer que os escravos negros tenham sido atingidos por uma catástrofe demográfica tão grande como a que dizimou os índios. Aparentemente, negros provenientes do Congo, do norte de Angola e do Daomé - atual Benim - eram menos suscetíveis ao contágio de doenças como a varíola. De qualquer forma, mesmo com a destruição física prematura dos negros, os senhores de escravos tiveram sempre a possibilidade de renovar o suprimento pela importação. A escravidão brasileira se tornou mesmo totalmente dependente dessa fonte. Com raras exceções, não houve tentativas de se ampliar o crescimento da população escrava já instalada no Brasil. A fertilidade das mulheres escravas era baixa. Além disso, criar uma criança por doze ou catorze anos era considerado um investimento de risco, tendo-se em conta as altas taxas de mortalidade, decorrentes das próprias condições de existência.

2.9. O MERCANTILISMO

A forma pela qual, ao longo de alguns séculos, a Coroa portuguesa tratou de assegurar os maiores ganhos do empreendimento colonial relaciona-se com as concepções de política econômica vigentes na época, abrangidas pela expressão "mercantilismo". Falamos em "concepções" no plural porque seria equivocado imaginar que houve uma política econômica dos Estados europeus, sempre idêntica, entre os séculos XV e XVIII. Ela variou muito, de país a país, de período a período, mas alguns traços essenciais podem ser definidos. Antes de fazer isso, lembremos que a doutrina mercantilista não era, em si mesma, uma teoria econômica baseada em conceitos, mas um receituário de normas de política econômica. Foi a partir da prática e para justificá-la que se chegou à formulação de uma teoria.

Tanto a prática como a teoria partiam do princípio de que não há ganho para um Estado sem prejuízo de outro. Como alcançar o ganho? Atraindo para si a maior quantidade possível do estoque mundial de metais preciosos e tratando de retê-lo. Isso deveria ser alcançado por uma política de proteção dos produtos do país através de uma série de medidas: reduzir pela tributação elevada, ou proibir a entrada de bens manufaturados estrangeiros e facilitar o ingresso de matérias-primas; inversamente, proibir a saída de matérias-primas produzidas no país e estimular a exportação de manufaturados quando estes concorressem vantajosamente no mercado internacional.

Pelo conjunto de medidas, verifica-se que a política mercantilista pressupunha uma ampla intervenção do Estado, seja assumindo diretamente certas atividades econômicas, seja criando condições favoráveis a determinados grupos para alcançar os objetivos visados. Não se tratava de uma política absurda, como poderia parecer por sua obsessão pelos metais preciosos. Pelo contrário, era coerente com as possibilidades de ação dos Estados nacionais em via de criação e crescimento, em um período no qual a moeda metálica tinha uma grande importância para consolidar o Estado.

2.10. O "EXCLUSIVO" COLONIAL

Qual o significado e o papel das colônias nesse contexto?

Elas deveriam contribuir para a auto-suficiência da metrópole, transformando-se em áreas reservadas de cada potência colonizadora, na concorrência internacional com as demais. Para isso, era preciso estabelecer uma série de normas e práticas que afastassem os concorrentes da exploração das respectivas colônias. Esse conjunto de normas e práticas, criado de acordo com as concepções mercantilistas, constituía o sistema colonial. Seu eixo básico consistia no "exclusivo" metropolitano, segundo a expressiva linguagem da época, ou seja, na exclusividade do comércio externo da colônia em favor da metrópole.

Tratava-se de impedir ao máximo que navios estrangeiros transportassem mercadorias da colônia, sobretudo para vender diretamente em outros países da Europa. Inversamente, procurava-se também impedir que mercadorias, em especial as não produzidas na metrópole, chegassem à colônia em navios desses países. Em termos simplificados, buscava-se deprimir, até onde fosse possível, os preços pagos na colônia por seus produtos, para vendê-los com maior lucro na metrópole. Buscava-se também obter maiores lucros da venda na colônia, sem concorrência, dos bens por ela importados. O "exclusivo" colonial teve várias formas: arrendamento, exploração direta pelo Estado, criação de companhias privilegiadas de comércio, beneficiando determinados grupos comerciais metropolitanos etc.

Tomando agora o caso português, que nos interessa de perto, seria equi¬vocado pensar que os preceitos mercantilistas foram aplicados sempre consistentemente. Se insistimos em lhes dar grande importância, é porque eles apontam para o sentido mais profundo das relações Metrópole-Colônia, embora não contem toda a história dessas relações. Curiosamente, a aplicação mais conseqüente da política mercantilista só se deu em meados do século XVIII, sob o comando do Marquês de Pombal, quando seus princípios já eram postos em dúvida no resto da Europa Ocidental.

A Coroa lusa abriu brechas nesses princípios, principalmente devido aos limites de sua capacidade de impô-los. Não estamos falando apenas da existência do contrabando, pois o contrabando era uma quebra pura e simples das regras do jogo. Estamos falando sobretudo da posição de Portugal no conjunto das nações européias. Os portugueses estiveram na vanguarda da expansão marítima, mas não tinham os meios de monopolizar seu comércio colonial. Já durante o século XVI, as grandes praças comerciais não se situavam em Portugal, mas na Holanda. Os holandeses foram importantes parceiros comerciais de Portugal, transportando sal e vinho portugueses e açúcar brasileiro, em troca de produtos manufaturados, queijos, cobre e tecidos. Obtiveram com isso muitas facilidades.

Posteriormente, ao longo do século XVII, a Coroa seria levada a estabelecer relações desiguais com uma das novas potências emergentes: a Inglaterra. Dessas condições resulta que o "exclusivo" colonial luso oscilou de acordo com as circunstâncias, ficando entre a relativa liberdade e um sistema centralizado e dirigido, combinado com concessões especiais. Essas concessões representavam, no fundo, a participação de outros países no usufruto da exploração do sistema colonial português.

Resumindo todo esse longo processo de oscilações do "exclusivo" colonial, podemos dizer que houve uma fase de relativa liberdade comercial de 1530 até 1571, data em que o Rei Dom Sebastião decretou a exclusividade dos navios portugueses no comércio da Colônia, coincidindo, aliás, a medida com os anos iniciais da grande expansão da economia açucareira. O período da chamada união das duas Coroas (1580-1640), quando o rei da Espanha ocupou também o trono de Portugal, caracterizou-se por crescentes restrições à participação de outros países no comércio colonial, visando especialmente a Holanda, que estava em guerra com a Espanha. Mesmo assim, há notícias de um tráfego regular e direto entre o Brasil e Hamburgo na Alemanha, por volta de 1590.

Após o fim do domínio espanhol, com a aclamação de Dom João IV como rei de Portugal, seguiu-se uma breve fase de "livre comércio", com pouca regulamentação e ausência de controle sobre o mercado colonial de importação. Mas, em 1649, passou-se a um novo sistema de comércio centralizado e dirigido, por meio de frotas. Com capital obtido principalmente de cristãos-novos, foi criada a Companhia Geral do Comércio do Brasil. A companhia deveria manter uma frota de 36 navios armados para comboiar navios mercantes que saíam do Brasil e aqui chegavam, duas vezes por ano; em troca, usufruiria do monopólio das importações de vinho, farinha, azeite de oliva e bacalhau e do direito de estabelecer os preços para esses artigos. A partir de 1694, a companhia foi transformada em órgão governamental.

Entretanto, a criação da empresa não impediu concessões feitas por Portugal à Holanda e especialmente à Inglaterra. Em poucas palavras, a Coroa buscava a proteção política inglesa, dando em troca vantagens comerciais. Um bom exemplo disso é o tratado imposto por Cromwell em 1654, em que se garantia aos ingleses o direito de negociar com a colônia brasileira, exceto no tocante aos produtos monopolizados pela Companhia Geral do Comércio. O sistema de frotas só foi abandonado em 1765, quando o Marquês de Pombal resolveu estimular o comércio e restringir o crescente papel dos ingleses. Isso se fez através da criação de novas companhias (Companhia do Grão-Pará e Maranhão; Companhia de Pernambuco e Paraíba), que representaram as últimas expressões nítidas da política mercantilista no Brasil.

2.11. A GRANDE PROPRIEDADE E A MONOCULTURA DE EXPORTAÇÃO

Dissemos que o sentido mais profundo da colonização, pelo menos até a descoberta dos metais preciosos, foi dado pela grande propriedade, onde se cultivava predominantemente um gênero destinado à exportação, com base no trabalho escravo. A expressão da língua inglesa plantation, de uso cada vez mais corrente, sintetiza essa descrição.

A afirmativa de que a plantation foi a forma básica da colonização portuguesa no Brasil se tornou clássica a partir dos trabalhos de Caio Prado Júnior. Em anos mais recentes, ela vem

sendo criticada por historiadores como Francisco Carlos Teixeira da Silva e Ciro Flamarion Cardoso. Teixeira considera que o projeto "plantacionista" era assumido pela classe dominante colonial, mas a Coroa sempre se preocupou em diversificar a produção e garantir o plantio de gêneros alimentícios para consumo na própria Colônia. Cardoso assinala que a obsessão com o conceito de plantation fez com que se deixassem de lado alguns fatos importantes da complexa realidade econômico-social brasileira. Assim, não se deu o necessário relevo às áreas geográficas periféricas e houve uma excessiva redução da estrutura social a senhores, em um pólo, e escravos, em outro, esquecendo-se a importância dos brancos e ignorando-se a existência de um campesinato, ou seja, de pequenos proprietários, na sociedade rural.

A crítica é significativa, especialmente porque rediscute concepções assentes, com novos elementos e outro ângulo de visão. Ela chama a atenção para o fato de que o Brasil colonial não foi só açúcar, ouro, grande propriedade e escravos, mas parece-nos excessivo dizer que o projeto de colonização de tipo plantation fosse um empreendimento sobretudo da classe dominante colonial - senhores de engenho, lavradores de cana e de fumo, comerciantes exportadores - e não da Coroa portuguesa.

Por certo, havia diferenças entre essas duas esferas, mas elas não nasciam de um desinteresse da Coroa pela plantation. Derivavam, sim, do fato de que de um lado apareciam diretamente interesses privados; de outro, a principal instituição responsável pela organização geral da vida na Colônia. Daí, por exemplo, o contínuo interesse do governo português na produção de alimentos e as resistências opostas pelos proprietários rurais a utilizar terras com esse objetivo menos rentável.

A concepção definidora da colonização pela grande empresa monocultura escravista, adaptada aos interesses da Metrópole, é um modelo cujo valor consiste em dar as linhas básicas de entendimento de um sistema que caracterizou o Brasil na Colônia e deixou suas marcas após a Independência.

Que marcas são essas?

A grande propriedade, a vinculação com o exterior através de uns poucos produtos primários de exportação, a escravidão e suas conseqüências.

O contraste com a história dos Estados Unidos é revelador. Destaquemos aqui o fato de que as condições do clima e outras não permitiram a instalação no nordeste dos Estados Unidos - a Nova Inglaterra - de uma colonização do tipo plantation. Estabeleceram-se ali pequenos proprietários que produziam, a princípio, para a sua subsistência e depois, pouco a pouco, para as plantações escravistas do sul do país e para a área das Antilhas. A produção não foi a típica da plantation, mas bastante diversificada - madeiras, cereais, ma¬nufaturados -, e, o que é mais importante, os lucros tenderam a se concentrar na colônia. Foi a partir desse núcleo, não sem enormes abalos, que os Estados Unidos se diferenciaram em termos socioeconômicos, políticos e culturais do que viria a ser o Terceiro Mundo latino-americano.

2.12. ESTADO E IGREJA

As duas instituições básicas que, por sua natureza, estavam destinadas a organizar a colonização do Brasil foram o Estado e a Igreja Católica. Embora se trate de instituições

distintas, naqueles tempos uma estava ligada à outra. Não existia na época, como existe hoje, o conceito de cidadania, de pessoa com direitos e deveres com relação ao Estado, independentemente da religião. A religião do Estado era a católica e os súditos, isto é, os membros da sociedade, deviam ser católicos.

Em princípio, houve uma divisão de trabalho entre as duas instituições. Ao Estado coube o papel fundamental de garantir a soberania portuguesa sobre a Colônia, dotá-la de uma administração, desenvolver uma política de povoamento, resolver problemas básicos, como o da mão-de-obra, estabelecer o tipo de relacionamento que deveria existir entre Metrópole e Colônia. Essa tarefa pressupunha o reconhecimento da autoridade do Estado por parte dos colonizadores que se instalariam no Brasil, seja pela força, seja pela aceitação dessa autoridade, ou por ambas as coisas.

Nesse sentido, o papel da Igreja se tornava relevante. Como tinha em suas mãos a educação das pessoas, o "controle das almas" na vida diária, era um instrumento muito eficaz para veicular a idéia geral de obediência e, em especial, a de obediência ao poder do Estado. Mas o papel da Igreja não se limitava a isso. Ela estava presente na vida e na morte das pessoas, nos episódios decisivos do nascimento, casamento e morte. O ingresso na co¬munidade, o enquadramento nos padrões de uma vida decente, a partida sem pecado deste "vale de lágrimas" dependiam de atos monopolizados pela Igreja: o batismo, a crisma, o casamento religioso, a confissão e a extremaunção na hora da morte, o enterro em um cemitério designado pela significativa ex¬pressão "campo-santo".

Na história do mundo ocidental, as relações entre Estado e Igreja variaram muito de país a país e não foram uniformes no âmbito de cada país, ao longo do tempo. No caso português, ocorreu uma subordinação da Igreja ao Estado através de um mecanismo conhecido como padroado real. O padroado consistiu em uma ampla concessão da Igreja de Roma ao Estado português, em troca da garantia de que a Coroa promoveria e asseguraria os direitos e a organização da Igreja em todas as terras descobertas. O rei de Portugal ficava com o direito de recolher o tributo devido pelos súditos da Igreja conhecido como dízimo, correspondente a um décimo dos ganhos obtidos em qualquer atividade. Cabia também à Coroa criar dioceses e nomear os bispos.

Muitos dos encargos da Coroa resultavam, pelo menos em tese, em maior subordinação da Igreja, como é o caso da incumbência de remunerar o clero e construir e zelar pela conservação dos edifícios destinados ao culto. Para supervisionar todas essas tarefas, o governo português criou uma espécie de departamento religioso do Estado: a Mesa da Consciência e Ordens.

O controle da Coroa sobre a Igreja foi em parte limitado pelo fato de que a Companhia de Jesus até a época do Marquês de Pombal (1750-1777) teve forte influência na Corte. Na Colônia, o controle sofreu outras restrições. De um lado, era muito difícil enquadrar as atividades do clero secular - aquele que existe fora das ordens religiosas -, disperso pelo território; de outro, as ordens religiosas conseguiram alcançar maior grau de autonomia. A maior autonomia das ordens dos franciscanos, mercedários, beneditinos, carmelitas e principalmente jesuítas resultou de várias circunstâncias. Elas obedeciam a regras próprias de cada instituição e tinham uma política definida com relação a questões vitais da colonização, como a indígena. Além disso, na medida em que se tornaram proprietárias de grandes

extensões de terra e empreendimentos agrícolas, as ordens religiosas não dependiam da Coroa para sua sobrevivência.

Padres seculares buscaram fugir ao peso do Estado e da própria Igreja, quando havia oportunidade, por um caminho individual. Exemplo célebre é o de alguns padres participantes da Inconfidência Mineira, que se dedicavam a grandes lavouras, a trabalhos de mineração, ao tráfico de escravos e diamantes. A presença de padres pode ser constatada praticamente em todos os mo¬vimentos de rebelião, a partir de 1789, prolongando-se após a independência do Brasil até meados do século XIX.

As razões dessa presença estão pouco estudadas. O historiador José Murilo de Carvalho, analisando a época imperial, contrastou o procedimento conservador dos magistrados com o comportamento rebelde dos padres. Sugeriu que a rebeldia destes tinha origem em sua extração social, nas dificuldades de ascensão na carreira, na atuação mais próxima à população. De qualquer forma, seria engano estender a todo o clero essa característica de rebeldia, visível mas excepcional. Na atividade do dia-a-dia, silenciosamente e às vezes com pompa, a Igreja tratou de cumprir sua missão de converter índios e negros, e de inculcar na população a obediência aos seus preceitos, assim como aos preceitos do Estado.

2.13. O ESTADO ABSOLUTISTA E O "BEM COMUM"

O Estado português na época da colonização é um Estado absolutista. Em teoria, todos os poderes se concentram por direito divino na pessoa do rei. O reino - ou seja, o território, os súditos e seus bens - pertence ao rei, constitui seu patrimônio. Daí o uso da expressão "Estado patrimonialista" para definir o Estado absolutista, utilizada por muitos autores, a partir da conceituação do sociólogo alemão Max Weber.

No Estado absolutista não há - sempre em teoria - distinção entre a esfera pública, como campo de atividade do Estado, e a esfera privada, como campo de ação dos indivíduos com direitos maiores ou menores. Nele, tudo é público, pois não há limites preestabelecidos ao poder real. Por exemplo, quando em 1446, na época do Rei Afonso V, foi efetuada uma revisão e organização das leis do reino, seu autor dizia que "o rei tem seu poder das mãos de Deus e como seu vigário tenente (isto é, como delegado de Deus) é livre de toda lei humana".

Tudo isso não quer dizer que o rei não devesse levar em conta os interesses dos diferentes estratos sociais - nobres, comerciantes, clero, gente do povo - nem que governasse sozinho. A preferência pela expressão "Coroa" em vez de "Rei" para designar o poder da monarquia portuguesa é significativa nesse sentido. Se a palavra decisiva cabia ao rei, tinha muito peso na decisão uma burocracia por ele escolhida, formando um corpo de governo. Mesmo a indefinição das fronteiras entre o público e o privado não foi completa; pelo menos no reinado de Dom João IV (1640-1656), uma série de medidas foram tomadas, principalmente no âmbito fiscal, com o objetivo de estabelecer limites à ação do rei. O "bem comum" surgia como uma idéia nova que justificava a restrição aos poderes reais de impor empréstimos ou se apossar de bens privados para seu uso.

A montagem da administração colonial desdobrou e enfraqueceu o poder da Coroa. Por certo, era na Metrópole que se tomavam as decisões centrais, mas os administradores do Brasil tinham de improvisar medidas, diante de situações novas, e ficavam muitas vezes se

equilibrando entre as pressões imediatas dos colonizadores e as instruções emanadas da distante Lisboa.

2.14. AS INSTITUIÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL

Vejamos em síntese quais foram as principais instituições e órgãos da administração portuguesa no Brasil, a partir do governo geral. Antes, lembremos que não havia especialização clara dos diferentes órgãos como hoje ocorre. Atividades executivas e judiciárias, por exemplo, não estavam delimitadas. Existiam autoridades que tanto realizavam tarefas de administrar como de julgar questões surgidas entre as pessoas.

Entre as figuras de cúpula, destacavam-se os governadores de capitania, especialmente os das mais importantes. Acima deles, ficava o governador-geral. A partir de 1763, quando a sede do governo foi transferida da Bahia para o Rio de Janeiro, tornou-se comum a outorga ao governador-geral, pelo rei, do título de Vice-Rei e Capitão-General do Mar e Terra do Estado do Brasil. Os vice-reis tinham extensas atribuições, dispondo do conjunto das forças armadas. Representavam e encarnavam, à distância, a pessoa do monarca português, o que não era pouco, em uma época de contatos e comunicações difíceis.

Os demais órgãos administrativos podem ser agrupados em três setores: o Militar, o da Justiça e o da Fazenda. As forças armadas de uma capitania compunham-se da tropa de linha, das milícias e dos corpos de ordenança. A primeira constituía um contingente regular e profissional permanentemente em armas. Era quase sempre composta de regimentos portugueses. Para com¬pletar os efetivos, as autoridades coloniais deveriam engajar gente branca da Colônia. Mas como poucas pessoas queriam voluntariamente ingressar na tropa em seus níveis mais baixos, as autoridades lançavam mão do recrutamento, que se tornou o espantalho da população. Na Bahia, por exemplo, em fins do século XVIII, logo que começava a ação violenta dos agentes recrutadores, constatava-se a carestia dos gêneros alimentícios porque os lavradores abandonavam as roças.

As milícias eram tropas auxiliares, recrutadas, entre os habitantes da Colônia, para serviço obrigatório e não-remunerado. Quase não se apresentavam voluntários, e o método do recrutamento forçado, principalmente dos pobres, aí imperava.

Por último, existiam as ordenanças, formadas por todo o resto da população masculina entre dezoito e sessenta anos, exceto os padres. Ao contrário das milícias, as ordenanças constituíam uma força local e para elas não havia recrutamento. Sua atividade militar limitava-se a exercícios periódicos e a agir quando surgissem na localidade tumultos ou outros acontecimentos extraordinários.

Os órgãos de Justiça, às vezes com funções administrativas, eram representados pelos vários juízes, entre os quais se destacava o ouvidor da comarca, nomeado pelo soberano por três anos. Para julgar recursos das decisões, existiam os Tribunais da Relação, presididos pelo governador ou pelo vice-rei, a princípio só na Bahia e depois na Bahia e no Rio de Janeiro. Por sua vez, o principal órgão encarregado de arrecadar tributos e determinar a realização de despesas era a Junta da Fazenda, presidida também pelo governador de cada capitania.

Devemos por último fazer referência especial a um órgão de poder constituído de membros da sociedade: as Câmaras Municipais, com sede nas vilas e nas cidades. Elas eram compostas de membros natos, ou seja, não-eleitos, e de representantes eleitos. Votavam nas eleições, que eram geralmente indiretas, os "homens bons", ou seja, proprietários residentes na cidade, excluídos os artesãos e os considerados impuros pela cor e pela religião, isto é, negros, mulatos e cristãos-novos. O campo de atividade das Câmaras Municipais variou muito. Nos primeiros tempos da Colônia, Câmaras como as de São Luís, Rio de Janeiro e São Paulo tornaram-se de fato a principal autoridade das respectivas capitanias, sobrepondo-se aos governadores e chegando mesmo, em certos casos, a destituí-los. Posteriormente, seu poder diminuiu, refletindo a concentração da autoridade nas mãos dos representantes da Coroa.

As Câmaras possuíam finanças e patrimônio próprios. Arrecadavam tributos, nomeavam juízes, decidiam certas questões, julgavam crimes como pequenos furtos e injúrias verbais, cuidavam das vias públicas, das pontes e chafarizes incluídos no seu patrimônio. Elas foram controladas, sobretudo até meados do século XVII, pela classe dominante dos proprietários rurais e expressavam seus interesses. As Câmaras dc Belém e São Paulo, por exemplo, procuraram garantir o direito de organizar expedições para escravizar os índios, e as do Rio de Janeiro e Bahia muitas vezes estabeleceram moratória para as dívidas dos senhores de engenho e combateram os monopólios comerciais. Graças ao seu enraizamento na sociedade, as Câmaras Municipais foram o único órgão que sobreviveu por inteiro e até se reforçou, após a Independência.

2.15. AS DIVISÕES SOCIAIS

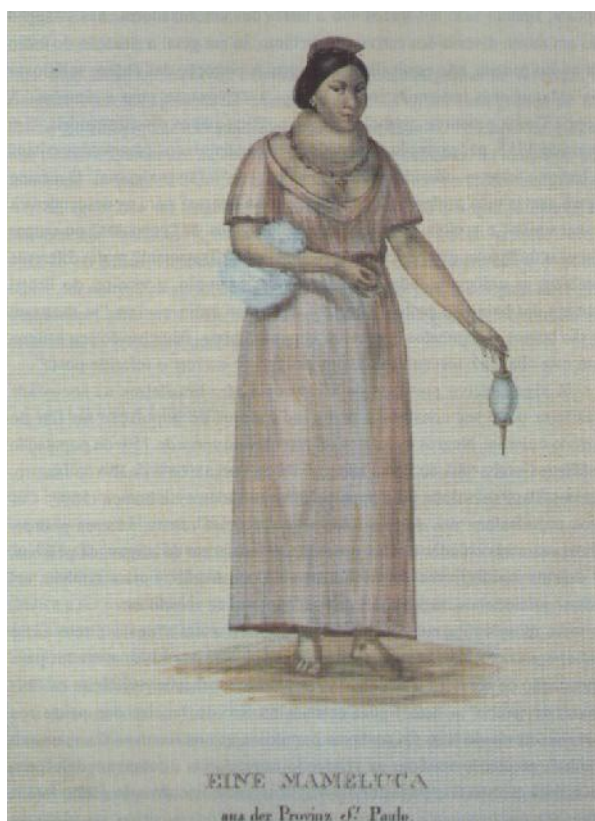
Passemos a uma análise de sociedade, lidando principalmente com suas divisões.

2.15.1. A PUREZA DE SANGUE

Um princípio básico de exclusão distinguia determinadas categorias sociais, pelo menos até uma carta-lei de 1773. Era o princípio de pureza dc sangue. Impuros eram os cristãos-novos, os negros, mesmo quando livres, os índios em certa medida e as várias espécies de mestiços. Eles não podiam ocupar cargos de governo, receber títulos de nobreza, participar de irmandades de prestígio etc. A carta-lei de 1773 acabou com a distinção entre cristãos antigos e novos, o que não quer dizer que daí para a frente o preconceito tenha se extinguido.

2.15.2. LIVRES E ESCRAVOS

O critério discriminatório se referia essencialmente a pessoas. Mais profundo do que ele era o corte que separava pessoas e não-pessoas, ou seja, gente livre e escravos, considerados juridicamente coisa. A condição de livre ou de escravo estava muito ligada à etnia e à cor, pois escravos eram, em primeiro lugar, negros, depois, índios e mestiços. Toda uma nomenclatura se aplicava aos mestiços, distinguindo-se os mulatos, os mamelucos, curibocas ou caboclos, nascidos da união entre branco e índio; os cafuzos, resultantes da união entre negro e índio.

7. Uma Cafusa da Província de São Paulo, na concepção do naturalista Spix

8. Uma Mameluca da Província de São Paulo, na concepção do naturalista Spix

Convém distinguir porém entre escravidão indígena e negra. Do início da colonização até a extinção formal da escravidão indígena, houve índios cativos e os chamados forros ou administrados. Estes eram índios que, após a captura, tinham sido colocados sob a tutela dos colonizadores. Sua situação não era muito diversa dos cativos. Entretanto, se em geral a situação do índio era muito penosa, não equivalia à do negro. A proteção das ordens religiosas nos aldeamentos indígenas impôs limites à exploração pura e simples. A própria Coroa procurou estabelecer uma política menos discriminatória. Um alvará de 1755, por exemplo, chegou mesmo a estimular os casamentos mistos de índios e brancos, considerando tais uniões sem "infâmia alguma". O mesmo alvará previa uma preferência em "empregos e honras" para os descendentes dessas uniões e proibia que eles fossem chamados de "caboclos" ou outros nomes semelhantes que pudessem ser "injuriosos". Tratamento muito diferente recebiam as uniões de índio com negro. Por exemplo, o vice-rei do Brasil mandou dar baixa do posto de capitão-mor a um índio, porque "se mostrara de tão baixos sentimentos que casou com uma preta, manchando seu sangue com esta aliança e tornando-se assim indigno de exercer o referido posto".

A significativa presença de africanos e afro-brasileiros na sociedade brasileira pode ser constatada pelos indicadores de população no fim do período colonial. Negros e mulatos representavam cerca de 75% da população de Minas Gerais, 68% de Pernambuco, 79% da Bahia e 64% do Rio de Janeiro. Apenas São Paulo tinha uma população majoritariamente branca (56%). Cativos trabalhavam nos campos, nos engenhos, nas minas, na casa-grande. Realizavam nas cidades tarefas penosas, no transporte de cargas, de pessoas, de dejetos malcheirosos ou na indústria da construção. Foram também artesãos, quitandeiros, vendedores de rua, meninos de recado etc.

As relações escravistas não se resumiram a um vínculo direto entre senhor e escravo, sem envolver outras pessoas. Houve cativos alugados para a prestação de serviços a terceiros e, nos centros urbanos, existiram os "escravos de ganho" - uma figura comum no Rio de Janeiro dos primeiros decênios do século XIX. Os senhores permitiam que os escravos fizessem seu "ganho", prestando serviços ou vendendo mercadorias e cobravam deles, em troca, uma quantia fixa paga por dia ou por semana. Escravos de ganho foram utilizados em pequena e em larga escala, de um único cativo até trinta ou quarenta. Se a maioria deles exercia sua atividade nas ruas, caindo inclusive na prostituição e na mendicância, com o assentimento de seus senhores, existiram também escravos de ganho que eram barbeiros instalados em lojas, ou operários.

2.15.3. ESCRAVOS E ESCRAVOS

Mas entre os escravos existiram distinções. Algumas se referiam ao trabalho exercido, pois havia diferenças entre servir na casa-grande ou trabalhar no campo, ser escravo na grande propriedade ou "escravo de ganho" nas cidades. Outras distinções referiam-se à nacionalidade, ao tempo de permanência no país ou à cor da pele. "Boçal" era o cativo recém-chegado da África, ignorante da língua e dos costumes; "ladino", o que já estava relativamente "adaptado", falando e entendendo português; "crioulo" era o nascido no Brasil. Uma coisa era o preto retinto, em um extremo, e o mulato claro, em outro. Em geral, mulatos e crioulos eram

preferidos para as tarefas domésticas, artesanais e de supervisão, cabendo aos escuros, sobretudo aos africanos, os trabalhos mais pesados.

2.15.4. LIVRES E LIBERTOS

Além das distinções no âmbito da massa escrava, devemos considerar que houve no Brasil colonial um grande número de africanos ou afro-brasileiros livres ou libertos. Dados referentes ao fim do período indicam que cerca de 42% da população negra ou mulata eram constituídas por essa categoria. Sua condição era ambígua. Considerados formalmente livres, voltavam na prática a ser escravizados de forma arbitrária. Não podiam pertencer ao Senado da Câmara ou a prestigiosas irmandades leigas, como a Ordem Terceira de São Francisco. Mesmo a liberdade de um ex-escravo podia ser revogada, por atitudes de desrespeito para com seu antigo senhor.

A escravidão foi uma instituição nacional. Penetrou toda a sociedade, condicionando seu modo de agir e de pensar. O desejo de ser dono de escravos, o esforço por obtê-los ia da classe dominante ao modesto artesão branco das cidades. Houve senhores de engenho e proprietários de minas com centenas de escravos, pequenos lavradores com dois ou três, lares domésticos, nas cidades, com apenas um escravo. O preconceito contra o negro ultrapassou o fim da escravidão e chegou modificado a nossos dias. Até pelo menos a introdução em massa de trabalhadores europeus no centro-sul do Brasil, o trabalho manual foi socialmente desprezado como "coisa de negro".

2.15.5. NOBREZA, CLERO E POVO

Em teoria, as pessoas livres da Colônia foram enquadradas em uma hierarquia de ordens (nobreza, clero e povo), uma característica do Antigo Regime. A transplantação desse modelo, vigente em Portugal, teve pouco efeito prático no Brasil. Os títulos de nobreza foram ambicionados pela elite branca, mas não existiu uma aristocracia hereditária. Os fidalgos eram raros, e muita gente comum tinha pretensões a nobreza.

A população livre e pobre abrangia pessoas de condição diversa. Roceiros, pequenos lavradores, trabalhadores povoaram os campos; as poucas cidades reuniram vendedores de rua, pequenos comerciantes, artesãos. Lembremos, de passagem, que esse quadro não foi estático. A descoberta do ouro e dos diamantes em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, a partir de princípios do século XVIII, e a vinda da família real para o Rio de Janeiro, no início do século XIX, foram, cada um à sua maneira, fatores de diversificação social e de alteração das relações entre campo e cidade. Na região mineira e nos centros urbanos, como Salvador e o Rio de Janeiro, existiam burocratas e administradores, letrados e gente dedicada às chamadas profissões liberais, especialmente a advocacia.

2.15.6. HIERARQUIA DAS PROFISSÕES

As diferentes atividades eram desigualmente valorizadas. A de maior prestígio, sobretudo nos primeiros tempos, era não propriamente uma atividade, mas "o ser senhor de engenho". Na famosa expressão do Padre Antonil, em sua obra Cultura e Opulência do Brasil por Suas Drogas e Minas, escrita no início do século XVIII, "o ser senhor de engenho é título a que

muitos aspiram porque traz consigo o ser servido e respeitado de muitos. E [...] bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionadamente se estimam os títulos entre os fidalgos do reino".

O comércio era considerado uma profissão menos digna e, em teoria, os homens de negócios estavam excluídos das Câmaras e das honrarias. O fato de que muitos deles fossem cristãos-novos, ou seja, de ascendência judaica, acrescentava outro elemento de discriminação. Os artesãos também eram depreciados, pois considerava-se o trabalho manual uma atividade inferior. Quase sempre sem representação nas Câmaras, conseguiam às vezes se fazer ouvir pela voz do "juiz de fora", magistrado profissional indicado pela Coroa que presidia a Câmara nas cidades maiores. A partir de um reduzido número, o grupo cresceu tanto quantitativamente como em sua expressão social, a ponto de alguns alfaiates se colocarem à frente de uma rebelião contra a Coroa, na Bahia, em fins do século XVIII.

2.15.7. Os QUE MANDAM

No alto da pirâmide social da população livre ficavam os grandes proprietários rurais e os comerciantes voltados para o comércio externo. Esse era um quadro típico do litoral do Nordeste e, mais tarde, do Rio de Janeiro. Desempenhando um papel estratégico na vida da Colônia, os grandes comerciantes não foram incluídos na discriminação imposta, em teoria, à sua atividade. Ao contrário, descreveram uma curva de ascensão social e política, a partir de meados do século XVII. Participaram cada vez mais das Câmaras e irmandades de prestígio e ocuparam postos elevados nas milícias.

Entre os dois setores de cúpula, houve pontos de aproximação e de rivalidade. De um lado, eles constituíam, em conjunto, as forças socialmente dominantes da Colônia, diante da massa de escravos e homens livres de condição inferior. A ascensão econômica dos comerciantes facilitou seu ingresso na elite colonial. Através do casamento e da compra de terras, muitos comerciantes se tornaram também senhores de engenho no Nordeste, com isso desfazendo em parte a distinção entre os dois setores.

De outro lado, existiam razões potenciais de conflito. Os grandes comerciantes influíam nos preços dos produtos de exportação e importação, sobretudo quando conseguiam ocupar postos nas companhias privilegiadas de comércio, organizadas pela Coroa. Além disso, adiantavam recursos aos grandes proprietários rurais para financiar o plantio e a compra de escravos e equipamentos, com garantia de hipoteca sobre as terras. As questões de dívidas e as controvérsias sobre pedidos de moratória foram freqüentes na área dos engenhos de açúcar do Nordeste. As disputas se acirravam quando vinham acompanhadas de uma divisão de origem entre senhores rurais nativos e comerciantes portugueses.

Um exemplo extremo das divergências foi a chamada Guerra dos Mascates, ocorrida em Pernambuco em 1710-1711, que opôs os senhores de engenho, de Olinda e os "mascates" (que, na verdade, pouco tinham de mascates) do Recife. Tratava-se, na realidade, de grandes comerciantes, alguns dos quais aumentaram seu poder ao arrematar, em leilões realizados pela Coroa, o direito de cobrar impostos.

2.15.8. DISCRIMINAÇÃO RELIGIOSA

Uma divisão da sociedade diretamente relacionada com o princípio de pureza de sangue dizia respeito à religião. Os súditos da Coroa residentes no Brasil eram, por definição, católicos. Mas havia os mais e os menos católicos. Estes eram os cristãos-novos, judeus ou seus descendentes, obrigados a converter-se ao cristianismo por decisão da monarquia lusa (1497). Sobre eles pesava a suspeita adicional de praticar em segredo a religião judaica. Os cristãos-novos tiveram um papel relevante, desde os primeiros tempos da Colônia, como mercadores, artesãos, senhores de engenho, ocupando também cargos civis e eclesiásticos. Em 1603, a Mesa da Consciência, em Lisboa, determinou que o bispado do Brasil, com sede em Salvador, só apontasse "cristãos de velha cepa" para os ofícios religiosos em Pernambuco, porque a maioria deles eslava nas mãos de cristãos-novos.

Apesar desse papel relevante, e talvez por isso mesmo, os cristãos-novos foram discriminados, alguns deles presos e mortos nas mãos de inquisidores. Comparativamente, entretanto, as perseguições não tiveram a eficiência das desencadeadas na América espanhola. A Inquisição não se instalou em caráter permanente no Brasil, e suas aterrorizantes visitas, com exceção da realizada ao Estado do Grão-Pará em 1763-1769, ocorreram na época em que a Coroa portuguesa esteve nas mãos dos reis da Espanha. O Santo Ofício inquisitório esteve na Bahia e em Pernambuco entre 1591 e 1595, voltando à Bahia em 1618.

2.15.9. DISCRIMINAÇÃO SEXUAL

Por último, lembremos a divisão entre homens e mulheres, o que nos leva à análise da família. Tradicionalmente, sobretudo por influência dos estudos de Gilberto Freyre, quando falávamos em família na Colônia logo vinha à mente o modelo patriarcal: o de uma família extensiva, constituída por parentes de sangue e afins, agregados e protegidos, sob a chefia indis¬cutível de uma figura masculina. A família patriarcal teve grande importância, marcando inclusive, como logo veremos, as relações entre sociedade e Estado. Mas ela foi característica da classe dominante, mais exatamente da classe dominante do Nordeste. Entre a gente de condição social inferior a família extensiva não existiu, e as mulheres tenderam a ter maior independência, quando não tinham marido ou companheiro. Em Ouro Preto de 1804, por exemplo, considerando-se 203 unidades domésticas, apenas 93 eram encabeçadas por homens.

Mesmo em relação às famílias de elite, o quadro de submissão das mulheres tinha exceções. Em determinadas circunstâncias, elas desempenharam um relevante papel nas atividades econômicas. Isso ocorreu na região de São Paulo, onde as mulheres, descritas por um governador da capitania por volta de 1692 como "formosas e varonis", assumiam a administração da casa e dos bens, quando os homens se lançavam por vários anos às expedições no sertão.

2.15.10. CIDADE E CAMPO

A população da Colônia viveu em sua grande maioria no campo. As cidades cresceram aos poucos e eram dependentes do meio rural. A própria capital da Colônia foi descrita por Frei Vicente do Salvador, no século XVI, como "cidade esquisita, de casas sem moradores, pois os proprietários passavam mais tempo em suas roças rurais, só acudindo no tempo das festas. A população urbana constava de mecânicos que exerciam seus ofícios, de mercadores, de oficiais de Justiça, de Fazenda, de Guerra, obrigados à residência". Um padre jesuíta refere-se à pobreza da pequena São Paulo, no século XVII, como resultado da constante ausência dos habitantes porque "fora por ocasião de três ou quatro festas principais eles ficam cm suas herdades ou andam por bosques e campos, em busca de índios, no que gastam suas vidas".

Esse quadro modificou-se, em parte, pela crescente influência dos grandes comerciantes e pelo crescimento do aparelho administrativo, o que aumentou o peso qualitativo das cidades. Fatos como a invasão holandesa e sobretudo a vinda da família real para o Rio de Janeiro tiveram também importância no desenvolvimento dos centros urbanos.

2.16. ESTADO E SOCIEDADE

Como definir as relações entre Estado e sociedade?

Comecemos identificando duas interpretações radicalmente opostas. A primeira, que tem em Raimundo Faoro um de seus representantes mais significativos, localiza no Estado o pólo dominador; a origem da dominação estaria na formação do Estado português que, desde o século XIV, caracterizava-se pela centralização precoce e pela vigência de um corpo de leis, como um Estado patrimonialista. Na Colônia, o poder estatal, representado por uma poderosa burocracia, teria iniciado sua obra centralizadora, reforçando os mecanismos de dominação e de repressão. Seus braços atingiriam até mesmo o sertão distante, por meio de caudilhos e bandeirantes que, em última análise, agiam em nome do Estado.

A orientação oposta, mais antiga, se encontra em autores como Oliveira Viana e Nestor Duarte, que escreveram seus trabalhos nas décadas de 1920 e 1940. Para eles, um setor da sociedade imperava na Colônia diante de um Estado frouxo e sem expressão. Os dominadores teriam sido os grandes proprietários de terras, o senhoriato rural, não só através da descentralização do poder como da modificação de sua natureza, a qual deixou de ser o da função política para servir a interesses privados. Seriam eles quem governavam, legislavam, faziam justiça, guerreavam contra as tribos do interior, em defesa das populações próximas às suas fazendas. Em suma, agiam como verdadeiros senhores feudais.

Penso que não é possível colocar-se na linha de uma ou outra dessas interpretações, por duas razões principais: 1. elas se apresentam como um modelo imposto a espaços e momentos históricos diversos; 2. ao separar radicalmente Estado de um lado e sociedade de outro, tendem a excluir a possibilidade de entrelaçamento dos dois níveis.

Começando pela primeira dessas razões, podemos dizer que a ausência do Estado e o preenchimento de suas funções por grupos privados ocorreu em certas áreas, como no sertão nordestino voltado para a pecuária, mas não serve para definir o quadro mais geral da Colônia. Por outro lado, o Estado português não se ajusta à idéia de uma máquina burocrática

esmagadora, transposta com êxito para a Colônia. A tentativa de transpor a organização administrativa lusa para o Brasil chocou-se com inúmeros obstáculos, dada a extensão da Colônia, a distância da Metrópole e a novidade dos problemas a serem enfrentados. O Estado foi estendendo seu alcance ao longo do tempo, diríamos melhor ao longo dos séculos, sendo mais presente nas regiões que eram o núcleo fundamental da economia de exportação. Até meados do século XVII, a ação das autoridades somente se exerceu com eficácia na sede do governo geral e das capitanias à sua volta. Nas outras regiões, predominaram as ordens religiosas, especialmente a dos jesuítas, considerada um Estado dentro do Estado, ou os grandes proprietários rurais e apresadores de índios.

O bandeirismo paulista não foi uma iniciativa do Estado. Compatibilizou-se em regra com os interesses do governo português, definindo-se, porém, ao mesmo tempo, como uma iniciativa da sociedade local, independentemente da vontade do poder metropolitano.

Com a descoberta das minas de ouro e diamantes no início do século XVIII, o Estado aumentou seus controles, com o objetivo de organizar uma sociedade em rápido crescimento e assegurar a percepção dos tributos sobre as novas riquezas. Mas mesmo aí só o Distrito Diamantino, instalado em Minas Gerais na Comarca do Serro Frio, correspondeu à imagem de um Estado sobreposto à sociedade, amputando todos os membros que resistissem a seu domínio.

Isso não quer dizer que seja inviável estabelecer um padrão geral das relações entre Estado e sociedade no Brasil colonial, respeitadas as diferenças de tempo e espaço. Em primeiro lugar, sobretudo quando nos referimos aos níveis mais altos da atividade do Estado, será quase sempre possível distinguir entre a ação do Estado e os interesses dominantes da sociedade. A Coroa e seus prepostos no Brasil assumiram um papel de organizador geral da vida da Colônia que não correspondia necessariamente a esses interesses. Por exemplo, medidas tendentes a limitar a escravização dos índios, ou garantir o suprimento de gêneros alimentícios por meio do plantio obrigatório nas fazendas, foram recebidas até com revolta pelos apresadores de índios e proprietários rurais.

Mas Estado e sociedade não são dois mundos estranhos. Pelo contrário, há um duplo movimento do Estado em direção à sociedade e desta em direção ao Estado. Esse movimento se caracteriza pela indefinição dos espaços público e privado.

Que significa isso?

Significa que, se por um lado o Estado é penetrado por interesses particulares, por outro sua ação não tem limites claros, decorrentes de garantias individuais dos cidadãos. Os traços do Estado patrimonial luso, onde tudo, em última análise, é patrimônio do rei, ajustam-se aos traços da sociedade colonial, na qual predomina a solidariedade familiar.

A família ou as famílias em aliança - e aqui estamos falando de famílias da classe dominante - surgem como redes formadas não apenas por parentes de sangue mas por padrinhos e afilhados, protegidos e amigos. Para a Coroa, o Estado é um patrimônio régio e os governantes devem ser escolhidos entre os homens leais ao rei. Por sua vez, os setores dominantes da sociedade tratam de abrir caminho na máquina estatal ou receber as graças dos governantes em benefício da rede familiar.

Por caminhos diversos, resulta disso um governo que se exerce não de acordo com padrões de impessoalidade e respeito à lei, mas segundo critérios de lealdade. A expressão "para os amigos tudo, para os inimigos a lei" resume a concepção e a prática que descrevemos. O fato de que ela tenha sido atribuída a um presidente da República mostra que estamos diante de um padrão de comportamento com longa vida na história do Brasil.

2.17. AS PRIMEIRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Hoje, o Brasil se caracteriza por conter regiões muito diferentes entre si, mas esse fato era ainda mais acentuado nos tempos coloniais, quando, além de tudo, as comunicações eram difíceis e existiam áreas inexploradas ou desconhecidas.

2.17.1. O AÇÚCAR

Na sua faixa litorânea, o Nordeste representou o primeiro centro de colonização e de urbanização da nova terra. A atual situação do Nordeste não é fruto da fatalidade, mas de um processo histórico. Até meados do século XVIII, a região nordestina, que era designada como o "Norte", concentrou as atividades econômicas e a vida social mais significativa da Colônia; nesse período, o Sul foi uma área periférica, menos urbanizada, sem vinculação direta com a economia exportadora. Salvador foi a capital do Brasil até 1763 e, por muito tempo, sua única cidade importante. Embora não haja dados de população seguros até meados do século XVIII, calcula-se que tinha 14 mil habitantes em 1585, 25 mil em 1724 e cerca de 40 mil em 1750, a metade dos quais eram escravos. Esses números podem parecer modestos, mas têm muita significação quando confrontados com os de outras regiões: São Paulo, por exemplo, tinha menos de 2 mil habitantes em 1600.

A empresa açucareira foi o núcleo central da ativação socioeconômica do Nordeste. O açúcar tem uma longa e variada história, tanto no que se refere a seu uso quanto à localização geográfica. No século XV, era ainda uma especiaria, utilizada como remédio ou condimento exótico. Livros de receitas do século XVI indicam que estava ganhando lugar no consumo da aristocracia européia. Logo passaria de um produto de luxo para o que hoje chamaríamos de um bem de consumo de massa.

Sob o aspecto geográfico, a cana-de-açúcar teve um grande deslocamento no espaço. Originária da índia, alcançou a Pérsia e dali foi levada pelos conquistadores árabes à costa oriental do Mediterrâneo. A seguir, os árabes a introduziram na Sicília e na Península Ibérica. Já em 1300, vendia-se em Bruges (Bélgica) o açúcar produzido na Espanha. No século XV, a produção das várzeas irrigadas de Valência e do Algarve (sul de Portugal) era co¬mercializada no sul da Alemanha, nos Países Baixos e na Inglaterra. Vimos como a produção açucareira foi dominante nas ilhas do Atlântico, onde se fez um verdadeiro ensaio do que viria a ser o empreendimento implantado no Brasil.

Não se conhece a data em que os portugueses introduziram a cana-de-açúcar no Brasil. Foi nas décadas de 1530 e 1540 que a produção se estabeleceu em bases sólidas. Em sua expedição de 1532, Martim Afonso trouxe um perito na manufatura do açúcar, bem como portugueses, italianos e flamengos com experiência na atividade açucareira da Ilha da

Madeira. Plantou-se cana e construíram-se engenhos em todas as capitanias, de São Vicente a Pernambuco.

Um dos objetivos centrais da criação do governo geral foi incentivar a produção na abandonada Capitania da Bahia. O Regimento de Tome de Sousa continha uma série de preceitos destinados a estimular o plantio e a moenda de cana, concedendo, entre outras vantagens, isenção de impostos por um certo tempo. Além disso, o governador-geral, ainda por determinação do regimento, construiu um engenho de propriedade da Coroa em Pirajá, próximo a Salvador.

Na Capitania de São Vicente, Martim Afonso foi sócio, com portugueses e estrangeiros, de um engenho que talvez tenha sido o maior do sul do país - o São Jorge dos Erasmos -, nome derivado do alemão Erasmo Schetz, que o comprou dos sócios originais. Hoje, existem apenas as ruínas do engenho. A produção de cana no Rio de Janeiro, especialmente na região de Campos, teve também expressão, mas até o século XVIII a cachaça e não o açúcar foi o principal produto obtido, sendo utilizada sobretudo como moeda de troca no comércio de escravos com Angola.

Os grandes centros açucareiros na Colônia foram Pernambuco e Bahia. Fatores climáticos, geográficos, políticos e econômicos explicam essa localização. As duas capitanias combinavam, na região costeira, boa qualidade de solos e um adequado regime de chuvas. Estavam mais próximas dos centros importadores europeus e contavam com relativa facilidade de escoamento da produção, na medida em que Salvador e Recife se tornaram portos importantes.

O ENGENHO

A instalação de um engenho constituía um empreendimento considerável. Em regra, abrangia as plantações de cana, o equipamento para processá-la, as construções, os escravos e outros itens, como gado, pastagens, carros de transporte, além da casa-grande. A operação de processamento de cana até chegar ao açúcar era complexa. Já nos primeiros tempos, importava-se em capacidade administrativa e uso de tecnologia, aprimorada ao longo dos anos. Várias fases se sucediam, passando pela extração do líquido, sua purificação e purgação. A cana era moída por um sistema de tambores, impulsionado por força hidráulica ou por animais. Os engenhos movidos a água, por seu maior tamanho e produtividade, ficaram conhecidos como engenhos reais.

Tanto no Brasil como em Portugal não foram instaladas refinarias no período colonial. O açúcar do Brasil era chamado de barreado porque utilizava-se barro na sua preparação. Isso não significa que fosse de má qualidade. O açúcar barreado resultava tanto no açúcar branco, muito apreciado na Europa, como no mascavo, de cor pardacenta, considerado, na época, de qualidade inferior. Desse modo, a técnica de se obter açúcar branco com o emprego de barro compensava, em parte, a inexistência de refinarias.

A instalação e a atividade de um engenho eram operações custosas que dependiam da obtenção de créditos. No século XVI, pelo menos parte desses créditos provinha de investidores estrangeiros, flamengos e italianos, ou da própria Metrópole. Posteriormente, no século XVII, essas fontes parecem ter-se tornado pouco significativas. Pelo menos na Bahia, as

duas principais fontes de crédito vieram a ser as instituições religiosas e beneficentes, em primeiro lugar, e os comerciantes. Antes de 1808 não existiam bancos no Brasil. Instituições como a Misericórdia, a Ordem Terceira de São Francisco, o Convento de Santa Clara do Desterro, além de suas funções específicas, cumpriram o papel de financiar a atividade produtiva através de empréstimos a juros.

Os comerciantes tinham com os senhores de engenho um relacionamento especial. Financiavam instalações, adiantavam recursos para se tocar o negócio e, pela própria posição que ocupavam, tinham facilidade de fornecer bens de consumo importados. As contas entre as duas partes eram acertadas no fim da safra. Muitas vezes os comerciantes aceitavam receber açúcar em pagamento das dívidas, mas a preço abaixo do mercado. A história final do comércio açucareiro escapava de mãos locais e mesmo de mãos portuguesas. Os grandes centros importadores estavam em Amsterdam, Londres, Hamburgo, Gênova e tinham grande poder na fixação dos preços, por maiores que fossem os esforços de Portugal no sentido de monopolizar o produto mais rentável de sua colônia americana.

Vejamos agora alguma coisa sobre a estrutura social do engenho, começando pelos dois extremos: escravos de um lado, senhores de outro. Foi no âmbito da produção açucareira que se deu com maior nitidez a gradativa passagem da escravidão indígena para a africana. Nas décadas de 1550 e 1560, praticamente não havia africanos nos engenhos do Nordeste. A mão-de-obra era constituída por escravos índios ou, em muito menor escala, por índios provenientes das aldeias jesuíticas, que recebiam um salário ínfimo. Tomando o exemplo de um grande engenho - Sergipe do Conde, na Bahia -, cujos registros sobreviveram até hoje, podemos ter uma idéia de como se deu a transição. Em 1574, os africanos representavam apenas 7% da força de trabalho escrava; em 1591 eram 37% e, em torno de 1638, africanos e afro-brasileiros compunham a totalidade da força de trabalho.

Os cativos realizavam um grande número de tarefas, sendo concentrados em sua maioria nos pesados trabalhos do campo. A situação de quem trabalhava na moenda, nas fornalhas e nas caldeiras podia ser pior. Não era incomum que escravos perdessem a mão ou o braço na moenda. Muitos observadores que escreveram sobre os engenhos brasileiros notaram a existência de um pé-de-cabra e uma machadinha próximos à moenda para, no caso de um escravo ser apanhado pelos tambores, estes serem separados e a mão ou braço amputado, salvando-se a máquina de maiores estragos.

Fornalhas e caldeiras produziam um calor insuportável, e os trabalhadores se arriscavam a sofrer queimaduras. Muitos cativos eram treinados desde cedo para esse serviço, considerado também um castigo para os rebeldes. Apesar de tudo, excepcionalmente, escravos subiam na hierarquia de funções e chegavam a "banqueiros", um auxiliar do mestre-de-açúcar, ou mesmo a mestre. Este era um trabalhador especializado, responsável pelas operações finais e, em última análise, pela qualidade do açúcar.

Os senhores de engenho tiveram um considerável poder econômico, social e político na vida da Colônia. Eles formavam uma aristocracia de riqueza e poder, mas não uma nobreza hereditária do tipo que existia na Europa. O rei concedia títulos de nobreza por serviços prestados ou mediante pagamento. Entretanto, esses títulos não passavam aos herdeiros. Não devemos, aliás, exagerar a estabilidade dos senhores de engenho e mesmo sua riqueza, generalizando para o conjunto de uma classe social aquilo que foi característica de algumas

famílias. O negócio da cana trazia riscos, dependendo da oscilação de preços, de uma boa administração, do controle da massa escrava. Os engenhos foram mais permanentes do que seus senhores. Existiram com os mesmos nomes por centenas de anos, porém mudaram várias vezes de mãos.

Quem eram os senhores de engenho nos primeiros tempos?

Algumas famílias de origem nobre ou com altos cargos na administração portuguesa, imigrantes com posses, comerciantes que se dedicavam ao mesmo tempo à atividade comercial e à produção. Bem poucos eram fidalgos e nem todos católicos de longa data. Cristãos-novos estiveram bem representados entre os primeiros senhores de engenho baianos. De 41 engenhos cujos proprietários puderam ter suas origens identificadas no período de 1587 a 1592, doze pertenciam a cristãos-novos. Com o correr do tempo, a partir de muitos casamentos realizados entre as mesmas famílias, os senhores de engenho se converteram em uma classe homogênea. Seus membros mais prestigiosos trataram então de traçar uma genealogia que estabelecesse suas raízes nobres em Portugal.

Os senhores de engenho não viviam isolados na plantation. Pela própria natureza e localização de sua atividade, geralmente próxima a um porto, estavam em contato com o mundo urbano e com um olho no mercado internacional. Afinal de contas, sua riqueza dependia não só da capacidade de tocar o negócio no Brasil mas dos preços fixados do outro lado do Atlântico, nos grandes centros importadores.

Entre os dois extremos de senhores e escravos ficavam os libertos e os trabalhadores brancos que trabalhavam em serviços especializados como artesãos (ferreiros, carpinteiros, serralheiros etc.) e mestres-de-açúcar. O grupo mais numeroso de homens livres cujas atividades ligavam-se ao engenho era o dos plantadores de cana, produtores independentes que não possuíam recursos para montar um engenho. Dependiam portanto dos senhores, mas às vezes tinham algum poder de negociar quando a produção de cana nos engenhos era escassa. Raramente mulatos ou negros libertos foram plantadores de cana. Admitida essa exclusão racial, o poder econômico do setor variou muito. Havia desde homens humildes, cultivando pequenas extensões de terra com dois ou três escravos, até outros que possuíam vinte ou trinta cativos e eram candidatos a senhor de engenho.

ALTOS E BAIXOS DA ATIVIDADE AÇUCAREIRA

Não é exato falar de um ciclo histórico da produção açucareira, como foi tradicional entre os historiadores. "Ciclo" dá idéia de surgimento, ascensão e fim de uma atividade econômica, o que certamente não foi o caso do açúcar ou de outros produtos, como o café. O avanço da exploração do ouro no século XVIIT, por exemplo, não significou o fim da economia açucareira. E mais adequado falar em conjunturas, ou seja, fases melhores ou piores, embora possamos dizer que, em meados do século XIX, o açúcar deixou de cumprir papel dominante na economia do país.

Sem entrar nas minúcias dos vaivéns do negócio açucareiro, podemos distinguir algumas fases básicas de sua história no período colonial, demarcadas pelas guerras, invasões estrangeiras e pela concorrência. Entre 1570 e 1620 houve uma conjuntura de expansão, dado o crescimento da demanda na Europa e por não haver praticamente concorrência. A partir daí,

os negócios se complicaram como conseqüência do início da Guerra dos Trinta Anos no continente europeu (1618) e, depois, por causa das invasões holandesas no Nordeste.

As invasões tiveram em geral um efeito muito negativo, embora seja necessário fazer algumas distinções. A ocupação de Salvador em 1624-1625 foi desastrosa para a economia açucareira do Recôncavo Baiano, mas não para Pernambuco. Por sua vez, enquanto Pernambuco sofria as conseqüências das lutas resultantes de uma nova invasão holandesa entre 1630 e 1637, a Bahia beneficiou-se da escassez do produto no mercado internacional e da conseqüente elevação de preços.

Na década de 1630, surgiu a concorrência. Nas pequenas ilhas das Antilhas, a Inglaterra, a França e a Holanda iniciaram o plantio em grande escala, provocando uma série de efeitos negativos na economia açucareira do Nordeste. A formação de preços fugiu ainda mais das mãos dos comerciantes portugueses e dos produtores coloniais no Brasil. A produção antilhana, também com base no trabalho de escravos, gerou uma elevação do preço destes e incentivou a concorrência de holandeses, ingleses e franceses no comércio negreiro da costa africana. Nunca mais a economia açucareira do Brasil voltaria aos "velhos bons tempos".

Mas no período colonial a renda das exportações do açúcar sempre ocupou o primeiro lugar. Mesmo no auge da exportação do ouro, o açúcar continuou a ser o produto mais importante, pelo menos no comércio legal. Assim, em 1760 correspondeu a 50% do valor total das exportações e o ouro a 46%. Afora isso, no fim do período colonial a produção teve um novo alento, não só na área nordestina. Medidas tomadas pelo Marquês de Pombal e uma série de acontecimentos internacionais favoreceram a expansão. Dentre esses acontecimentos, devemos destacar a grande rebelião de escravos ocor¬rida em 1791 em São Domingos, colônia francesa nas Antilhas. Durante dez anos de guerra, São Domingos - grande produtor de açúcar e café - saiu da cena internacional. No início do século XIX, produziam açúcar, por ordem de importância, a Bahia, Pernambuco e o Rio de Janeiro. São Paulo começava a despontar, mas ainda como modesto exportador.

Do ponto de vista econômico e social, o Nordeste colonial não foi só açúcar, até porque o próprio açúcar gerou uma diversificação de atividades, dentro de certos limites. A tendência à especialização no cultivo da cana trouxe como conseqüência uma contínua escassez de alimentos, incentivando a produção de gêneros alimentícios, especialmente da mandioca. A criação de gado esteve também em parte vinculada às necessidades da economia açucareira. Houve ainda outras atividades, como a extração da madeira e o cultivo do fumo.

2.17.2. O FUMO

O fumo foi uma significativa atividade destinada à exportação, embora estivesse muito longe de competir com o açúcar. A grande região produtora localizou-se no Recôncavo Baiano, em especial na área em torno da hoje cidade histórica de Cachoeira. Produziram-se vários tipos de fumo, desde os mais finos, exportados para a Europa, até os mais grosseiros, que foram importantes como moeda de troca na costa da África.

A produção de fumo era viável em pequena escala, e isso criou um setor de pequenos proprietários, formado por antigos produtores de mandioca ou imigrantes portugueses com poucos recursos. Ao longo dos anos, esse setor cresceu ao mesmo tempo que crescia nele a presença de mulatos. Uma amostra de 450 lavradores de fumo baianos, entre 1684 e 1725, revelou que somente 3% eram mulatos, enquanto em um estudo semelhante realizado no fim do século XVIII, esse percentual subiu para 27%.

Seria equivocado porém pensar que nas plantações de fumo se con¬centrou uma verdadeira classe média rural, ou seja, um campesinato vivendo do trabalho familiar. Houve grandes proprietários que combinaram o fumo com outras atividades. Números levantados a partir de recenseamentos locais indicam que pelo menos a metade dos lavradores era composta de escravos.

2.17.3. A PECUÁRIA

A criação de gado começou nas proximidades dos engenhos, mas a tendência à ocupação das terras mais férteis para o cultivo da cana foi empurrando os criadores para o interior. Em 1701, a administração portuguesa proibiu a criação em uma faixa de oitenta quilômetros da costa para o interior. A pecuária foi responsável pelo desbravamento do "grande sertão". Os criadores penetraram no Piauí, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e, a partir da área do Rio São Francisco, chegaram aos Rios Tocantins e Araguaia. Mais do que o litoral, foram essas regiões que se caracterizaram por imensos latifúndios, onde o gado se esparramava a perder de vista. No fim do século XVII, existiam propriedades no sertão baiano maiores do que Portugal, e um grande fazendeiro chegava a possuir mais de 1 milhão de hectares.

Por muito tempo os historiadores acreditaram que, pelas características mais livres do manejo do gado, a população do sertão fosse composta sobretudo de índios e mestiços. Estudos recentes constataram também aí a presença de escravos de origem africana, ao lado da gente livre pobre.

2.18. AS INVASÕES HOLANDESAS

As invasões holandesas que ocorreram no século XVII foram o maior conflito político-militar da Colônia. Embora concentradas no Nordeste, elas não se resumiram a um simples episódio regional. Ao contrário, fizeram parte do quadro das relações internacionais entre os países europeus, revelando a dimensão da luta pelo controle do açúcar e das fontes de suprimento de escravos.

A resistência às invasões representou um grande esforço financeiro e militar com base em recursos não só externos como locais. Foi um indício das possibilidades de ação autônoma da gente da Colônia, embora estivesse ainda longe a existência de uma identidade separada da Metrópole. Como diz o historiador Evaldo Cabral de Mello, a guerra foi uma luta pelo açúcar e, sobretudo em seu último período, sustentada pelo açúcar, através dos impostos cobrados pela Coroa.

A história das invasões liga-se à passagem do trono português à coroa espanhola, como resultado de uma crise sucessória que pôs fim à dinastia de Avis (1580). Na medida em que havia um conflito aberto entre a Espanha e os Países Baixos, o relacionamento entre Portugal e Holanda iria inevitavelmente mudar. Sobretudo, os holandeses não poderiam mais continuar a exercer o papel predominante que tinham na comercialização do açúcar.

Eles iniciaram suas investidas pilhando a costa africana (1595) e a cidade de Salvador (1604). Mas a Trégua dos Doze Anos entre a Espanha e os Países Baixos (1609-1621) deixou Portugal em situação relativamente calma. O fim da trégua e a criação da Companhia Holandesa das índias Ocidentais marcam a mudança do quadro. Formada com capitais do Estado e de financistas particulares, a companhia teria como seus alvos principais a ocupação das zonas de produção açucareira na América portuguesa e o controle do suprimento de escravos.

As invasões começaram com a ocupação de Salvador, em 1624. Os holandeses levaram pouco mais de 24 horas para dominar a cidade, mas praticamente não conseguiram sair de seus limites. Os chamados homens bons refugiaram-se nas fazendas próximas à capital e organizaram a resistência, chefiada por Matias de Albuquerque, novo governador por eles escolhido, e pelo bispo Dom Marcos Teixeira. Utilizando-se da tática de guerrilhas e com reforços chegados da Europa, eles impediram a expansão dos invasores. Uma frota composta de 52 navios e mais de 12 mil homens juntou-se, a seguir, às tropas combatentes. Depois de duros combates, os holandeses se renderam, em maio de 1625. Tinham permanecido na Bahia por um ano.

O ataque a Pernambuco se iniciou em 1630, com a conquista de Olinda. A partir desse episódio, a guerra pode ser dividida em três períodos distintos. Entre 1630 e 1637, travou-se uma guerra de resistência, que terminou com a afirmação do poder holandês sobre toda a região compreendida entre o Ceará e o Rio São Francisco. Nesse período, destacou-se de forma negativa, na visão luso-brasileira, a figura de Domingos Fernandes Calabar, nascido em Porto Calvo (Alagoas), perfeito conhecedor do terreno onde se travavam os combates. Calabar passou das forças luso-brasileiras para as holandesas, tornando-se um eficaz colaborador destas, até ser preso e executado.

O segundo período, entre 1637 e 1644, caracteriza-se por relativa paz, relacionada com o governo do príncipe holandês Maurício de Nassau, que foi o responsável por uma série de importantes iniciativas políticas e realizações administrativas. Visando pôr fim à paralisação da economia e estabelecer vínculos com a sociedade local, Nassau mandou vender a crédito os engenhos abandonados pelos donos que haviam fugido para a Bahia. Preocupou-se cm enfrentar as crises de abastecimento, obrigando os proprietários rurais a plan¬tar na proporção do número de seus escravos o "pão do país", ou seja, a mandioca. O príncipe, que era calvinista, foi tolerante com os católicos e, ao que tudo indica, apesar de controvérsias a esse respeito, com os israelitas. Os chamados criptojudeus, isto é, os cristãos-novos que praticavam o antigo culto às escondidas, foram autorizados a professá-lo abertamente. Duas sinagogas existiram no Recife na década de 1640 e muitos judeus vieram da Holanda. Quando os holandeses se retiraram do Brasil, uma das cláusulas da rendição autorizou os judeus que haviam estado ao lado dos flamengos a emigrar. Eles seguiram para o Suriname, para a Jamaica e para Nova Amsterdam (atual Nova Iorque), ou retornaram à Holanda.

Nassau favoreceu a vinda de artistas, naturalistas e letrados para Pernambuco. Entre os artistas encontrava-se Frans Post, pintor das primeiras paisagens e cenas da vida brasileira. O príncipe teve ainda seu nome ligado aos melhoramentos feitos no Recife, elevado pelos holandeses à categoria de capital da capitania, no lugar de Olinda. Construiu ao lado do velho Recife a Cidade Maurícia, com traçado geométrico e canais - uma tentativa de réplica tropical da distante Amsterdam. Por causa de desavenças com a Companhia das índias Ocidentais, Nassau regressou à Europa em 1644.

O terceiro período de guerra, entre 1645 e 1654, se define pela reconquista. O fim da dominação espanhola em Portugal, com a ascensão de Dom João IV ao trono português (1640), não pôs fim à guerra. O quadro das relações entre Portugal e Holanda, anterior ao domínio espanhol, se modificara. As relações pacíficas entre os dois países, anteriores a 1580, não seriam restabelecidas automaticamente. Os holandeses ocupavam agora parte do território do Brasil e dele não pretendiam sair.

9. Retrato de Maurício de Nussau, de autor desconhecido, s. d.

O principal centro da revolta contra a presença holandesa localizou-se em Pernambuco, onde se destacaram as figuras de André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, este último um dos mais ricos proprietários da região. A eles se juntaram o negro Henrique Dias e o índio Filipe Camarão. Depois de alguns êxitos iniciais dos luso-brasileiros, a guerra entrou em um impasse, prolongando-se por vários anos. Enquanto os revoltosos dominavam o interior, Recife permanecia em mãos holandesas. O impasse foi quebrado nas duas Batalhas de Guararapes, com a vitória dos insurretos (1648 e 1649). Além disso, uma série de circunstâncias complicou a situação dos invasores. A Companhia das índias Ocidentais entrara em crise e ninguém queria mais investir nela seus recursos. Existia na Holanda um grupo favorável à paz com Portugal, sob a alegação de que o comércio do sal de Setúbal era básico para a indústria pesqueira holandesa e de maior importância econômica do que os lucros duvidosos da colônia ultramarina. Por último, o início da guerra entre a Holanda e a Inglaterra, em 1652, tornou escassos os recursos para operações militares no Brasil. No ano seguinte,

uma esquadra portuguesa cercou o Recife por mar, chegando-se afinal à capitulação dos holandeses em 1654.

A história da ocupação flamenga é um claro exemplo das relações entre produção colonial e tráfico de escravos. Tão logo conseguiram estabilizar razoavelmente a indústria açucareira no Nordeste, os holandeses trataram de garantir o suprimento de escravos, controlando suas fontes na África.

Na verdade, houve duas frentes de combate, muito distantes geograficamente, mas interligadas. Vários pontos da Costa da Mina foram ocupados em 1637. Uma trégua estabelecida entre Portugal c Holanda, logo após a Restauração, foi rompida por Nassau com a ocupação de Luanda e Benguela, em Angola (1641). Foram tropas luso-brasileiras, sob o comando de Salvador Correia de Sá, as responsáveis pela retomada de Angola em 1648. Não por acaso, homens como João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros estiveram à frente da administração portuguesa naquela colônia africana.

Os recursos levantados localmente para a guerra no Nordeste representaram dois terços dos gastos, na fase de resistência, e a quase totalidade, na luta de reconquista. Da mesma forma, enquanto na primeira fase da guerra, tropas formadas por portugueses, castelhanos e mercenários napolitanos foram amplamente majoritárias, na segunda fase, soldados da terra e, mais ainda, gente de Pernambuco tiveram superioridade numérica. A mesma coisa ocorreu com relação ao comando militar. Foram esses homens os principais responsáveis pela tática de guerra volante, "a guerra do Brasil", de que resultaram vitórias decisivas sobre os holandeses, em oposição à "guerra da Europa" do tipo tradicional.

Isso não quer dizer que os holandeses não contassem com a ajuda de gente da terra. Por sua importância, Calabar ficou conhecido como o grande traidor na primeira fase da guerra. Mas ele não foi um caso único. Vários senhores de engenho e lavradores de cana, cristãos-novos, negros escravos, índios tapuias, mestiços pobres e miseráveis estiveram ao lado dos holandeses. É certo que os índios de Camarão e os negros de Henrique Dias formaram com os luso-brasileiros, mas a mobilização dos setores desfavorecidos se deu em níveis reduzidos. Por exemplo, em 1648, o contingente de Henrique Dias contava com trezentos soldados, o que equivalia a 10% do total dos homens em armas e a 0,75% da população escrava da região. As forças luso-brasileiras estavam assim longe de constituir um modelo de união das três raças.

A forma pela qual se deu a expulsão dos holandeses impulsionou o nativismo pernambucano. Ao longo de duzentos anos, até a Revolução Praieira (1848), Pernambuco tornou-se um centro de manifestações de autonomia, de independência e de aberta revolta. Até a Independência, o alvo principal das rebeliões era a Metrópole portuguesa; depois dela, preponderou a afirmação de autonomia da província em relação ao governo central, muitas vezes colorida com tintas dc reivindicação social. O nativismo de Pernambuco teve conteúdos variados, ao longo dos anos, de acordo com as situações históricas específicas e os grupos sociais envolvidos, mas manteve-se como referência básica no imaginário pernambucano.

Uma pergunta que sempre surge quando se estuda a presença holandesa no Brasil é a seguinte: o destino do país seria diferente se tivesse ficado nas mãos da Holanda e não de Portugal?

Não há uma resposta segura para essa questão, pois ela envolve uma conjectura, uma possibilidade que não se tornou real. Quando se compara o governo de Nassau com a rudeza lusa e a natureza muitas vezes predatória de sua colonização, a resposta parece ser positiva. Mas convém lembrar que Nassau representava apenas uma tendência e a Companhia das índias Ocidentais outra, mais próxima do estilo do empreendimento colonial português. Vista a questão sob esse ângulo, e quando se constata o que aconteceu nas colônias holandesas da Ásia e das Antilhas, as dúvidas crescem. A colonização dependeu menos da nacionalidade do colonizador e mais do tipo de colonização implantado. Os ingleses, por exemplo, estabeleceram colônias bem diversas nos Estados Unidos e na Jamaica. Nas mãos de portugueses ou holandeses, com matizes certamente diversos, o Brasil teria mantido a mesma condição de colônia de exploração integrada no sistema colonial.

2.19. A COLONIZAÇÃO DO NORTE

Longe do centro principal da vida da Colônia, o Norte do Brasil viveu uma existência muito diversa do Nordeste. A colonização ocorreu aí lentamente, a integração econômica com o mercado europeu foi precária até fins do século XVIII e predominou o trabalho compulsório indígena. Para simplificar, estamos falando da região como se fosse um todo, mas não devemos esquecer as profundas diferenças entre o Maranhão de um lado e a Amazônia , de outro.

Até 1612, quando os franceses se estabeleceram no Maranhão, fundando São Luís, os portugueses não tinham demonstrado maior interesse por se instalar na região. Os riscos de perda territorial levaram à luta contra os franceses que ali se tinham instalado e, em 1616, à fundação de Belém. Essa foi a base de uma gradual penetração pelo Rio Amazonas, percorrido na viagem de Pedro Teixeira (1637) até o Peru. Em 1690, os portugueses ins¬talaram um pequeno posto avançado, perto de onde hoje se localiza Manaus, na boca do Rio Negro. A Coroa, nas mãos da Espanha, estabeleceu uma administração à parte do Norte do país, criando o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com governador e administração separados do Estado do Brasil. O Estado do Maranhão teve existência pelo menos formal e intermitente até 1774.

A influência indígena foi nítida, tanto em termos numéricos como cul¬turais. A língua dominante em pleno século XVIII era a "língua franca", uma variante do tupi. Houve uma extensa mestiçagem da população, mesmo porque as mulheres brancas eram raras, apesar dos esforços de enviar emigrantes dos Açores para São Luís.

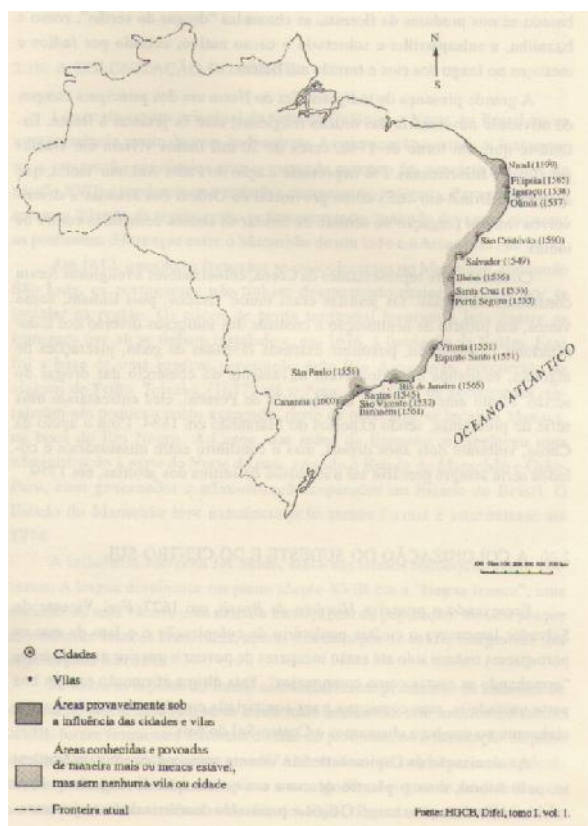
Se todas as regiões do Brasil colonial tiveram problemas de escassez de moeda, no Norte esse fato seria ainda mais acentuado. Até meados do século XVIII, foram freqüentes as trocas diretas de produtos, ou a utilização de pano de algodão ou de cacau como moeda. As tentativas de implantar uma agricultura exportadora, baseada no açúcar e no algodão, em grande medida fracassaram até as últimas décadas do século XVIII. Por essa época, o Maranhão transformou-se rapidamente em importante região produtora de algodão e o seu plantio se estendeu ao Nordeste. No seu conjunto, a produção do Norte baseou-se nos produtos da floresta, as chamadas "drogas do sertão", como a baunilha, a salsaparrilha e sobretudo o cacau nativo, colhido por índios e mestiços ao longo dos rios e trazido até Belém.

A grande presença de indígenas fez do Norte um dos principais campos de atividade missionária das ordens religiosas, com os jesuítas à frente. Estima-se que, em torno de 1740, cerca de 50 mil índios viviam em aldeias jesuíticas e franciscanas. Foi importante a ação do Padre Antônio Vieira, que chegou ao Brasil em 1653 como provincial da Ordem dos Jesuítas e desenvolveu intensa pregação no sentido de limitar os abusos cometidos contra os índios.

Conflitos entre representantes da Coroa, colonizadores e religiosos foram constantes na região. Os jesuítas eram muito visados, pois tinham, como vimos, um projeto de aculturação e controle dos indígenas diverso dos colonizadores. Além disso, possuíam extensas fazendas de gado, plantações de algodão, engenhos e participavam ativamente do comércio das drogas do sertão. Muito antes da época do Marquês de Pombal, eles enfrentaram uma série de problemas, sendo expulsos do Maranhão em 1684. Com o apoio da Coroa, voltaram dois anos depois, mas o equilíbrio entre missionários e colonos seria sempre precário até a expulsão definitiva dos jesuítas, em 1759.

2.20. A COLONIZAÇÃO DO SUDESTE E DO CENTRO-SUL

Escrevendo a primeira História do Brasil, em 1627, Frei Vicente do Salvador lamentava o caráter predatório da colonização e o fato de que os portugueses tinham sido até então incapazes de povoar o interior da nova terra, "arranhando as costas como caranguejos". Esta última afirmação era em boa parte verdadeira, mas começava a ser contrariada em algumas regiões, especialmente no que hoje chamamos o Centro-Sul do país.

A Marcha do Povoamento e a Urbanização - Século XVI

A colonização da Capitania de São Vicente começou, como a do Nordeste, pelo litoral, com o plantio de cana e a construção de engenhos. Essa atividade não foi muito longe. O açúcar produzido concorria desvantajosamente com o do Nordeste, seja pela qualidade do solo, seja pela maior distância dos portos europeus.

Por outro lado, a existência de índios, em grande número, atraiu para a região os primeiros jesuítas. Padres e colonizadores, com objetivos diferentes, iriam se atirar a uma grande aventura no rumo do interior: a escalada da Serra do Mar, abrindo caminho por trilhas indígenas até chegar ao Planalto de Piratininga a uma altura de oitocentos metros. Nada mais contrastante com esse imenso esforço do que, hoje, uma banal viagem do litoral a São Paulo pela Rodovia dos Imigrantes. Em 1554, os padres Nóbrega e Anchieta fundaram no planalto a povoação de São Paulo, convertida em vila em 1561, aí instalando o colégio dos jesuítas. Separados da costa pela barreira natural, os primeiros colonizadores e os missionários se voltaram cada vez mais para o sertão, percorrendo caminhos com a ajuda dos índios e utilizando-se da rede fluvial formada pelo Tietê, o Paranaíba e outros rios.

Houve algumas semelhanças entre a região paulista em seus tempos mais remotos e a periferia do Norte do Brasil: fraqueza de uma agricultura exportadora, forte presença de índios, disputa entre colonizadores e missionários pelo controle daqueles, escassez de moeda e freqüente uso da troca nas relações comerciais. Particularmente notável foi a influência indígena. Um extenso cruzamento, incentivado pelo número muito pequeno de mulheres brancas, deu origem ao mestiço de branco com índio, chamado de mameluco. O tupi era uma língua dominante até o século XVIII. Os portugueses de São Paulo adotaram muitos dos hábitos e habilidades indígenas, tornando-se tão capazes de usar o arco e a flecha como as armas de fogo.

Mais uma vez, missionários e colonizadores se chocaram, dados os seus métodos e objetivos diversos na subordinação dos índios. Por exemplo, decisões do papa e da Coroa (1639-1640) reiterando os limites à escravização indígena provocaram violentas reações no Rio de Janeiro, em Santos e em São Paulo. Os jesuítas foram expulsos da região, só retornando a São Paulo em 1653.

2.20.1. A EXPANSÃO DA AGROPECUÁRIA

Apesar das semelhanças iniciais com o Norte, a região de São Paulo teria, já a partir de fins do século XVI, uma história bem peculiar. Os povoadores combinaram o plantio da uva, do algodão e sobretudo do trigo com outras atividades que os levaram a uma profunda interiorização nas áreas desconhecidas ou pouco exploradas do Brasil. Criadores de gado paulistas es¬palharam-se pelo Nordeste, penetrando no Vale do Rio São Francisco até chegar ao Piauí. No Sul, o atual Paraná - onde ocorreram algumas tentativas de mineração - tornou-se uma extensão de São Paulo. O gado esparramou-se por Santa Catarina, o Rio Grande do Sul e a Banda Oriental (Uruguai).

Iniciativas individuais combinaram-se com a ação da Coroa, interessada em assegurar a ocupação da área e estender o mais possível a fronteira com a América espanhola. Imigrantes trazidos do Arquipélago dos Açores e paulistas fundaram Laguna em Santa Catarina (1684). Alguns anos antes (1680), os portugueses haviam estabelecido às margens do Rio da Prata, em

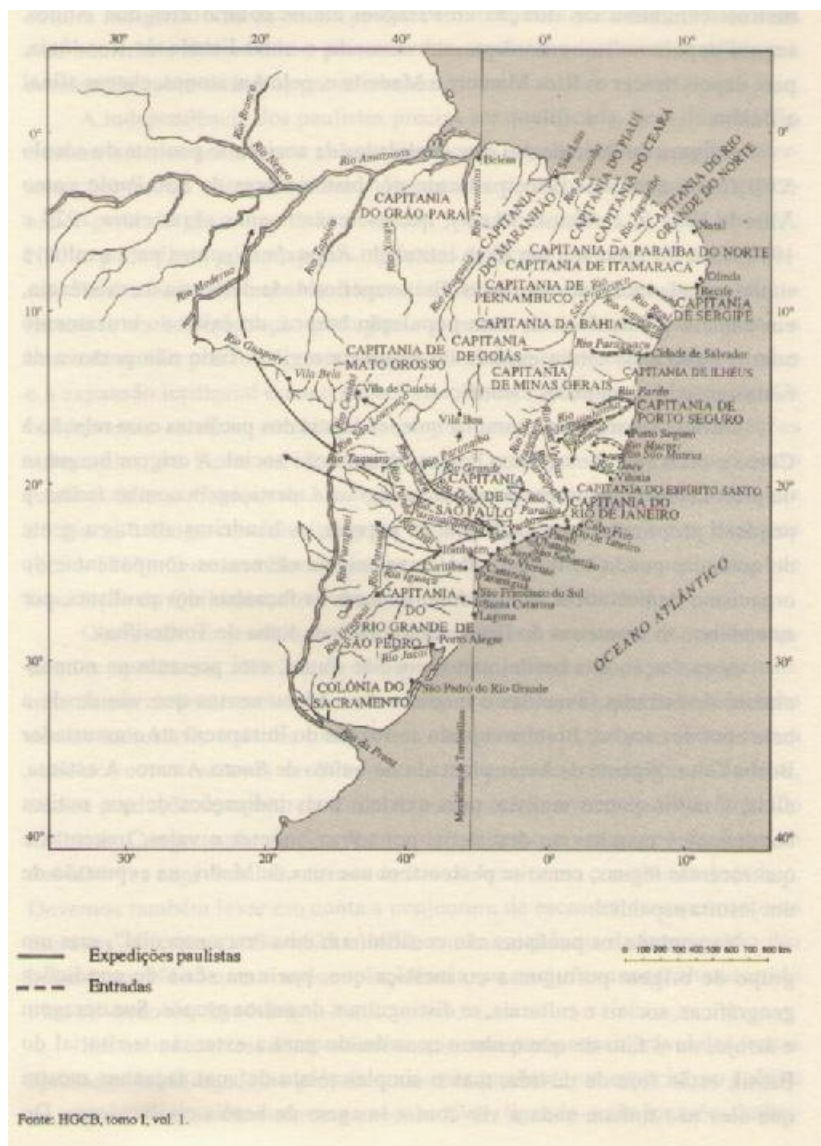
frente a Buenos Aires, a Colônia do Sacramento, pretendendo com isso interferir no comércio do alto Peru, especialmente da prata, que transitava pelo rio, no rumo do exterior.

2.20.2. AS BANDEIRAS E A SOCIEDADE PAULISTA

A grande marca deixada pelos paulistas na vida colonial do século XVII foram as bandeiras. Expedições que reuniam às vezes milhares de índios lançavam-se pelo sertão, aí passando meses e às vezes anos, em busca de indígenas a serem escravizados e metais preciosos. Não é difícil entender que índios já cativos participassem sem maiores problemas dessas expedições, pois, como vimos, a guerra - ao contrário da agricultura - era uma atividade própria do homem nas sociedades indígenas. O número de mamelucos e índios sempre superou o dos brancos. A grande bandeira de Manuel Preto e Raposo Tavares que atacou a região do Guaíra em 1629, por exemplo, era composta de 69 brancos, 900 mamelucos e 2 mil indígenas.

Rumos das Principais Entradas e Bandeiras

Expedições paulistas
Entradas

Fonte: HGCB, tomo I, vol. 1.

As bandeiras tomaram as direções de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e as regiões onde se localizavam as aldeias de índios guaranis organizadas pelos jesuítas espanhóis. Dentre elas, destacava-se o Guaíra, situado no oeste do Paraná, entre os Rios Paranapanema e Iguaçu, região onde os bandeirantes empreenderam seguidas campanhas de saques, destruição e apresamento de índios. Algumas bandeiras realizaram imensas viagens, em que a atração por uma grande aventura se mesclava aos objetivos econômicos. Já veterano, Raposo Tavares percorreu, entre 1648 e 1652, um roteiro de 12 mil quilômetros: caminhou em direção ao Paraguai até os contrafortes dos Andes, seguiu depois no rumo nordeste atravessando o atual Estado de Rondônia, para depois descer os Rios Mamoré e Madeira e, pelo Amazonas, chegar afinal a Belém.

A figura do bandeirante e as qualidades da sociedade paulista do século XVII foram exaltadas principalmente por historiadores de São Paulo como Alfredo Ellis Jr. e Afonso Taunay, que escreveram suas obras entre 1920 c 1950. Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas. Essa superioridade derivaria da existência, em número ponderável, de uma população branca, do êxito do cruzamento com o índio e da tardia entrada do negro na região. Tudo não passava dc fantasias, com pretensões científicas.

Os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social. A origem burguesa ou plebéia dos brancos que povoaram a região, a mestiçagem com as índias, a pequena propriedade, a administração popular, as bandeiras abertas a gente de qualquer condição teriam sido os principais elementos componentes do organismo democrático. Valorizaram também as façanhas dos paulistas, por estenderem as fronteiras do Brasil muito além da linha de Tordesilhas.

A exaltação dos bandeirantes, em São Paulo, está presente na nomenclatura de estradas, avenidas e monumentos. Monumentos que vão desde a bela obra do escultor Brecheret junto ao Parque do Ibirapuera até o assustador Borba Gato, gigante de botas plantado no bairro de Santo Amaro. A estátua, aliás, é muito pouco realista, pois existem boas indicações dc que muitos bandeirantes marchavam descalços, por terras, montes e vales, trezentas e quatrocentas léguas, como se passeassem nas ruas dc Madri, na expressão de um jesuíta espanhol.

Na verdade, os paulistas não constituíram uma "raça especial", mas um grupo de origem portuguesa ou mestiça que, por uma série de condições geográficas, sociais e culturais, se distinguiram de outros grupos. Sua coragem e arrojo, ou o fato de que tenham contribuído para a extensão territorial do Brasil, estão fora de dúvida, mas o simples relato de suas façanhas mostra que eles não tinham nada a ver com a imagem de heróis civilizadores. Do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica, com menor distinção entre brancos e mestiços, influenciada pela cultura indígena. Não devemos porém confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram.

A independência dos paulistas precisa ser qualificada. Sem dúvida, não tiveram um comportamento subserviente com relação à Coroa, cujas determinações muitas vezes desafiaram. Foram inclusive chamados por um governador-geral de gente que "não conhecia nem Deus, nem Lei, nem Justiça". Não se pode dizer, porém, que os interesses da Coroa e o

bandeirismo estivessem inteiramente divorciados. Houve bandeiras que contaram com o direto incentivo da administração portuguesa e outras, não. De um modo geral, a busca de metais preciosos, o apresamento de índios em determinados períodos c a expansão territorial eram compatíveis com os objetivos da Metrópole. Os bandeirantes serviram também aos propósitos de repressão de populações submetidas, no Norte e Nordeste do país. Domingos Jorge Velho e outro paulista, Matias Cardoso de Almeida, participaram do combate no Rio Grande do Norte à longa rebelião indígena conhecida como Guerra dos Bárbaros (1683-1713). O mesmo Domingos Jorge Velho conduziu a campanha final de liquidação do Quilombo dos Palmares em Alagoas (1690-1695).

Observadores jesuítas estimaram em 300 mil o número de índios capturados apenas nas missões do Paraguai. Este número pode ser exagerado, mas outras estimativas também são sempre elevadas. O que teria sido feito desses índios? Os indícios mais fortes vão no sentido de que muitos foram vendidos como escravos em São Vicente e principalmente no Rio de Janeiro, onde a produção de açúcar desenvolveu-se ao longo do século XVII. Segundo dados da Congregação de São Bento, de um terço a um quarto da força de trabalho dos engenhos beneditinos do Rio de Janeiro era constituída de índios. Devemos também levar em conta a conjuntura de escassez de suprimento de escravos africanos, entre 1625 e 1650, em conseqüência da intervenção dos holandeses. Não é uma simples coincidência que naqueles anos tenha ocorrido uma ativação das bandeiras.

Em anos recentes, demonstrou-se que uma parte considerável dos índios apresados foi utilizada na própria economia paulista, em especial no cultivo do trigo. O fato se concentrou no século XVII, ligando-se às invasões holandesas. Com a destruição da frota portuguesa, a importação de trigo se tornou precária. Ao mesmo tempo, a presença numerosa de tropas estrangeiras no Nordeste ampliou as possibilidades de consumo.

Com o fim da guerra, o cultivo do trigo decaiu e acabou se extinguindo, diante do declínio das reservas de índios e da concorrência do produto importado.

2.21. OURO E DIAMANTES

Em suas andanças pelos sertões, os paulistas iriam afinal realizar velhos sonhos e confirmar um raciocínio lógico. O raciocínio continha uma pergunta: se a parte do continente que pertencia à América espanhola era rica em metais preciosos, por que estes não existiriam em abundância também na colônia lusa? Em 1695, no Rio das Velhas, próximo às atuais Sabará e Caeté, ocorreram as primeiras descobertas significativas de ouro. A tradição associa a essas primeiras descobertas o nome de Borba Gato, genro de Fernão Dias. Durante os quarenta anos seguintes, foi encontrado ouro em Minas Gerais, na Bahia, Goiás e Mato Grosso. Ao lado do ouro, surgiram os diamantes, cuja importância econômica foi menor, descobertos no Serro Frio, norte de Minas, por volta de 1730.

A exploração de metais preciosos teve importantes efeitos na Metrópole e na Colônia. Na Metrópole, a corrida do ouro provocou a primeira grande corrente imigratória para o Brasil. Durante os primeiros sessenta anos do século XV111, chegaram de Portugal e das ilhas do Atlântico cerca de 600 mil pessoas, em média anual de 8 a 10 mil, gente da mais variada condição, desde pequenos proprietários, padres, comerciantes, até prostitutas e aventureiros.

Por outro lado, os metais preciosos vieram aliviar momentaneamente os problemas financeiros de Portugal. Na virada do século XVIII, a dependência lusa com relação à Inglaterra era um fato consumado. Para ficar em um exemplo apenas, o Tratado de Methuen, firmado pelos dois países em 1703, indica a diferença entre um Portugal agrícola, de um lado, e uma Inglaterra em pleno processo de industrialização, de outro. Portugal obrigou-se a permitir a livre entrada de tecidos ingleses de lã e algodão em seu território, enquanto a Inglaterra comprometeu-se a tributar os vinhos portugueses importados com redução de um terço do imposto pago por vinhos de outras procedências. É bom lembrar que a comercialização do vinho do Porto estava nas mãos dos próprios ingleses.

O desequilíbrio da balança comercial entre Portugal e Inglaterra foi, por muitos anos, compensado pelo ouro vindo do Brasil. Os metais preciosos realizaram assim um circuito triangular: uma parte ficou no Brasil, dando origem à relativa riqueza da região das minas; outra seguiu para Portugal, onde foi consumida no longo reinado de Dom João V (1706-1750), em especial nos gastos da Corte e em obras como o gigantesco Palácio-Convento de Mafra; a terceira parte, finalmente, de forma direta, via contrabando, ou indireta, foi parar em mãos britânicas, acelerando a acumulação de capitais na Inglaterra.

Há exagero em dizer que a extração do ouro liquidou a economia açucareira do Nordeste. Ela já estava em dificuldades vinte anos antes da descoberta do ouro e, como vimos, não morreu. Mas não há dúvida de que foi afetada pelos deslocamentos de população e, sobretudo, pelo aumento do preço da mão de obra escrava, dada a ampliação da procura. Em termos administrativos, o eixo da vida da Colônia deslocou-se para o Centro-Sul, especialmente para o Rio de Janeiro, por onde entravam escravos e suprimentos, e por onde saía o ouro das minas. Em 1763, a capital do Vice-Reinado foi transferida de Salvador para o Rio. As duas cidades tinham aproximadamente a mesma população (cerca de 40 mil habitantes), mas uma coisa era ser a capital e outra, apenas a principal cidade do Nordeste.

A economia mineradora gerou uma certa articulação entre áreas distantes da Colônia. Gado e alimentos foram transportados da Bahia para Minas e um comércio se estabeleceu em sentido inverso. Do Sul, vieram não apenas o gado mas as mulas, tão necessárias ao carregamento de mercadorias. Sorocaba, com sua famosa feira, transformou-se, no interior de São Paulo, na passagem obrigatória dos comboios de animais, distribuídos principalmente em Minas.

2.21.1. A COROA EO CONTROLE DAS MINAS

A extração de ouro e diamantes deu origem à intervenção regulamentadora mais ampla que a Coroa realizou no Brasil. O governo português fez um grande esforço para arrecadar os tributos. Tomou também várias medidas para organizar a vida social nas minas e em outras partes da Colônia, seja em proveito próprio, seja no sentido de evitar que a corrida do ouro resultasse em caos. Na tentativa de reduzir o contrabando e aumentar suas receitas, a Coroa estabeleceu formas de arrecadação dos tributos que variaram no curso dos anos.

De um modo geral, houve dois sistemas básicos: o do quinto e o da capitação. O primeiro consistia na determinação de que a quinta parte de todos os metais extraídos devia pertencer ao rei. O quinto do ouro era deduzido do ouro em pó ou em pepitas levado às casas de

fundição. A capitação, lançada pela Coroa em busca de maiores rendas, em substituição ao quinto, era bem mais abrangente. Ela consistia, quanto aos mineradores, em um imposto co¬brado por cabeça de escravo, produtivo ou não, de sexo masculino ou feminino, maior de doze anos. Os faiscadores, ou seja, os mineradores sem escravos, também pagavam o imposto por cabeça, no caso sobre si mesmos. Além disso, o tributo era cobrado sobre estabelecimentos, como oficinas, lojas, hospedadas, matadouros etc.

Outra preocupação da Coroa foi a de estabelecer limites à entrada na região das minas. Nos primeiros tempos da atividade mineradora, a Câmara de São Paulo reivindicou, junto ao rei de Portugal, que somente aos moradores da Vila de São Paulo, a quem se devia a descoberta do ouro, fossem dadas concessões de exploração do metal. Os fatos se encarregaram de demonstrar a inviabilidade do pretendido, diante do grande número, não só de portugueses, mas também de brasileiros, sobretudo baianos, que chegava à região das minas. Disso resultou a guerra civil conhecida como Guerra dos Emboabas (1708-1709), opondo paulistas de um lado, estrangeiros e baianos de outro. Os paulistas não tiveram êxito na sua pretensão, mas conseguiram que se criasse a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, separada do Rio de Janeiro (1709), e a elevação da Vila de São Paulo à categoria de cidade (1711). Em 1720, Minas Gerais se tornaria uma capitania separada.

Se os paulistas não conseguiram o monopólio das minas, a Coroa procurou evitar que elas se transformassem em território livre. Tentou impedir o despovoamento de Portugal, estabelecendo normas para a emigração. A entrada de frades foi proibida e uma ordem regia ao governador da capitania determinou a prisão de todos os religiosos que nela estivessem "sem emprego ou licença" (1738). Desde as primeiras explorações, os frades eram suspeitos de contrabando. Um documento da época dizia ser "grande a multidão de frades que sobem às minas e que sobre não quintarem seu ouro ensinam e ajudam os seculares a que façam o mesmo". Os ourives foram também muito visados pela própria natureza de sua profissão, sendo obrigados a renunciar a ela sob pena de serem expulsos das áreas de mineração.

Outros esforços da Coroa buscaram impedir um grande desequilíbrio entre a região das minas e outras regiões do país. Foi proibida a exportação interna, da Bahia para as minas, de mercadorias importadas de Portugal; tomaram-se medidas no sentido de assegurar o suprimento de escravos para o Nordeste, estabelecendo-se cotas de entrada de cativos na região mineira.

Arrecadar impostos e organizar a sociedade das minas foram os dois objetivos básicos da administração portuguesa, relacionados aliás entre si. Para isso, era necessário estabelecer normas, transformar acampamentos de garimpeiros em núcleos urbanos, criar um aparelho burocrático com diferentes funções. Em 1711, o governador de São Paulo e Minas elevou os acampamentos de Ribeirão do Carmo, Ouro Preto e Sabará à condição de vila. Depois, vieram Caeté, Pitangui, São João del Rei e outros. Ribeirão do Carmo foi a primeira vila a se transformar em cidade, recebendo o nome de Mariana (1745).

Na tentativa de assegurar "a lei e a ordem", a Coroa criou juntas de julgamento e nomeou ouvidores. Estes foram muitas vezes incumbidos não só de julgar questões como de supervisionar a arrecadação do quinto do ouro, tarefa que, em princípio, devia caber ao provedor mor. Para controlar escravos, escoltar o transporte do ouro e reprimir distúrbios vieram de Portugal para Minas Gerais, em 1719, duas companhias de Dragões, forças militares

profissionais. Criaram-se também milícias para enfrentar casos de emergência, lideradas por brancos e compostas não só de brancos como de negros e mulatos livres.

Não devemos concluir da breve descrição de todas essas medidas que a administração portuguesa tenha alcançado plenamente seus objetivos básicos na região das minas. As grandes distâncias, a corrupção das autoridades locais, a posição dessas autoridades entre a Coroa e o mundo da Colônia, os conflitos de atribuição dos funcionários foram alguns dos fatores que dificultaram a ação do governo português. Além disso, seria equivocado pensar que as diretrizes provenientes de Lisboa representassem um todo coerente. Dúvidas, demoras, mudanças de rumo contribuíram para introduzir uma grande dis¬tância entre as intenções e a realidade.

2.21.2. A SOCIEDADE DAS MINAS

Não foi apenas de Portugal que gente de toda condição afluiu para Minas. A partir da chegada dos paulistas acompanhados de seus escravos índios, houve migração de várias partes do Brasil. Nasceu assim uma sociedade diferenciada, constituída não só de mineradores como de negociantes, advogados, padres, fazendeiros, artesãos, burocratas, militares. Muitas dessas figuras tinham seus interesses estreitamente vinculados à Colônia e não por acaso ocorreu em Minas uma série de revoltas e conspirações contra as autoridades coloniais.

Embora os setores mais ricos da população fossem às vezes proprietários de fazendas e investissem na mineração em locais distantes, a vida social concentrou-se nas cidades, centro de residência, de negócios, de festas comemorativas. Nelas ocorreram manifestações culturais notáveis, no campo das artes, das letras e da música. A proibição de ingresso das ordens religiosas em Minas incentivou o surgimento de associações religiosas leigas - as Irmandades e Ordens Terceiras. Elas patrocinaram a construção das igrejas barrocas mineiras, onde se destacou a figura do mulato Antônio Francisco Lisboa - o Aleijadinho -, filho ilegítimo de um construtor português e de uma escrava.

Minas Gerais no Início do Século XVIII

Na base da sociedade estavam os escravos. O trabalho mais duro era o da mineração, especialmente quando o ouro do leito dos rios escasseou e teve de ser buscado nas galerias subterrâneas. Doenças como a disenteria, a malária, as infecções pulmonares e as mortes por acidente foram comuns. Há estimativas de que a vida útil de um escravo minerador não passava de sete a doze anos. Seguidas importações atenderam às necessidades da economia mineira, inclusive no sentido de substituir a mão-de-obra inutilizada. O número de cativos exportados para o Brasil cresceu entre 1720 e 1750, apesar da crise do açúcar. Os dados de população da Capitania de Minas, levantados em 1776, mostram a esmagadora presença de negros e mulatos. Dos cerca de 320 mil habitantes, os negros representavam 52,2%; os mulatos, 25,7%; e os brancos, 22,1%.

Brasil colônia, por volta de 1800

Fonte: CHLA, vol. III.

Ao longo dos anos, houve intensa mestiçagem de raças, cresceu a proporção de mulheres, que em 1776 era de cerca de 38% do total, e ocorreu um fenômeno cuja interpretação é um ponto de controvérsia entre os historiadores: o grande número de alforrias, ou seja, de libertação de escravos. Para se ter uma idéia da sua extensão, enquanto nos anos 1735-1749 os libertos representavam menos de 1,4% da população de descendência africana, em torno de 1786 passaram a ser 41,4% dessa população e 34% do número total de habitantes da capitania. A hipótese mais provável para explicar a magnitude dessas proporções, que

superam por exemplo as da Bahia, c de que a progressiva decadência da mineração tornou desnecessária ou impossível para muitos proprietários a posse de escravos.

A sociedade das minas foi uma sociedade rica?

Aparentemente, como associamos ouro à riqueza, a resposta pareceria fácil. Mas não é bem assim. Para começar, devemos distinguir entre o período inicial de corrida para o ouro e a fase que se seguiu. No período inicial, isto é, na última década do século XVII e no inicio do século XVIII, a busca de metais preciosos sem o suporte de outras atividades gerou falta de alimentos e uma inflação que atingiu toda a Colônia. A fome chegou a limites extremos e muitos acampamentos foram abandonados. Com o correr do tempo, o cultivo de roças e a diversificação das atividades econômicas mudaram esse quadro de privações. A sociedade mineira acabou por acumular riquezas, cujos vestígios estão nas construções e nas obras de arte das hoje cidades históricas.

Lembremos porém que essas riquezas ficaram nas mãos de uns poucos: um grupo dedicado não só à extração incerta do ouro mas aos vários negócios e oportunidades que se formaram em torno dela, inclusive o da contratação de serviços com a administração pública. Abaixo desse grupo, a ampla camada de população livre foi constituída de gente pobre ou de pequenos funcionários, empreendedores ou comerciantes, com limitadas possibilidades econômicas. Certamente, a sociedade mineira foi mais aberta, mais complexa do que a do açúcar. Mas nem por isso deixou de ser, em seu conjunto, uma sociedade pobre.

Se não cabe falar em um ciclo do açúcar, podemos falar de um ciclo do ouro, no sentido de que houve fases marcadas de ascenso e de decadência. O ouro não deixou de existir em Minas, porém sua extração se tornou economicamente pouco atraente. O período de apogeu situou-se entre 1733 e 1748, começando a partir daí o declínio. No início do século XIX, a produção aurífera já não tinha maior peso no conjunto da economia brasileira. O retrocesso da região das minas foi nítido, bastando lembrar que cidades de uma vida tão intensa se transformaram em cidades históricas com o sentido também de estagnadas. Ouro Preto, por exemplo, tinha 20 mil habitantes em 1740 e apenas 7 mil em 1804.

Mas o retrocesso não atingiu toda a Capitania de Minas Gerais. Nela, nem tudo era mineração. Mesmo nos tempos de glória do ouro, a fazenda mineira muitas vezes combinava a pecuária, o engenho de açúcar, a produção de farinha com a lavra de ouro. Graças à pecuária, aos cereais e mais tarde à manufatura, Minas não regrediu como um todo. Pelo contrário, no correr do século XIX iria expandir essas atividades e manter um constante fluxo de importação de escravos. A província mineira representaria uma curiosa combinação de regime escravista com uma economia que não era de plantation, nem estava orientada principalmente para o mercado externo.

2.22. A CRISE DO ANTIGO REGIME

As últimas décadas do século XVIII se caracterizaram por uma série de transformações no mundo ocidental, tanto no plano das idéias como no plano dos fatos. O Antigo Regime, ou seja, o conjunto de monarquias absolutas imperantes na Europa desde o início do século XVI, a que estavam ligadas determinadas concepções e práticas, entrou em crise.

2.22.1. O PENSAMENTO ILUSTRADO E O LIBERALISMO

As novas idéias vinham sendo gestadas desde o início do século ou mesmo antes e ficaram conhecidas pela expressão "pensamento ilustrado". Os pensadores ilustrados, homens como Montesquieu, Voltaire, Diderot, Rousseau, apesar de divergirem muito entre si, tinham como ponto comum o princípio da razão. Segundo eles, pela razão atingem-se os conhecimentos úteis ao homem e através dela podemos chegar às leis naturais que regem a sociedade. A missão dos governantes consiste em procurar a realização do bem-estar dos povos, pelo respeito às leis naturais e aos direitos naturais de que os homens são portadores. O não-cumprimento desses deveres básicos dá aos governados o direito à insurreição.

As concepções ilustradas deram origem no campo sociopolítico ao pensamento liberal, em seus diferentes matizes. Um fundo comum às várias correntes do liberalismo se encontra na noção de que a história humana tende ao progresso, ao aperfeiçoamento do indivíduo e da sociedade, a partir de critérios propostos pela razão. A felicidade - uma idéia nova no século XVIII - constitui o objetivo supremo de cada indivíduo, e a maior felicidade do maior número de pessoas é o verdadeiro desígnio da sociedade. Esse ideal deve ser alcançado através da liberdade individual, criando-se condições para o amplo desenvolvimento das aptidões do indivíduo e para sua participação na vida política.

No plano econômico, em sua versão extremada, o liberalismo sustenta o ponto de vista de que o Estado não deve interferir na iniciativa individual, limitando-se a garantir a segurança e a educação dos cidadãos. A concorrência e as aptidões pessoais se encarregariam de harmonizar, como uma mão invisível, a vida em sociedade.

No plano político, a doutrina liberal defende o direito de representação dos indivíduos, sustentando que neles, e não no poder dos reis, se encontra a soberania. Esta é entendida como o direito de organizar a nação a partir de uma lei básica - a Constituição. O alcance da representação traçou uma linha divisória entre liberalismo e democracia ao longo do século XIX. As correntes democráticas defendiam o sufrágio universal, ou seja, o direito de repre¬sentação conferido a todos os cidadãos de um país, independentemente de condição social, sexo, cor ou religião, ou mesmo a democracia direta, isto é, o direito de participar da vida política sem conferir mandato a alguém. Os liberais trataram em regra de restringir a representação, segundo critérios sobretudo econômicos: para eles, só os proprietários, com um certo nível de renda, poderiam votar ou ser votados, pois às demais pessoas faltava independência para o exercício desses direitos.

Na Europa ocidental, o liberalismo deu base ideológica aos movimentos pela queda do Antigo Regime, caracterizado por privilégios corporativos e pela monarquia absoluta. Nas colônias americanas, justificou as tentativas de reforma e o "direito dos povos à insurreição". E importante observar que na obra que se tornou a bíblia do liberalismo econômico - Riqueza das Nações, escrita por Adam Smith em 1776 - há uma crítica ao sistema colonial, acusado de distorcer os fatores de produção e o desenvolvimento do comércio como promotor da riqueza. A escravidão parece a Adam Smith uma instituição anacrônica, incapaz de competir com a mão-de-obra livre.

2.23. A CRISE DO SISTEMA COLONIAL

Alguns fatos significativos balisaram as transformações do mundo ocidental, a partir de meados do século XVIII. Em 1776, as colônias inglesas da América do Norte proclamaram sua independência. A partir de 1789, a Revolução Francesa pôs fim ao Antigo Regime na França, o que repercutiu em toda a Europa, inclusive pela força das armas.

Ao mesmo tempo, ocorria na Inglaterra uma revolução silenciosa, sem data precisa, tão ou mais importante do que as mencionadas, que ficou conhecida como Revolução Industrial. A utilização de novas fontes de energia, a invenção de máquinas, principalmente para a indústria têxtil, o desenvolvimento agrícola, o controle do comércio internacional são fatores que iriam transformar a Inglaterra na maior potência mundial da época. Na busca pela ampliação dos mercados, os ingleses impõem ao mundo o livre comércio e o abandono dos princípios mercantilistas, ao mesmo tempo que tratam de proteger seu próprio mercado e o de suas colônias com tarifas protecionistas. Em suas relações com a América espanhola e portuguesa, abrem brechas cada vez maiores no sistema colonial, por meio de acordos comerciais, contrabando e aliança com os comerciantes locais.

O mundo colonial é afetado também por outro fator importante: a tendência a limitar ou a extinguir a escravidão, manifestada pelas maiores potências da época, ou seja, a Inglaterra e a França. É comum ligar-se essa tendência ao interesse britânico em ampliar mercados consumidores, a partir da vantagem obtida sobre os concorrentes com a Revolução Industrial. Entretanto, essa afirmação contém apenas uma parte da verdade. A ofensiva antiescravista decorre também dos novos movimentos nascidos nos países mais avançados da Europa, sob a influência do pensamento ilustrado e mesmo religioso, como é o caso da Inglaterra. Acrescente-se a isso, no caso francês, a insurreição de negros libertos e escravos nas Antilhas. Em fevereiro de 1794, a França revolucionária decretou o fim da escravidão em suas colônias; a Inglaterra faria o mesmo em 1807. Lembremos, porém, quanto à França, que Napoleão revogou a medida em 1802.

Essas iniciativas contrastaram com as tomadas pelos colonos americanos após a independência dos Estados Unidos em 1776. Apesar do caráter liberal e anticolonialista da revolução, os interesses dos grandes proprietários rurais predominou: a escravidão só foi extinta em alguns Estados do norte, onde os cativos tinham pouca significação econômica.

Podemos sintetizar todo o processo acima descrito como uma etapa dc formação do capitalismo industrial que se relaciona com a ascensão da burguesia ao poder. É preciso, porém, tomar cuidado com uma associação simplista entre esses dois elementos. O fim da aristocracia e a consolidação da burguesia como classe dirigente foi um processo complexo, variável de país a país, tecido por alianças de classe e pelo papel do Estado.

2.23.1. A ADMINISTRAÇÃO POMBALINA

Vejamos agora como esse quadro afetou as relações entre a Coroa portuguesa e sua maior colônia. Em meados do século XVIII, Portugal era um país atrasado, cm relação às grandes potências européias. Dependia da Inglaterra, de quem em troca recebia proteção diante da França e da Espanha. Ainda assim, a monarquia lusa procurava manter o sistema colonial e limitar a crescente presença inglesa no Brasil.

Um marco importante nesse período é o da ascensão de Dom José I ao trono, em 1750. Não propriamente pelo rei, mas por seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal.

Até sua indicação para o ministério, com mais de cinqüenta anos, Pombal tivera uma carreira relativamente obscura como representante de Portugal na Inglaterra e diplomata na Corte austríaca. Sua obra, realizada ao longo de muitos anos (1750-1777), representou um grande esforço no sentido de tornar mais eficaz a administração portuguesa e introduzir modificações no relacionamento Metrópole-Colônia. A reforma constituiu uma peculiar mistura do velho e do novo, explicável pelas características de Portugal. Ela combinava o absolutismo ilustrado com a tentativa de uma aplicação conseqüente das doutrinas mercantilistas. Essa fórmula geral se concretizou em uma série de medidas. Vamos salientar as que disseram respeito mais de perto ao Brasil.

De acordo com as concepções do mercantilismo, Pombal criou duas companhias privilegiadas de comércio - a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755) e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759). A primeira tinha por objetivo desenvolver a região Norte, oferecendo preços atraentes para mercadorias aí produzidas e consumidas na Europa, como o cacau, o cravo, a canela, o algodão e o arroz, transportadas com exclusividade nos navios da companhia. Introduziu também escravos negros que, dada a pobreza regional, foram na sua maior parte reexportados para as minas de Mato Grosso. A segunda companhia buscou reativar o Nordeste dentro da mesma linha de atuação.

A política pombalina prejudicou setores comerciais do Brasil marginalizados pelas companhias privilegiadas, mas não teve por objetivo perseguir a elite colonial. Pelo contrário, colocou membros dessa elite nos órgãos administrativos e fiscais do governo, na magistratura e nas instituições militares.

O programa econômico de Pombal foi em grande medida frustrado porque, em meados do século XVIII, a Colônia entrou em um período de depressão econômica que se prolongou até o fim da década de 1770. As principais causas da depressão foram a crise do açúcar e, a partir de 1760, a queda da produção de ouro. Ao mesmo tempo que as rendas da Metrópole caíam, cresciam as despesas extraordinárias destinadas a reconstruir Lisboa, destruída por um terremoto em 1755, e a sustentar as guerras contra a Espanha, pelo controle da extensa região que ia do sul de São Paulo ao Rio da Prata.

Pombal tentou coibir o contrabando de ouro e diamantes e tratou de melhorar a arrecadação de tributos. Em Minas Gerais, o imposto de capitação foi substituído pelo antigo quinto do ouro, com a exigência de que deveria render anualmente pelo menos cem arrobas do metal. Depois de uma série de falências, a Coroa se incumbiu de explorar diretamente as minas de diamante (1771). Ao mesmo tempo, procurou tornar a Metrópole menos dependente das importações de produtos industrializados, incentivando a instalação de manufaturas em Portugal e mesmo no Brasil.

Uma das medidas mais controvertidas da administração pombalina foi a expulsão dos jesuítas de Portugal e seus domínios, com confisco de bens (1759). Essa medida pode ser compreendida no quadro dos objetivos de cen¬tralizar a administração portuguesa e impedir áreas de atuação autônoma por ordens religiosas cujos fins eram diversos dos da Coroa. Além dos jesuítas, em meados da década de 1760, os mercedários - segunda ordem em

impor¬tância na Amazônia - foram expulsos da região e tiveram suas propriedades confiscadas. Mas o alvo principal foi a Companhia de Jesus, acusada de formar "um Estado dentro do Estado".

No Brasil, a consolidação do domínio português nas fronteiras do Norte e do Sul passava, segundo Pombal, pela integração dos índios à civilização portuguesa. Se não se contasse com uma população nascida no Brasil identificada com os objetivos lusos, seria inviável assegurar o controle de vastas regiões semidespovoadas. Daí a adoção de uma série de medidas com relação aos indígenas. A escravidão dos índios foi extinta em 1757; muitas aldeias na Amazônia foram transformadas em vilas sob administração civil; a legislação incentivou os casamentos mistos entre brancos e índios. Essa política de assimilação se chocava com o paternalismo jesuíta, sendo um ponto central de conflito.

Ao mesmo tempo, os jesuítas espanhóis eram acusados de fomentar uma rebelião indígena na região de Sete Povos das Missões do Uruguai, contra a entrega daquele território aos portugueses - a chamada Guerra dos Guaranis, que durou de 1754 a 1756. Não podemos esquecer também que as extensas propriedades da Companhia de Jesus eram cobiçadas por parte dos membros da elite colonial e da própria Coroa.

A maioria das propriedades urbanas e rurais confiscadas aos jesuítas foi arrematada em leilão por grandes fazendeiros e comerciantes. Suas maiores igrejas passaram para as mãos dos bispos não integrados nas ordens religiosas. Muitos dos colégios da companhia se transformaram em palácios dc governadores ou hospitais militares. No todo, houve um grande desperdício, em especial de bens culturais, como as bibliotecas, que foram consideradas coisa de pouco valor.

A expulsão da ordem abriu um vazio no já pobre ensino da Colônia. A Coroa portuguesa, ao contrário da espanhola, temia a formação na própria Colônia de uma elite letrada. Já no século XVI, a Espanha criou na América várias universidades: a de São Domingos, em 1538, e as de São Marcos, em Lima, e da Cidade do México, em 1551. Nada disso ocorreu na América lusa, durante todo o período colonial. Aliás, praticamente a mesma coisa aconteceu com a imprensa, que surgiu nas maiores cidades coloniais da América espanhola também no século XVI. Enquanto isso, ressalvando-se uma oficina gráfica aberta em 1747 no Rio de Janeiro e logo depois fechada por ordem real, a imprensa no Brasil só nasceria no século XIX, com a vinda de Dom João VI.

Para remediar os problemas criados com a expulsão dos jesuítas na área do ensino, a Coroa tomou algumas medidas. Foi criado um imposto especial, o subsídio literário - para sustentar o ensino promovido pelo Estado. O bispo de Pernambuco criou o seminário de Olinda, que se voltou em parte para as ciências naturais e a matemática. Pequenos clubes de intelectuais surgiram no Rio de Janeiro e na Bahia.

As medidas de Pombal contra as ordens religiosas faziam parte de uma política de subordinação da Igreja ao Estado português. Este tratou porem de evitar conflitos diretos com o papa. A Igreja, por sua vez, aceitou a expulsão dos jesuítas. Mais do que isso, em 1773, o Papa Clemente XIV extinguiu a Companhia de Jesus, convencido de que ela trazia mais problemas do que vantagens. A ordem dos jesuítas só voltaria a existir em 1814.

2.23.2. O REINADO DE DONA MARIA

A grande controvérsia entre os historiadores portugueses a favor e contra Pombal levou à visão de um corte profundo entre a época pombalina e a que a ela se seguiu, o reinado de Dona Maria I. A própria expressão "viradeira", empregada para definir o período posterior à morte de Dom José em 1797 e à queda de Pombal, é um indício dessa visão. Muita coisa mudou: as companhias de comércio foram extintas e a Colônia foi proibida de manter fábricas ou manufaturas de tecidos, exceto as de pano grosso de algodão para uso dos escravos. Esse fato e a repressão aos integrantes da Inconfidência Mineira deixaram na historiografia brasileira uma imagem muito negativa da época que se seguiu à queda de Pombal.

Lembremos porém que, nos anos entre 1777 e 1808, a Coroa continuou tentando realizar reformas para se adaptar aos novos tempos e salvar o colonialismo mercantilista. O reinado de Dona Maria I e do Príncipe Regente Dom João, ao contrário do anterior, beneficiou-se de uma conjuntura favorável à reativação das atividades agrícolas da Colônia: a produção de açúcar, como vimos, valorizou-se e se expandiu, favorecida pela insurreição dos escravos em São Domingos. Além disso, uma nova cultura ganhou força. O algodão, desenvolvido pela companhia de comércio pombalina e incentivado pela guerra de independência dos Estados Unidos, transformou o Maranhão, por algum tempo, na zona mais próspera da América portuguesa.

2.24. OS MOVIMENTOS DE REBELDIA

Ao mesmo tempo que a Coroa lusa mantinha uma política de reforma do absolutismo, surgiram na Colônia várias conspirações contra Portugal e tentativas de independência. Elas tinham a ver com as novas idéias e os fatos ocorridos na esfera internacional, mas refletiam também a realidade local. Podemos mesmo dizer que foram movimentos de revolta regional e não revoluções nacionais. Esse foi o traço comum de episódios diversos como a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração dos Alfaiates (1798) e a Revolução de 1817 em Pernambuco.

Discute-se muito sobre o momento em que grupos da sociedade colonial nascidos na Colônia, e mesmo alguns portugueses nela residentes, começaram a pensar o Brasil como uma unidade diversa de Portugal. Por outras palavras, em que momento teria surgido a consciência de ser brasileiro?

Não há resposta rígida para uma pergunta dessa natureza. A consciência nacional foi se definindo na medida em que setores da sociedade da Colônia passaram a ter interesses distintos da Metrópole, ou a identificar nela a fonte de seus problemas. Longe de constituir um grupo homogêneo, esses setores abrangiam desde grandes proprietários rurais, de um lado, até artesãos ou soldados mal pagos, de outro, passando pelos bacharéis e letrados.

Também não tinham em comum exatamente a mesma ideologia. As "idéias francesas" ou o liberalismo da revolução americana eram suas fontes inspiradoras. Mas os setores dominantes tratavam de limitá-las, sendo, por exemplo, muito prudentes no tocante ao tema da abolição da escravatura, que viria ferir seus interesses. Pelo contrário, para as camadas dominadas a idéia de independência vinha acompanhada de propósitos igualitários de reforma social.

A Guerra dos Mascates em Pernambuco (1710), as rebeliões que ocorreram na região de Minas Gerais a partir da revolta de Filipe dos Santos em 1720 e principalmente as conspirações e revoluções ocorridas nos últimos decênios do século XVIII e nos dois primeiros do século XIX são freqüentemente apontadas como exemplos afirmativos da consciência nacional. Se é possível dizer que eles indicam essa direção, devemos lembrar que até a independência, e mesmo depois, a consciência nacional passa pela regional. Os rebeldes do período se afirmam como mineiros, baianos, pernambucanos e, em alguns casos, como pobres, tanto ou mais do que como brasileiros.

Vamos examinar agora os dois movimentos de rebeldia mais expressivos nos fins do século XVIII, deixando para logo adiante a Revolução Pernambucana de 1817, que eclodiu já no contexto da presença da família real no Brasil.

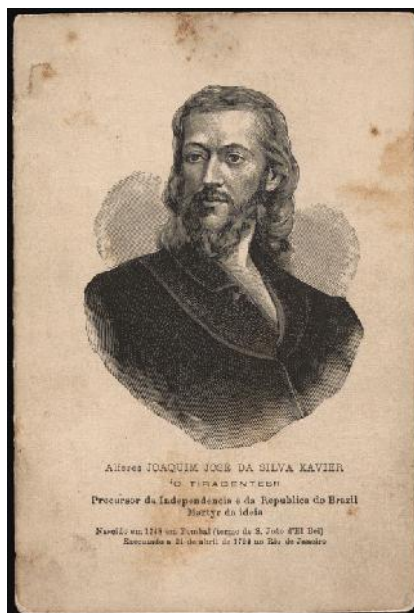
2.24.1. A INCONFIDÊNCIA MINEIRA

A Inconfidência Mineira teve relação direta com as características da sociedade regional e com o agravamento de seus problemas, nos dois últimos decênios do século XVIII. Isso não significa que seus integrantes não fossem influenciados pelas novas idéias que surgiam na Europa e na América do Norte. Muitos membros da elite mineira circulavam pelo mundo e estudavam na Europa. Em 1787, dentre os dezenove estudantes brasileiros matriculados na Universidade de Coimbra, dez eram de Minas. Coimbra era um centro conservador mas ficava na Europa, o que facilitava o conhecimento das novas idéias e a aproximação com as personalidades da época.

Por exemplo, um ex-estudante de Coimbra, José Joaquim da Maia, ingressou na Faculdade de Medicina de Montpellier na França, em 1786. Naquele ano e no ano seguinte teve contatos com Thomas Jefferson, então embaixador dos Estados Unidos na França, solicitando apoio para uma revolução que, segundo ele, estava sendo tramada no Brasil. Um participante da Inconfidência, José Álvares Maciel, formou-se em Coimbra e viveu na Inglaterra por um ano e meio. Aí aprendeu técnicas fabris e discutiu com negociantes ingleses as possibilidades de apoio a um movimento pela independência do Brasil.

Ao lado disso, nas últimas décadas do século XVIII, a sociedade mineira entrara em uma fase de declínio, marcada pela queda contínua da produção de ouro e pelas medidas da Coroa no sentido de garantir a arrecadação do quinto. Se examinarmos um pouco a história pessoal dos inconfidentes, veremos que tinham também razões específicas de descontentamento. Em sua grande maioria, eles constituíam um grupo da elite colonial, formado por mineradores, fazendeiros, padres envolvidos em negócios, funcionários, advogados de prestígio e uma alta patente militar, o comandante dos Dragões, Francisco de Paula Freire de Andrade. Todos eles tinham vínculos com as autoridades coloniais na capitania e, em alguns casos (Alvarenga Peixoto, Tomás Antônio Gonzaga), ocupavam cargos na magistratura.

José Joaquim da Silva Xavier constituía, em parte, uma exceção. Desfavorecido pela morte prematura dos pais, que deixaram sete filhos, perdera suas propriedades por dívidas e tentara sem êxito o comércio. Em 1775, entrou na carreira militar, no posto de alferes, o grau inicial do quadro de oficiais. Nas horas vagas, exercia o ofício de dentista, de onde veio o apelido algo depreciativo de Tiradentes.

O entrosamento entre a elite local e a administração da capitania sofreu um abalo com a chegada a Minas do governador Luís da Cunha Meneses, em 1782. Cunha Meneses marginalizou os membros mais significativos da elite, favorecendo seu grupo de amigos. Embora não pertencesse à elite, o próprio Tiradentes se viu prejudicado, ao perder o comando do destacamento dos Dragões que patrulhava a estratégica estrada da Serra da Mantiqueira.

10. Imagem de Tiradentes associada à figura feminina da República. Revista Illustrada. 1892.

A situação agravou-se em toda a região mineira com a nomeação do Visconde de Barbacena para substituir Cunha Meneses. Barbacena recebeu do ministro português Melo e Castro instruções no sentido de garantir o recebimento do tributo anual de cem arrobas de ouro. Para completar essa quota, o governador poderia se apropriar de todo o ouro existente e, se isso não fosse suficiente, poderia decretar a derrama, um imposto a ser pago por cada habitante da capitania. Recebeu ainda instruções no sentido de investigar os devedores da Coroa e os contratos realizados entre a administração pública e os particulares. As instruções faziam pairar uma ameaça geral sobre a capitania e mais diretamente sobre o grupo de elite, onde se encontravam os maiores devedores da Coroa.

Aqui, abrindo um parênteses, é preciso explicar a origem dessas dívidas. Elas se originavam, muitas vezes, de contratos feitos com o governo português para arrecadar impostos. Na época colonial, era comum conceder essa função pública a particulares com boas relações na administração. Eles pagavam uma quantia à Coroa pelo direito de cobrar os impostos, ganhando a diferença entre esse pagamento e o que conseguiam arrecadar. Mas, freqüentemente, os contratadores nem sequer chegavam a completar o pagamento à Coroa, daí resultando dívidas que iam se acumulando.

Os inconfidentes começaram a preparar o movimento de rebeldia nos últimos meses de 1788, incentivados pela expectativa do lançamento da derrama. Não chegaram, porém, a pôr em prática seus planos. Em março de 1789, Barbacena decretou a suspensão da derrama, enquanto os conspiradores eram denunciados por Silvério dos Reis. Devedor da Coroa como

vários dos inconfidentes, Silvério dos Reis estivera próximo destes, mas optara por livrar-se de seus problemas denunciando o movimento. Seguiram-se as prisões em

Minas e a de Tiradentes no Rio de Janeiro. O longo processo realizado na capital da Colônia só terminou a 18 de abril de 1792.

A partir daí, começou uma grande encenação da Coroa, buscando mostrar sua força e desencorajar futuras rebeldias. Só a leitura da sentença durou dezoito horas! Tiradentes e vários outros réus foram condenados à forca. Algumas horas depois, uma carta de clemência da Rainha Dona Maria transformava todas as penas em banimento, ou seja, expulsão do Brasil, com exceção do caso de Tiradentes. Na manhã de 21 de abril de 1792, Tiradentes foi enforcado num cenário típico das execuções no Antigo Regime. Entre os ingredientes desse cenário se incluíam a presença da tropa, discursos e acla-mações à rainha. Seguiram-se a retalhação do corpo e a exibição dc sua cabeça, na praça principal de Ouro Preto.

Que pretendiam os inconfidentes?

A resposta não é simples, pois a maioria das fontes à nossa disposição é constituída do que disseram os réus e as testemunhas no processo aberto pela Coroa, no qual se decidia, literalmente, uma questão de vida ou morte. Aparentemente, a intenção da maioria era a de proclamar uma República, tomando como modelo a Constituição dos Estados Unidos. O poeta e ex-ouvidor Tomás Antônio Gonzaga governaria durante os primeiros três anos e depois disso haveria eleições anuais. O Distrito Diamantino seria liberado das restrições que pesavam sobre ele; os devedores da Coroa, perdoados; a instalação de manufaturas, incentivada. Não haveria exército permanente. Em vez disso, os cidadãos deveriam usar armas e servir, quando necessário, na milícia nacional.

O ponto mais interessante das muitas medidas propostas é o da libertação dos escravos, que só excepcionalmente aparece em vários movimentos de rebeldia não só do Brasil Colônia como do Brasil independente. De um lado, no plano ideológico, é incompreensível que um movimento pela liberdade mantivesse a escravidão; de outro, no plano dos interesses, como é que membros da elite colonial, dependentes do trabalho escravo, iriam libertá-los? Essa contradição surge no processo dos inconfidentes, mas é bom ressalvar que nem sempre depoimentos derivados de interesses pessoais predominaram nas declarações. Alvarenga Peixoto, um dos maiores senhores de escravos entre os conjurados, defendeu a liberdade dos cativos, na esperança de que eles assim se tornassem os maiores defensores da República. Outros, como Alvares Maciel, achavam, pelo contrário, que sem escravos não haveria quem trabalhasse nas terras e nas minas. Segundo parece, chegou-se a uma solução de compromisso, pela qual seriam libertados somente os escravos nascidos no Brasil.

A Inconfidência Mineira é um exemplo de como acontecimentos históricos de alcance aparentemente limitado podem ter impacto na história de um país. Como fato material, o movimento de rebeldia não chegou a se concretizar, e suas possibilidades de êxito, apesar do envolvimento de militares e contatos no Rio de Janeiro, eram remotas. Sob esse aspecto, a Revolução dc 1817, que a partir de Pernambuco se espraiou por uma grande área do Nordeste, teve maior importância.

Mas a relevância da Inconfidência deriva de sua força simbólica: Tiradentes transformou-se em herói nacional, e as cenas de sua morte, o esquartejamento de seu corpo, a exibição de

sua cabeça passaram a ser evocadas com muita emoção e horror nos bancos escolares. Isso não aconteceu da noite para o dia e sim através de um longo processo de formação de um mito que tem sua própria história. Em um primeiro momento, enquanto o Brasil não se tornou independente, prevaleceu a versão dos colonizadores. A própria expressão "Inconfidência Mineira", utilizada na época e que a tradição curio¬samente manteve até hoje, mostra isso. "Inconfidência" é uma palavra com sentido negativo que significa falta de fidelidade, não-observância de um dever, especialmente com relação ao soberano ou ao Estado. Durante o Império, o episódio incomodava, pois os conspiradores tinham pouca simpatia pela forma monárquica de governo. Além disso, os dois imperadores do Brasil eram descendentes em linha direta da Rainha Dona Maria, responsável pela condenação dos revolucionários.

A proclamação da República favoreceu a projeção do movimento e a transformação da figura de Tiradentes em mártir republicano. Existia uma base real para isso. Há indícios de que o grande espetáculo, montado pela Coroa portuguesa para intimidar a população da Colônia, causou efeito oposto, mantendo viva a memória do acontecimento e a simpatia pelos inconfidentes. A atitude de Tiradentes, assumindo toda a responsabilidade pela conspiração, a partir de certo momento do processo, e o sacrifício final facilitaram a mitificação de sua figura, logo após a proclamação da República. O 21 de abril passou a ser feriado, e Tiradentes foi cada vez mais retratado com traços semelhantes às imagens mais divulgadas de Cristo. Assim se tornou um dos poucos heróis nacionais, cultuado como mártir não só pela direita e pela esquerda como pelo povo da rua.

2.24.2. A CONJURAÇÃO DOS ALFAIATES

A Conjuração dos Alfaiates foi um movimento organizado na Bahia em 1798, por gente marcada pela cor e pela condição social: mulatos e negros livres ou libertos, ligados às profissões urbanas como artesãos ou soldados, e alguns escravos. Entre eles destacavam-se vários alfaiates, derivando daí o nome da conspiração. Mesmo entre os brancos, predominava a origem popular, com a importante exceção do médico Cipriano Barata, que iria participar de vários movimentos revolucionários do Nordeste, por mais de quarenta anos.

A conspiração se liga ao quadro geral das rebeliões surgidas em fins do século XVIII e tem a ver também com as condições de vida da população de Salvador. A escassez de gêneros alimentícios e a carestia deram origem a vários motins na cidade, entre 1797 e 1798. No sábado de aleluia de 1797, por exemplo, os escravos que transportavam grandes quantidades de carne destinada ao general-comandante de Salvador foram atacados pela multidão faminta e seu fardo dividido entre os atacantes e as negras que vendiam quitutes na rua.

Os conspiradores defendiam a proclamação da República, o fim da escravidão, o livre comércio especialmente com a França, o aumento do salário dos militares, a punição de padres contrários à liberdade. O movimento não chegou a se concretizar, a não ser pelo lançamento de alguns panfletos e várias articulações. Após uma tentativa de se obter apoio do governador da Bahia, começaram as prisões e delações. Quatro dos principais acusados foram enforcados e esquartejados. Outros receberam penas de prisão ou banimento.

A severidade das penas foi desproporcional à ação e às possibilidades de êxito dos conjurados. Nelas transparece a intenção de exemplo, um exemplo mais duro do que o

proporcionado pelas condenações aos inconfidentes mineiros. A dureza se explica pela origem social dos acusados e por um conjunto de outras circunstâncias ligadas ao temor das rebeliões de negros e mulatos. A insurreição de escravos iniciada em São Domingos, colônia francesa nas Antilhas, em 1791, estava em pleno curso e só iria terminar cm 1801, com a criação do Haiti como Estado independente. Por sua vez, a Bahia era uma região onde os motins de negros iam se tornando freqüentes. Essa situação preocupava tanto a Coroa como a elite colonial, pois a população de cor (negros e mulatos) correspondia, em números aproximados, a 80% da população da capitania.

A inspiração dos rebeldes baianos veio principalmente da Revolução Francesa. No curso do processo, foram apreendidas obras filosóficas de autores como Voltaire e Condillac, que vários inconfidentes mineiros também conheciam. Ao lado dessas obras, aparecem pequenos textos políticos, de linguagem direta, definidores de posições. Esses textos atravessaram o Atlântico, chegaram às estantes de livros de gente letrada da Colônia e acabaram por inspirar os "pasquins sediciosos" e os panfletos lançados nas ruas de Salvador, em agosto de 1798.

No plano dos fatos materiais, a Conjuração dos Alfaiates pouco representou. Assim como a Inconfidência Mineira, ela nos interessa pelo seu aspecto simbólico. Sem alcançar as glórias da Inconfidência, o movimento foi posto em destaque na historiografia brasileira a partir dc um livro de Affonso Ruy intitulado de A Primeira Revolução Social Brasileira, publicado em 1942. O título é exagerado, mas não há dúvida de que a Conjuração dos Alfaiates foi a primeira expressão de uma corrente de raiz popular que combinava as aspirações de independência com reivindicações sociais.

A Independência não viria porém pela via de um corte revolucionário com a Metrópole, mas por um processo de que resultaram mudanças importantes e também continuidades com relação ao período colonial. A história desse processo passa por episódios novelescos, como a transferência da família real para o Brasil, e atos solenes, como a abertura dos portos, pondo fim ao sistema colonial.

2.25. A VINDA DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL

A guerra que Napoleão movia na Europa contra a Inglaterra, em princípios do século XIX, acabou por ter conseqüências para a Coroa portuguesa. Após controlar quase toda a Europa ocidental, Napoleão impôs um bloqueio ao comércio entre a Inglaterra e o continente. Portugal representava uma brecha no bloqueio e era preciso fechá-la. Em novembro de 1807, tropas francesas cruzaram a fronteira de Portugal com a Espanha e avançaram em direção a Lisboa. O Príncipe Dom João, que regia o reino desde 1792, quando sua mãe Dona Maria fora declarada louca, decidiu-se, em poucos dias, pela transferência da Corte para o Brasil. Entre 25 e 27 de novembro de 1807, cerca de 10 a 15 mil pessoas embarcaram em navios portugueses rumo ao Brasil, sob a proteção da frota inglesa. Todo um aparelho burocrático vinha para a Colônia: ministros, conselheiros, juízes da Corte Suprema, funcionários do Tesouro, patentes do exército e da marinha, membros do alto clero. Seguiam também o tesouro real, os arquivos do governo, uma máquina impressora e várias bibliotecas que seriam a base da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

11. D. João VI. Partida do Príncipe Regente de Portugal para o Brasil, 27 de novembro de 1807,
lito-gravura de F. Bartolozzi (gravador) e H. L. E. Vêque (desenhista).

Houve muita confusão no embarque, e a viagem não foi fácil. Uma tempestade dividiu a frota; os navios estavam superlotados, daí resultando falta de comida e água; a troca de roupa foi improvisada com cobertas e lençóis fornecidos pela marinha inglesa; para completar, o ataque dos piolhos obrigou as mulheres a raspar o cabelo. Mas esses aspectos novelescos não podem ocultar o fato de que, a partir da vinda da família real para o Brasil, ocorreu uma reviravolta nas relações entre a Metrópole e a Colônia.

2.25.1. A ABERTURA DOS PORTOS

Logo ao chegar, durante sua breve estada na Bahia, Dom João decretou a abertura dos portos do Brasil às nações amigas (28 de janeiro de 1808). Mesmo sabendo-se que naquele momento a expressão "nações amigas" era equivalente à Inglaterra, o ato punha fim a trezentos anos de sistema colonial. Já no Rio de Janeiro, no mês de abril, o príncipe regente revogou os decretos que proibiam a instalação de manufaturas na Colônia, isentou de tributos a importação de matérias-primas destinadas à indústria, ofereceu subsídios para as indústrias da lã, da seda e do ferro, encorajou a invenção e introdução de novas máquinas.

A abertura dos portos foi um ato historicamente previsível, mas ao mesmo tempo impulsionado pelas circunstâncias do momento. Portugal estava ocupado por tropas francesas, e o comércio não podia ser feito através dele. Para a Coroa, era preferível legalizar o extenso contrabando existente entre a Colônia e a Inglaterra e receber os tributos devidos.

A Inglaterra foi a principal beneficiária da medida. O Rio de Janeiro se tornou o porto de entrada dos produtos manufaturados ingleses, com destino não só ao Brasil como ao Rio da Prata e à costa do Pacífico. Já em agosto de 1808, existia na cidade um importante núcleo de 150 a 200 comerciantes e agentes comerciais ingleses. Descrevendo as arbitrariedades da alfândega do Rio de Janeiro, um desses agentes - John Luccock - relatava aliviado, em "que os ingleses tinham-se tornado senhores da alfândega, que eles regulavam tudo, e que ordens tinham sido transmitidas aos funcionários para que dessem particular atenção às indicações do cônsul britânico".

A abertura dos portos favoreceu também os proprietários rurais produtores de bens destinados à exportação (açúcar e algodão principalmente), os quais se livravam do monopólio comercial da Metrópole. Daí para a frente, seria possível vender a quem quer que fosse, sem as restrições impostas pelo sistema colonial.

Mas a medida contrariou os interesses dos comerciantes e provocou grandes protestos deles, no Rio de Janeiro e em Lisboa, a ponto de o príncipe Dom João ter de fazer algumas concessões. Por decreto de junho de 1808, o comércio livre foi limitado aos portos de Belém, São Luís, Recife, Salvador e Rio de Janeiro; o chamado comércio de cabotagem, ou seja, entre portos da Colônia, ficou reservado a navios portugueses; o imposto sobre produtos importados, que fora fixado em 24% do valor da mercadoria, foi reduzido para 16%, quando se tratasse de embarcações portuguesas. Só a última dessas decisões tinha real importância, mas logo seria ultrapassada pelas concessões feitas á Inglaterra.

12. Retrato de D. João VI, gravura em metal de Debret.

A escalada inglesa pelo controle do mercado colonial brasileiro culminou no Tratado de Navegação e Comércio, assinado após longas negociações em fevereiro de 1810. A Coroa portuguesa tinha pouco campo de manobra. Ela dependia do resultado da guerra contra Napoleão para recuperar o território metropolitano, c suas colônias eram protegidas pela esquadra britânica. A tarifa a ser paga sobre as mercadorias inglesas exportadas para o Brasil foi fixada em apenas 15% de seu valor, pelo tratado de 1810. Com isso, os produtos ingleses ficaram em vantagem até com relação aos portugueses. Mesmo quando, logo depois, as duas tarifas foram igualadas, a vantagem inglesa continuou imensa. Sem proteção tarifária, as mercadorias de um país atrasado, como se tornara Portugal, no âmbito do capitalismo europeu, não tinham condições de competir em preço e variedade com os produtos ingleses.

Os propósitos industrializantes das primeiras iniciativas de Dom João tornaram-se também, com raras exceções, letra morta.

Um ponto da política britânica seria motivo dc preocupações para os diferentes setores dominantes da sociedade colonial. Após ter sido grande beneficiária do comércio de escravos, a Inglaterra passara, a partir de fins do século XVIII, a combater a escravidão.

Esse fato é, aliás, um bom exemplo de como devemos ter cuidado em não simplificar processos históricos: a maior potência imperialista da época buscava, ao mesmo tempo, pôr fim a uma instituição profundamente retrógrada, vigente no mundo colonial.

Pelo Tratado de Aliança e Amizade, firmado por Portugal e Inglaterra, junto com o Tratado de Navegação e Comércio, em 1810, a Coroa portuguesa se obrigava a limitar o tráfico de escravos aos territórios sob seu domínio e prometia vagamente tomar medidas para restringi-lo.

Alguns anos mais tarde, quando as potências vencedoras da guerra contra Napoleão, tendo à frente a Inglaterra, se reuniram no Congresso de Viena (1815), o governo português assinou novo tratado, concordando com a cessação do tráfico ao norte do equador. Em princípio, deveria assim terminai o tráfico de escravos da Costa da Mina para o Brasil. Uma cláusula adicional ao tratado concedeu à Inglaterra o "direito de visita" em alto-mar a navios suspeitos de transportar cativos, autorizando sua apreensão. Nenhuma dessas medidas impediu o tráfico que, pelo contrário, se tornou maior no início de 1820 do que era no começo do século. Mas desenhava-se no horizonte uma disputa que se tornaria aguda no Brasil independente: o governo inglês, de um lado, autoridades e setores dominantes no Brasil, de outro.

2.25.2. A CORTE NO RIO DE JANEIRO

A transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil mudou o quadro das relações internacionais no contexto da América do Sul. A política externa de Portugal passou a ser decidida na Colônia, instalando-se no Rio de Janeiro o Ministério da Guerra e Assuntos Estrangeiros. Além de realizar uma expedição à Guiana Francesa, incentivada pela Inglaterra, a Coroa concentrou sua ação na área do Prata, especificamente na Banda Oriental - atual Uruguai -, região onde espanhóis e portugueses se chocavam desde as últimas décadas do século XVII.

Com o objetivo de anexar a Banda Oriental ao Brasil, Dom João VI realizou duas intervenções militares, em 1811 e a partir de 1816. A derrota de Artigas - principal figura na luta pela independência uruguaia - garantiu aos portugueses a posse da região e a incorporação da Banda Oriental ao Brasil, em 1821, com o nome de Província Cisplatina. Entretanto, os conflitos no Prata estavam longe de terminar.

A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da Colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. Entre outros aspectos, esboçou-se aí uma vida cultural. O acesso aos livros e a uma relativa circulação de idéias foram marcas distintivas do período. Em setembro de 1808, veio a público o primeiro jornal editado na Colônia; abriram-se também teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas, para

atender aos requisitos da Corte e dc uma população urbana em rápida expansão. Basta dizer que, durante o período de permanência de Dom João VI no Brasil, o número de habitantes da capital dobrou, passando de cerca de 50 mil a 100 mil pessoas. Muitos dos novos habitantes eram imigrantes, não apenas portugueses mas espanhóis, franceses e ingleses que viriam a formar uma classe média de profissionais e artesãos qualificados.

13. Loja de Negras e Vendedoras de Rua. Aquarela de Jean Baptiste Debret

Além deles, vieram ao Brasil cientistas e viajantes estrangeiros, como o naturalista e mineralogista inglês John Mawe, o zoólogo bávaro Spix e o botânico Martius, também bávaro, o naturalista francês Saint-Hilaire, autores de trabalhos que são uma fonte indispensável de conhecimento daquela época. Em março de 1816, chegou ao Rio de Janeiro a Missão Artística Francesa, incluindo, entre outros, o arquiteto Grandjean de Montigny, autor de projetos de edificações urbanas, e os pintores Taunay e Debret. Estes deixaram desenhos e aquarelas que retratavam paisagens e costumes do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX.

Se muita coisa mudou, não devemos exagerar o alcance das transformações. A presença da Corte implicava uma alteração do acanhado cenário urbano da Colônia, mas a marca do absolutismo acompanharia a alteração. Um exemplo disso é a imprensa. O primeiro jornal brasileiro - A Gazeta do Rio de Janeiro - tinha caráter quase oficial e estava sujeito, como todas as demais publicações, a uma comissão de censura encarregada de "examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes". O jornal brasileiro independente dessa época, que continha críticas à política portuguesa, era o Correio Brasiliense de Hipólito José da Costa, editado em Londres entre 1808 e 1822.

2.25.3. A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817

A presença da Corte no Rio de Janeiro contribuiu para dar à Independên¬cia o caráter de uma transição sem grandes saltos. Seria engano supor, porém, que os atritos entre a gente da Metrópole e da Colônia tenham desaparecido porque, por algum tempo, a Colônia se vestiu de Metrópole. Ao transferir-se para o Brasil, a Coroa não deixou de ser portuguesa e favorecer os

interesses portugueses no Brasil. Um dos principais focos de descontentamento estava nas forças militares. Dom João chamou tropas de Portugal para guarnecer as principais cidades e organizou o Exército, reservando os melhores postos para a nobreza lusa. O peso dos impostos aumentou, pois agora a Colônia tinha de suportar sozinha as despesas da Corte e os gastos das campanhas militares que o rei promoveu no Rio da Prata.

Acrescente-se a isso o problema da desigualdade regional. O sentimento imperante no Nordeste era o de que, com a vinda da família real para o Brasil, o domínio político da Colônia passara de uma cidade estranha para outra igualmente estranha, ou seja, de Lisboa para o Rio de Janeiro. A revolução que estourou em Pernambuco em março de 1817 fundiu esse sentimento com vários descontentamentos resultantes das condições econômicas e dos pri¬vilégios concedidos aos portugueses. Ela abrangeu amplas camadas da população: militares, proprietários rurais, juizes, artesãos, comerciantes e um grande número de sacerdotes, a ponto de ficar conhecida como a "revolução dos padres". Chama a atenção a presença de grandes comerciantes brasileiros ligados ao comércio externo, os quais começavam a concorrer com os portu¬gueses, em uma área até então controlada, em grande medida, por estes.

Outro dado importante da Revolução de 1817 se encontra no fato de que ela passou do Recife para o sertão, estendendo-se a Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. O desfavorecimento regional, acompanhado de um forte antilusitanismo, foi o denominador comum dessa espécie de revolta geral de toda a área nordestina. Não devemos imaginar, porém, que os diferentes grupos tivessem os mesmos objetivos. Para as camadas pobres da cidade, a independência estava associada à idéia de igualdade, uma igualdade mais para cima do que para baixo. Uma curiosa carta, escrita no Recife pouco após o fim da revolução, descreve como "os cabras, mulatos e crioulos andavam tão atrevidos que diziam que éramos todos iguais e não haviam de casar senão com brancas das melhores". Os boticários, cirurgiões e sangradores davam-se ares de importância e até os barbeiros recusavam-se a fazer a barba das pessoas, alegando que estavam "ocupados no serviço da pátria".

Para os grandes proprietários rurais, tratava-se de acabar com a centralização imposta pela Coroa e tomar em suas mãos o destino, se não da Colônia, pelo menos do Nordeste. Aquele era, aliás, um momento economicamente difícil, combinando a queda do preço internacional do açúcar e do algodão com a alta do preço dos escravos. Mais uma vez, não devemos supor que, em quaisquer circunstâncias, as posições radicais fossem assumidas pelos mais pobres e as conservadoras, pelos ricos. Por exemplo, um dos membros radicais do levante, defensor da abolição da escravatura, era o comerciante Domingos José Martins, casado com moça nascida em uma família ilustre da terra.

Os revolucionários tomaram o Recife e implantaram um governo provisório baseado em uma "lei orgânica" que proclamou a República e estabeleceu a igualdade de direitos e a tolerância religiosa, mas não tocou no problema da escravidão. Foram enviados emissários às outras capitanias em busca de apoio e aos Estados Unidos, Inglaterra e Argentina, em busca também de apoio e de reconhecimento. A revolta avançou pelo sertão, porém, logo em seguida, veio o ataque das forças portuguesas, a partir do bloqueio do Recife e do desembarque em Alagoas. As lutas se desenrolaram no interior, revelando o despreparo e as desavenças entre os revolucionários. Afinal, as tropas portuguesas ocuparam Recife, em maio

de 1817. Seguiram-se as prisões e execuções dos líderes da rebelião. O movimento durara mais de dois meses e deixou uma profunda marca no Nordeste.

2.26. A INDEPENDÊNCIA

Por volta de 1817, quem dissesse que dentro de cinco anos o Brasil se tornaria independente estaria fazendo uma previsão muito duvidosa. A Revolução Pernambucana, confinada ao Nordeste, fora derrotada. Por sua vez, a Coroa tomava medidas no sentido de integrar Portugal e Brasil como partes de um mesmo reino. A guerra terminara na Europa, em 1814, com a derrota de Napoleão. As razões da permanência da Corte no Brasil aparentemente já não existiam. Dom João decidiu entretanto permanecer na Colônia c cm dezembro de 1815 elevou o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. Meses depois, após a morte da rainha, seria sagrado rei de Portugal, do Brasil e Algarves, com o título de Dom João VI.

A Independência se explica por um conjunto de fatores, tanto internos como externos, mas foram os ventos trazidos de fora que imprimiram aos acontecimentos um rumo imprevisto pela maioria dos atores envolvidos, em uma escalada que passou da defesa da autonomia brasileira à idéia de independência.

Em agosto de 1820, irrompeu em Portugal uma revolução liberal inspirada nas idéias ilustradas. Os revolucionários procuravam enfrentar um momento de profunda crise na vida portuguesa. Crise política, causada pela ausência do rei e dos órgãos de governo; crise econômica, resultante em parte da liberdade de comércio de que se beneficiava o Brasil; crise militar, conseqüência da presença de oficiais ingleses nos altos postos do exército e da preterição de oficiais portugueses nas promoções. Basta lembrar que, na ausência de Dom João, Portugal foi governado por um conselho de regência presidido pelo marechal inglês Beresford. Depois da guerra, Beresford se tornou o comandante do Exército português.

A revolução portuguesa de 1820 tinha aspectos contraditórios para os brasileiros. Podia ser definida como liberal, por considerar a monarquia abso¬luta um regime ultrapassado e opressivo e por tratar de dar vida a órgãos de representação da sociedade, como é o caso das Cortes. Ao mesmo tempo, ao promover os interesses da burguesia lusa e tentar limitar a influência inglesa, pretendia fazer com que o Brasil voltasse a se subordinar inteiramente a Portugal.

No fim de 1820, os revolucionários estabeleceram em Portugal uma junta provisória para governar em nome do rei e exigiram sua volta à Metrópole. Decidiram convocar as Cortes, a serem eleitas em todo o mundo português, com o propósito de redigir e aprovar uma Constituição. Estabeleceu-se um critério de representação de acordo com o número de habitantes, cabendo ao Brasil entre 70 a 75 deputados, em um total de mais de 200. Previu-se a criação no Brasil de juntas governativas leais à revolução nas várias capitanias, que passavam a se chamar províncias.

Foram os militares descontentes que iniciaram o movimento de 1820 em Portugal. Foi também entre os militares que ocorreram as primeiras repercussões do movimento no Brasil. As tropas se rebelaram em Belém e em Salvador, instituindo aí as juntas governativas. No Rio de Janeiro, manifestações populares e das tropas portuguesas forçaram o rei a reformular o

ministério, a criar juntas onde elas não existiam e a preparar as eleições indiretas para as Cortes.

Naquela altura, a principal questão que dividia as opiniões era o retorno ou não de Dom João VI a Portugal. O retorno era defendido no Rio de Janeiro pela "facção portuguesa", formada por altas patentes militares, burocratas e comerciantes interessados em subordinar o Brasil à Metrópole, se possível de acordo com os padrões do sistema colonial. Opunha-se a isso e ao retorno do monarca o "partido brasileiro", constituído por grandes proprietários rurais das capitanias próximas à capital, burocratas e membros do Judiciário nascidos no Brasil. Acrescentem-se a eles portugueses cujos interesses tinham passado a vincular-se aos da Colônia: comerciantes ajustados às novas circunstâncias do livre comércio e investidores em terras e propriedades urbanas, muitas vezes ligados por laços de casamento à gente da Colônia.

Falamos em "partido brasileiro" entre aspas, porque com essa expressão se designa não propriamente um partido, mesmo de organização frouxa como seria característico dos partidos brasileiros, mas uma corrente de opinião. As articulações políticas se fizeram, nesse período, sobretudo através das lojas maçônicas, uma instituição cujo nascimento se deu na Europa.

Em seus primeiros tempos, provavelmente em fins da Idade Média, a maçonaria reuniu principalmente artesãos ligados à construção c daí o seu nome derivado de maçon, "pedreiro" em francês. A partir do século XVII, tomou a forma de um movimento secreto constituído por grupos de iniciados, visando a combater as tiranias e a Igreja. No Brasil, onde os padres participaram freqüentemente de atos de rebeldia, a maçonaria teve a feição de um núcleo antiabsolutista, cujos membros mais extremados tendiam a defender a independência do país. Por exemplo, um grande número de maçons participou ativamente da Revolução de 1817, e os preparativos revolucionários foram feitos, em boa parte, em clubes e lojas secretas, embora não se possa afirmar que fossem todos ligados à maçonaria.

A questão do regresso ou não de Dom João VI logo se esvaziou. Temendo perder o trono caso não regressasse a Portugal, o rei decidiu-se afinal pelo retorno. Embarcou em abril de 1821, acompanhado de 4 mil portugueses. Em seu lugar, ficava como príncipe regente seu filho Pedro, futuro Dom Pedro I. Nos meses seguintes, ocorreram no Brasil as eleições para as Cortes. Quase todos os eleitos eram nascidos no Brasil. Entre eles, estavam alguns defensores radicais ou ex-radicais da Independência, como Cipriano Barata (Bahia), Muniz Tavares (Pernambuco) e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (São Paulo), que haviam participado da Revolução dc 1817. Também se incluíam nomes como o do Padre Feijó e Nicolau de Campos Vergueiro, políticos de relevo nos anos seguintes da história do Brasil.

As Cortes começaram a se reunir em janeiro de 1821, meses antes da chegada dos deputados eleitos no Brasil. Tomaram-se uma série de medidas que produziram profundo descontentamento na Colônia. Os governos pro¬vinciais passariam a ser independentes do Rio de Janeiro, subordinando-se diretamente a Lisboa. Houve uma tentativa nas Cortes de revogar os acordos comerciais com a Inglaterra, que eram do interesse tanto dos ingleses como dos grandes proprietários rurais brasileiros e dos consumidores urbanos. Acrescente-se a isso o fato de que os líderes da revolução liberal punham lenha na fogueira, com suas referências desdenhosas à Colônia. Para muitos deles, o Brasil era "uma terra de macacos, de bananas e

de negrinhos apanhados na costa da África" que estava precisando de um cão de fila para entrar nos eixos.

Entre fins de setembro e outubro de 1821, novas medidas tomadas pelas Cortes fortaleceram no Brasil a opção pela independência, até aí apenas esboçada. Decidiu-se transferir para Lisboa as principais repartições instaladas no Brasil por Dom João VI, destacaram-se novos contingentes de tropas para o Rio de Janeiro e Pernambuco e, ponto decisivo, determinou-se a volta para Portugal do príncipe regente.

O "partido brasileiro" concentrou seus esforços no objetivo de conseguir a permanência de Dom Pedro no Brasil. A decisão do príncipe de ficar no país, solenizada no "dia do fico" (9 de janeiro de 1822), representou a escolha de um caminho sem retorno. Mesmo assim, o registro do Senado da Câmara do Rio de Janeiro revela que, formalizada a permanência, o presidente do Senado da Câmara levantou das janelas do palácio uma série de vivas repetidos pelo povo: "Viva a Religião, Viva a Constituição, Viva as Cortes, Viva El-Rei Constitucional, Viva o Príncipe Constitucional, Viva a União de Portugal com o Brasil".

Os atos do príncipe regente posteriores ao "fico" foram atos de ruptura. As tropas portuguesas que se recusaram a jurar fidelidade a Dom Pedro viram-se obrigadas a deixar o Rio de Janeiro. Esboçava-se a partir daí a criação de um exército brasileiro. Dom Pedro formou um novo ministério, composto de portugueses, mas cuja chefia coube a um brasileiro, José Bonifácio de Andrada e Silva.

Os irmãos Andrada - Antônio Carlos, Martim Francisco e José Bonifácio -, especialmente este último, foram figuras centrais da política brasileira naqueles anos. José Bonifácio provinha de uma das famílias mais ricas de Santos, onde seu pai se dedicara à exportação de açúcar. Estudou em Coimbra e permaneceu na Europa entre 1783 e 1819. Ocupou cargos administrativos importantes em Portugal, tendo sido professor universitário em Coimbra. De volta ao Brasil, foi chamado a presidir em março de 1821 a junta provisória de São Paulo. Atribui-se a ele a autoria das Lembranças e Apontamentos, escritas para orientar a ação dos deputados brasileiros às Cortes, onde, entre outros pontos, se sugere a fundação de "uma cidade central no interior do Brasil", com o objetivo de desenvolver o povoamento.

Não é fácil rotular o pensamento de José Bonifácio. Defendia idéias progressistas no campo social, como a gradativa extinção do tráfico de escravos e da escravidão, uma reforma agrária e a livre entrada de imigrantes no país. Politicamente, era um liberal conservador, adversário das "esfarrapadas bandeiras da suja e caótica democracia", como disse em certa ocasião. Considerava adequada para o Brasil a forma monárquica de governo, sustentada por uma representação dos cidadãos restrita às camadas dominantes e ilustradas.

Ao longo dos acontecimentos que resultaram na Independência, definiram-se com alguma clareza as correntes conservadoras e radicais do "partido brasileiro". Convém esclarecer o significado dessas expressões, pois ele varia de acordo com a situação histórica que estejamos considerando.

No quadro dos anos imediatamente anteriores à Independência, a corrente conservadora defendia, em princípio, a maior autonomia do Brasil com relação a Portugal, assumindo só em um segundo momento a idéia de independência. A forma de governo desejável, segundo os conservadores, era a monarquia constitucional, com representação limitada, como garantia da

ordem e da estabilidade social. É mais difícil definir a corrente radical, pois nela se incluíam desde monarquistas preocupados em assegurar maior representação popular e as liberdades, especialmente a de imprensa, até os chamados "extremados", para os quais a independência se associava à idéia de República, de voto popular e, em alguns casos, de reforma da sociedade.

Um exemplo concreto das divisões se encontra na discussão sobre a conveniência de se eleger no Brasil uma Assembléia Constituinte e sobre a forma de se proceder à eleição que deveria ocorrer na primeira metade de 1822. José Bonifácio e todo um grupo eram contrários à convocação, enquanto homens como Gonçalves Ledo, Muniz Barreto, José Clemente Pereira, Martim Francisco manifestavam-se a favor.

Quando em junho de 1822 Dom Pedro acolheu a proposta, abriu-se um debate sobre o seguinte tema: a eleição deveria ser direta ou indireta? Gonçalves Ledo defendia a eleição direta, dizendo que se "o maior número pede eleição direta, a lei as deve sancionar, [pois] só por ela se pode dizer que o Povo nomeou seus representantes". Ao contrário, após terem sido acolhidas as eleições indiretas, realizadas aliás já depois da Independência, as instruções eleitorais - correspondentes aproximadamente à lei eleitoral de nossos dias -"justificaram a medida, tendo em vista as condições brasileiras. No Brasil, diziam as instruções, não havia uma "população homogênea em que estão difundidas as luzes e as virtudes sociais".

Após a decisão de se convocar uma Constituinte, aceleraram-se as decisões de rompimento, mesmo quando se invocava ainda o propósito de "união com Portugal". Passou-se a exigir como requisito para aproveitamento no serviço público a adesão à causa da união e independência do Brasil; recomendou-se aos governos provinciais não dar posse a empregados vindos de Portugal. Em agosto, o príncipe regente decretou que as tropas vindas da Metrópole seriam consideradas inimigas; Gonçalves Ledo e logo depois José Bonifácio dirigiram manifestos às nações amigas.

A chegada de despachos de Lisboa que revogavam os decretos do príncipe regente, determinavam mais uma vez seu regresso a Lisboa e acusavam os ministros de traição deu alento à idéia de rompimento definitivo. A Princesa Dona Leopoldina e José Bonifácio enviaram às pressas as notícias ao príncipe, em viagem a caminho dc São Paulo. As recomendações ao portador de que arrebentasse uma dúzia de cavalos se fosse preciso, para chegar o mais rápido possível, indica o interesse de José Bonifácio em apressar a inde¬pendência e fazer de São Paulo o cenário da ruptura final.

Alcançado a 7 de setembro de 1822, às margens do Riacho Ipiranga, Dom Pedro proferiu o chamado Grito do Ipiranga, formalizando a independência do Brasil. A l9 de dezembro, com apenas 24 anos, o príncipe regente era coroado Imperador, recebendo o título de Dom Pedro I. O Brasil se tornava independente, com a manutenção da forma monárquica de governo. Mais ainda, o novo país teria no trono um rei português. Este último fato criava uma situação estranha, porque uma figura originária da Metrópole assumia o comando do novo país. Em torno de Dom Pedro I e da questão de sua per¬manência no trono muitas disputas iriam ocorrer, nos anos seguintes.

2.27. O BRASIL NO FIM DO PERÍODO COLONIAL

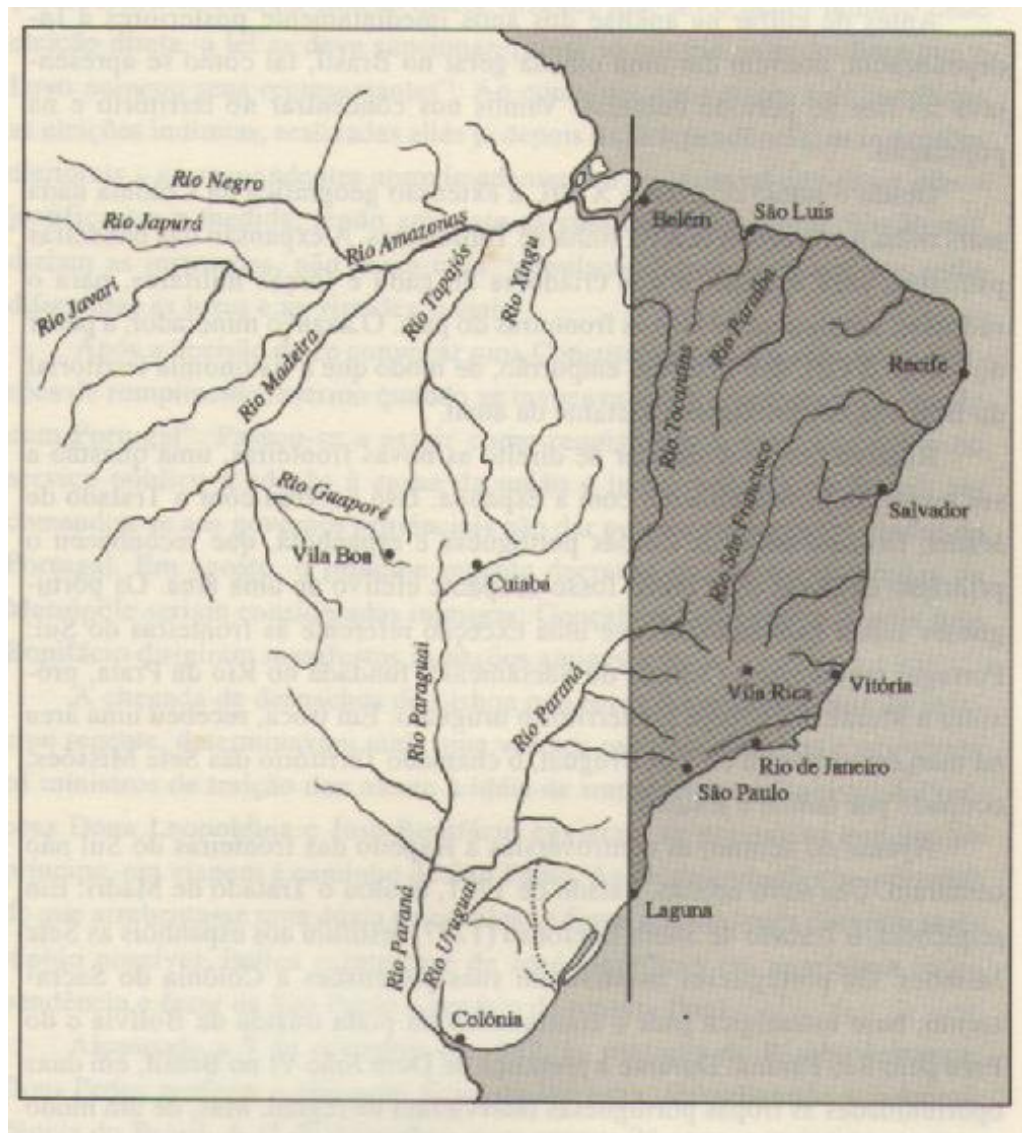
Antes de entrar na análise dos anos imediatamente posteriores à Independência, convém dar uma olhada geral no Brasil, tal como se apresentava no fim do período colonial. Vamos nos concentrar no território e na população.

Desde o início do século XVIII, a extensão geográfica da Colônia nada mais tinha a ver com a incerta linha de Tordesilhas. A expansão das bandeiras paulistas, para o oeste, e dos criadores de gado e forças militares, para o sudoeste, ampliaram de fato as fronteiras do país. O avanço minerador, a partir do século XVIII, deu mais um empurrão, de modo que a fisionomia territorial do Brasil já se aproximava bastante da atual.

Restava fazer reconhecer de direito as novas fronteiras, uma questão a ser resolvida principalmente com a Espanha. Isso ocorreu com o Tratado de Madri, firmado entre as Coroas portuguesa e espanhola, que reconheceu o princípio de posse para quem fosse ocupante efetivo de uma área. Os portugueses saíam ganhando. Houve uma exceção referente às fronteiras do Sul: Portugal renunciou à Colônia do Sacramento, fundada no Rio da Prata, próximo a Montevidéu, hoje em território uruguaio. Em troca, recebeu uma área na margem esquerda do Rio Uruguai, o chamado Território das Sete Missões, ocupado por índios e jesuítas.

Apesar do acordo, as controvérsias a respeito das fronteiras do Sul não cessaram. Um novo acordo, datado de 1761, anulou o Tratado de Madri. Em seqüência, o Tratado de Santo Ildefonso (1777) restituiu aos espanhóis as Sete Missões. Os portugueses mantiveram suas pretensões à Colônia do Sacramento, base estratégica para o contrabando da prata trazida da Bolívia e do Peru pelo Rio Paraná. Durante a presença de Dom João VI no Brasil, em duas oportunidades as tropas portuguesas intervieram na região. Mas, de um modo geral, as fronteiras brasileiras estavam definidas.

Isso não quer dizer que houvesse em todas as partes de território brasileiro uma população assentada. Pelo contrário, vastas regiões do país eram praticamente inexploradas, ou ocupadas por índios sem contato com os colonizadores. Não há números confiáveis sobre a população do Brasil no fim do período colonial. As contagens mandadas realizar pela Coroa excluíam com freqüência os menores de sete anos, os índios e algumas vezes até os escravos.

Brasil Antes e Depois do Tratado de Madri

— Fronteira do Tratado de Tordesilhas (1494)

■ Território português de acordo com o Tratado de Tordesilhas

□ Território português de acordo com o Tratado de Madri (1750)

- - - Fronteira do Tratado de Santo Ildefonso

Fonte: CHLA, vol. I.

As indicações mais aproximadas da distribuição regional da população encontram-se na Tabela 1.

Tabela 1. População do Brasil Colonial em 1819

Tabela 1. População do Brasil Colonial em 1819

Regiões e Áreas Administrativas	População Livres	Escravos	Total
NORTE	104 211	39 040	143 251
Amazonas	13 310	6 040	19 350
Pará	90 901	33 000	123 901
NORDESTE	716 468	393 735	1 110 203
Maranhão	66 668	133 332	200 000
Piauí	48 821	12 405	61 226
Ceará	145 731	55 439	201 170
Rio Grande do Norte	61 812	9 109	70 921
Paraíba	79 725	16 723	96 448
Pernambuco	270 832	97 633	368 465
Alagoas	42 879	69 094	111 973
LESTE	1 299 287	508 351	1 807 638
Sergipe	88 783	26 213	114 996
Bahia	330 649	147 263	477 912
Minas Gerais	463 342	168 543	631 885
Espírito Santo	52 573	20 272	72 845
Rio de Janeiro	363 940	146 060	510 000
SUL	309 193	125 283	434 476
São Paulo	160 656	77 667	238 323
Paraná	49 751	10 191	59 942
Santa Catarina	34 859	9 172	44 031
Rio Grande do Sul	63 927	28 253	92 180
CENTRO-OESTE	59 584	40 980	100 564
Mato Grosso	23 216	14 180	37 396
Goiás	36 368	26 800	63 168
BRASIL	2 488 743	1 107 389	3 596 132

Fonte: Leslie Bethell (ed.), *The Cambridge History of Latin America*, vol. II, p. 63.

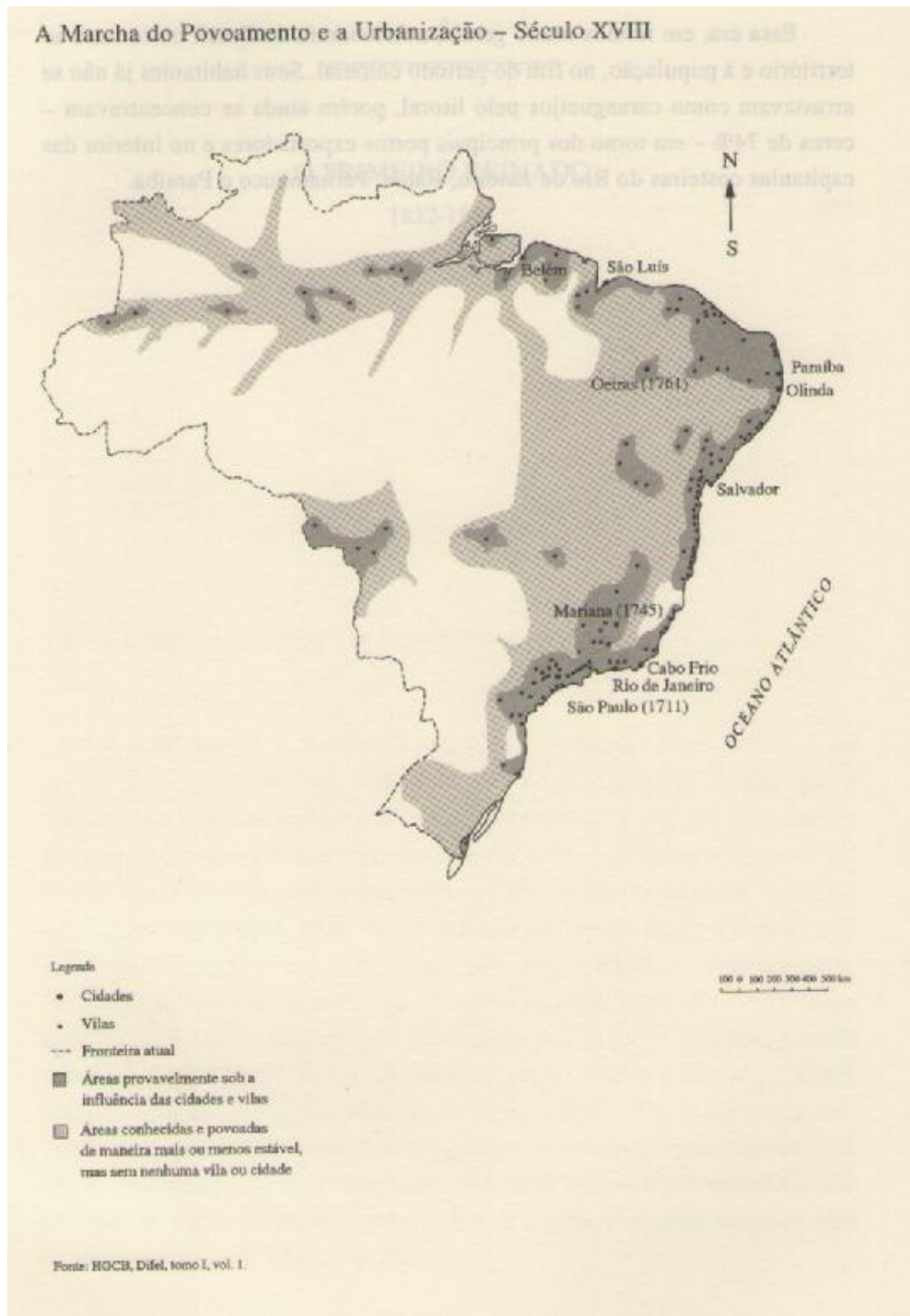
Do ponto de vista racial, os dados relativos às principais províncias sugerem que os brancos representavam menos de 30% da população total. As estimativas da população das cidades mais importantes constam da Tabela 2.

Tabela 2. Estimativas e Contagem das Principais Cidades Brasileiras, 1749-1810

Tabela 2. Estimativas e Contagem das Principais Cidades Brasileiras, 1749-1810

Cidade	Data	Número de Habitantes
Belém, Pará	1749	6 574
	1788	10 620
	1801	12 500
São Luís, Maranhão	1757	7 162
	1810	20 500
Recife, Pernambuco	1750	7 000
	1776	18 207
	1782	17 934
	1810	25 000
Salvador, Bahia	1757	35 922
	1775	36 393
	1780	39 209
	1807	51 000
Rio de Janeiro	1760	30 000
	1780	38 707
	1799	43 376
	1803	46 944
São Paulo	1765	20 873
	1798	21 304
	1803	24 311
Porto Alegre, R. G. Sul	1808	6 035
Oeiras, Piauí	1762	1 120
	1810	2 000
Vila Boa, Goiás	1804	9 477
Vila Bela, Mato Grosso	1782	7 000
Ouro Preto, Minas Gerais	1740	20 000
	1804	7 000

Fonte: Leslie Bethell (ed.), *The Cambridge History of Latin America*, vol. II, p. 605.

A Marcha do Povoamento e a Urbanização – Século XVIII

Essa era, em termos muito gerais, a fisionomia do Brasil no tocante ao território e à população, no fim do período colonial. Seus habitantes já não se arrastavam como caranguejos pelo litoral, porém ainda se concentravam - cerca de 74% - em torno dos principais portos exportadores e no interior das capitanias costeiras do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Paraíba.

Fim